

Novo bloco velhas mistificações



Não é fácil a qualquer simples mortal, perceber como é que se produz o milagre da transformação do velho em novo, pela simples transmutação de três organizações em uma.

■ Domingos Abrantes Pág. 21

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Outubro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1349 • Director: José Casanova

Vota CDU



Esclarecer até final. Para que nenhum voto falte!

Dá mais força à esquerda!

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Mundo do trabalho manifesta apoio à CDU

Milhares de trabalhadores, suas estruturas sindicais e órgãos representativos nos mais diversos sectores de actividade têm declarado publicamente o seu apoio à

CDU e apelado ao voto na Coligação – a única força que tem estado inequivocamente ao lado de quem trabalha.

Pág. 20

Comícios
 com **Carvalhas**
 hoje, quinta-feira
 em **ALMADA**

•

Amanhã, sexta-feira
 em **LISBOA**

Pág. 27



Carlos Carvalhas foi recebido com entusiasmo no Norte

RESUMO

29 Quarta-feira

Carlos Carvalhas em campanha no Seixal e em Setúbal promete bater-se por um aumento de 3200 escudos para as pensões mais degradadas ■ Mais 14 corpos de timorenses são encontrados pela Interfet perto de Díli, dez dos quais estavam completamente carbonizados ■ Os lançamentos de ajuda humanitária por via aérea são suspensos depois de uma caixa de comida ter atingido a perna de uma criança timorense de três anos, que acabou por ter de ser amputada ■ O Presidente norte-americano, Bill Clinton, anuncia a anulação da totalidade das dívidas dos países pobres aos Estados Unidos, desde que esse dinheiro seja aplicado no combate à pobreza ■ Moscovo intensifica os ataques contra a Chechénia, provocando 19 mortos.

30 Quinta-feira

Carlos Carvalhas em Vila Real de Santo António e Olhão ouve as críticas dos pescadores por causa das pensões ■ Xanana Gusmão e Ramos Horta agradecem em Washington o apoio da comunidade internacional ao povo de Timor Lorosae ■ O comandante das Falintil, Foho Rai Bot, encontra-se com responsáveis da Interfet para oferecer a colaboração dos guerrilheiros no desarmamento das milícias ■ O ministro dos Negócios Estrangeiro russo, Igor Ivanov, afirma que o conflito na Chechénia é um problema interno da Rússia ■ Mais de 75 mil chechenos já atravessaram a fronteira à procura de refúgio na República da Ingúchia ■ O escritor alemão Günter Grass é galardoado com o prémio Nobel da Literatura.

1 Sexta-feira

Em Faro Carlos Carvalhas explica malefícios de uma maioria absoluta do PS ■ ... e, em entrevista ao «Diário de Notícias», considera uma prioridade da CDU evitar essa maioria absoluta ■ Xanana chega a Lisboa e mostra-se comovido com a solidariedade do povo português aos timorenses ■ Ramos-Horta mostra o seu contentamento pelo acordo obtido entre o CNRT e o Governo português para a reconstrução de Timor ■ No dia em que Moscovo afirma não reconhecer a autoridade do Presidente checheno, as forças russas invadem várias localidades a norte da Chechénia.

2 Sábado

Carlos Carvalhas em Beja apela ao voto útil de esquerda na CDU ■

Xanana Gusmão encontra-se com o governador do Banco de Portugal, António de Sousa, para discutirem a utilização do escudo português como a moeda de Timor-Lorosae, num período transitório ■ Soldados australianos da Interfet patrulham Balibó, a poucos quilómetros de Timor-Ocidental, que encontram deserta e com paredes cobertas de sangue e buracos de balas ■ Combates prosseguem no norte da Chechénia entre forças russas e chechenas.

3 Domingo

Carlos Carvalhas em campanha no Barreiro e em Alpiarça ■ Xanana Gusmão é acolhido calorosamente por timorenses e portugueses no «Espaço Timor» em Lisboa ■ De partida para Díli, o Padre Melícias afirma como objectivo da viagem verificar quais as necessidades e prioridades mais imediatas para o território ■ Mais de 100 soldados russos e chechenos morreram nas últimas 24 horas devido à intensificação dos confrontos ■ Tony Coelho, chefe de campanha de Al Gore, é acusado de ter usado de forma incorrecta os fundos federais durante a Expo 98, altura em que assumia o cargo de director do Pavilhão dos EUA na exposição portuguesa.

4 Segunda-feira

Carlos Carvalhas faz campanha em duas freguesias do Alentejo, Vale de Vargo e Pias, e em Odivelas ■ Antes de partir para Dublin, Xanana Gusmão rejeita o desarmamento das Falintil sem negociações com a Interfet ■ O comandante da Interfet reclama que quatro soldados indonésios, que já saíram de Timor, regressem para colaborar na investigação sobre a morte do jornalista holandês ■ Fontes chechenas denunciaram confrontos violentos a 20 quilómetros de Grozny, mas Moscovo nega que as tropas russas tenham avançado tanto ■ Com 71 anos, suicida-se o grande pintor francês Bernard Buffet.

5 Terça-feira

Carlos Carvalhas participa em iniciativas de campanha eleitoral no Porto, Viana do Castelo e Pevidém ■ Centenas de milícias concentradas na aldeia fronteiriça de Haekesak preparam-se, segundo os seus líderes, para regressar a Timor e combater a Interfet ■ O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, propõe a constituição de uma força de manutenção de paz em Timor, com cerca de nove mil homens, para substituir a Interfet ■ Choque de comboios em Londres causa 26 mortos e 160 feridos.

EDITORIAL

Até ao último minuto

Todas as eleições constituem para nós, militantes e simpatizantes comunistas, importantes batalhas políticas nas quais nos envolvemos com todas as nossas forças e capacidades. No entanto, e ao contrário do que sucede com todas as outras forças políticas, a intervenção do PCP não se reduz à participação nessas batalhas eleitorais: terminada uma eleição continuamos a luta de todos os dias, sempre com os trabalhadores e o povo, sempre na defesa dos direitos e interesses da maioria da população portuguesa. Daí que um resultado eleitoral se revista, para nós, de uma importância dupla: a que decorre das consequências imediatas desse resultado – traduzida, nomeadamente, no número de votos e de eleitos alcançado – e a que decorre do maior ou menor impulso que esse resultado dá à luta que continua no dia a seguir às eleições. Assim, na situação actual, a batalha que travamos visa reforçar a expressão eleitoral da CDU e aumentar o número dos seus deputados na Assembleia da República, sabendo que, alcançado esse resultado, ficaremos em muito melhores condições para travar com êxito todas as batalhas do futuro imediato.

A pesar dos muitos obstáculos e dificuldades que se nos deparam, são reais as possibilidades de a CDU vir a obter um bom resultado nas eleições do próximo domingo. Da campanha que temos vindo a desenvolver, e através da qual temos procurado fazer chegar a nossa mensagem ao maior número possível de pessoas, emergem sinais positivos que reforçam a nossa confiança. É certo que esta é uma batalha desigual, uma batalha na qual a seriedade da campanha da CDU se confronta com a demagogia desenfreada, o fala-baratismo sem fronteiras que caracterizam as campanhas da generalidade das outras forças políticas. É certo que o engenheiro Guterres, doentamente fixado na perigosa obsessão do poder absoluto, não olha a meios para alcançar os seus fins e elegeu o vale-tudo como método exclusivo de intervenção. É certo que o PS, apoiado à direita na muleta do PP e à esquerda na bengala do BE, leva por diante uma campanha onde a governamentalização, o abuso de poder, a manipulação, a hipocrisia atingem níveis que nem o cavaquismo, nos seus tempos «áureos», ousou atingir. É certo tudo isto. Mas é igualmente certo que a CDU dispõe de trunfos que nenhuma outra força política dispõe e que constituem razões bastantes para lhe permitir encarar os resultados eleitorais de 10 de Outubro com grande serenidade e confiança.

Como acima se disse, o PCP (e igualmente os seus aliados na CDU) não esgota a sua actividade na intervenção eleitoral. Sendo um partido com um projecto transformador e com uma prática coerente com esse projecto, o PCP desenvolve uma permanente acção política, social, de massas, aliás reconhecida como positiva pela generalidade dos portugueses. Os trabalhadores, mesmo aqueles que por razões e preconceitos vários não têm votado na CDU, sabem que o PCP é o único Partido com o qual podem sempre contar. Esse trabalho praticado todos os dias, portanto no período entre eleições, é um trunfo que

só o PCP possui e que lhe permite dizer, dizendo a verdade, que a CDU não está à espera de eleições e campanhas eleitorais para se afirmar defensora dos interesses dos trabalhadores, dos reformados, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos intelectuais, dos deficientes. Para a CDU, uma campanha eleitoral é sempre um momento de prestação de contas da sua actividade geral, de lembrar o que fez e de reafirmar a sua disponibilidade para continuar a lutar.

E na situação concreta da actual campanha, este foi igualmente o momento de os deputados da CDU prestarem contas pelo trabalho que desenvolveram na última legislatura: assim o fizeram, deixando bem clara a sua superioridade em relação aos deputados de todas as outras forças políticas. Não é de mais insistir, ainda que a três dias da realização das eleições, que os 15 deputados da CDU – que correspondem a 5,6% do total dos deputados na Assembleia da República – apresentaram 36% do total dos projectos apresentados em toda a legislatura; que estão ligados directa ou indirectamente a tudo o que de positivo ali foi aprovado; e que se opuseram, com a sua intervenção e o seu voto, a todas as propostas e medidas negativas. Não é de mais insistir, igualmente, nas propostas eleitorais da CDU, propostas que – pela sua seriedade, pelo seu sentido de justiça e de resposta aos anseios da maioria dos portugueses, pela sua preocupação em contribuir para a resolução dos principais problemas que hoje se colocam aos trabalhadores, ao povo e ao País – se distinguem com grande nitidez da avalanche de promessas com que, tradicionalmente e sempre contando com a falta de memória dos eleitores, os outros partidos procuram a todo o custo caçar votos.

*Cada um de nós,
individualmente, e nós
todos, colectivamente,
podemos ainda, nestes
últimos três dias, dar um
contributo decisivo para
que a CDU venha a obter
um bom resultado
eleitoral.*

Por tudo isto, muitas são as razões que suportam a nossa confiança nos resultados destas eleições. E elas serão tantas mais, quanto maior for o nosso empenhamento até ao último minuto nesta batalha. Cada um de nós, individualmente, e nós todos, colectivamente, podemos ainda, nestes últimos três dias, dar um contributo decisivo para que a CDU venha a obter um bom resultado eleitoral. Participando em todas as iniciativas da campanha – nomeadamente nas várias caravanas programadas, nas diversas iniciativas de contacto com os trabalhadores e as populações, nos comícios de encerramento da campanha – contribuiremos para reforçar a confiança do nosso eleitorado nesse bom resultado. E ganharemos seguramente muitos votos se cada um de nós contactar pessoalmente todos os seus familiares, amigos, companheiros de trabalho, vizinhos – nuns casos incentivando-os a ir votar, lembrando-lhes que por um voto se ganha e por um voto se perde; noutros casos convencendo-os da importância de votar na CDU, demonstrando-lhes que, seja qual for a sua opção partidária e independentemente de anteriores opções de voto, nesta situação concreta o voto na CDU é não só o que melhor defende os seus interesses e lhes dá garantias plenas de não vir a ser desvirtuado nas suas intenções, mas também o único que conta para reforçar a luta futura contra a política de direita e por uma política de esquerda.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sodrô Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa, Tel. 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sodrô Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 781 71 90 - 781 71 91.
Fax: 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone
do Partido Comunista Português
e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhd — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Ravo
2710 - 139 Sintra
Deposito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Telef. _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nas nossas mãos

Se dúvidas houvesse sobre a ânsia de poder que nutre e motiva a acção eleitoral do PS bastaria, para o confirmar, observar o tom que tem sido dado à campanha nestes últimos dias. Um a um, Guterres e os principais dirigentes do PS têm-se encarregado de reproduzir a mesma obsessão na procura do poder que antes haviam criticado a Cavaco e ao PSD. Ontem como hoje a mesma dramatização, teatralizada, a mesma coacção e chantagem eleitoral, a mesma tese do nós ou o caos.

E se dúvidas houvesse, também, sobre os riscos do que uma maioria absoluta representará enquanto projecto de um poder absoluto que o PS já não consegue disfarçar, a incontida ambição com que o PS a todo o custo a procura é a prova suficiente desses riscos e desses perigos. Não basta porém que ganhe espaço na reflexão de muitos eleitores a consciência desse perigo. É necessário dar força material a essa consciência e eficácia ao combate a esse risco. A todos aqueles, e muitos são, que com a memória ainda viva do que representou para o País a última maioria abso-

luta do PSD temem justificadamente numa nova concentração de poder absoluto a questão que têm diante de si é a de tomar nas suas próprias mãos o acto de o evitar. Com o voto na CDU.

Dissemos e repetimos que impedir que o PS obtenha uma maioria absoluta é no quadro presente a melhor forma de impedir que a política de direita seja prosseguida e acentuada em condições mais difíceis de resistência e luta contra as suas consequências. É que consegui-lo à custa de um redobrado reforço da votação e da presença parlamentar da CDU é a melhor e a única garantia de associar a esse resultado as condições para lutar por uma nova política e uma viragem à esquerda na política nacional. Pelo que a todos que aspiram a essa viragem, e a impedir pela esquerda uma nova maioria absoluta, se lhes coloca a questão de não faltarem com o seu contributo para que no próximo dia 10 de Outubro olhando para os resultados se possa confirmar que o mérito de ter impedido o poder

absoluto do PS radicou na reforçada presença da CDU, e não na de outros partidos. Como importa também vencer nestes escassos, mas decisivos dias, aquela ideia de algum conformismo de eleitores que alegando não esperar nada de novo destas eleições possam vir para sua surpresa a ser despertados tardiamente para o facto de se depararem com algo que não desejavam mas que nada fizeram para evitar.

Está nas nossas mãos assegurar agora em 10 de Outubro o apoio e a força que possibilitem à CDU pesar mais e decisivamente na concretização de uma nova política e na defesa dos interesses daqueles que aspiram a uma vida mais digna e com maior justiça. Pelo que, para evitar ficar nas mãos de uns e não deixar nas mãos de outros o que individualmente cada um entende dever ser feito, o que aos portugueses e às portuguesas se coloca é o de assumirem aquele gesto responsável e decidido de tomarem em suas mãos o apoio e o voto na CDU.

■ Jorge Cordeiro

A decisão

Atres dias do acto eleitoral para a nova Assembleia da República e quase esgotada a argumentação das diversas forças concorrentes poderá parecer supérflua uma chamada de atenção para a grande importância dos seus resultados.

É verdade que no quadro complexo dos poderes institucionais e sociais que estruturam o viver social e da indispensável intervenção activa em todos eles, a composição do órgão de soberania Assembleia da República não é evidentemente tudo. Mas ela constitui, sem dúvida, um elemento decisivo ao nível do poder do Estado e da forma e objectivos do seu exercício nos próximos anos.

Ao longo de toda a pré-campanha e campanha eleitorais os comunistas sublinharam incansavelmente os perigos da maioria absoluta do PS, pelo que ela poderá representar de continuidade agravada de políticas que consideram negativas para os trabalhadores e para o País. E fundamentaram em provadas razões a importância do reforço eleitoral da CDU.

Até à hora da decisão do eleitorado tudo necessita de ser feito para manter bem vivas essas razões.

Num quadro de transformações a nível comunitário e global que, nos últimos anos, influenciaram profundamente a vida nacional, este último acto eleitoral antes do calendário atingir o ano 2000 vai também dar testemunho das alterações ocorridas na sociedade portuguesa, e de como se apresentam e projectam para o novo século as dinâmicas sociais e políticas que configuram incessantemente o seu futuro.

É por isso também em nome do futuro - do futuro dos valores e dos objectivos essenciais que singularizam o combate dos comunistas, do futuro do projecto de esquerda e de poder que afirmamos - que o reforço eleitoral da CDU em 10 de Outubro deve ser igualmente valorizado.

■ Edgar Correia



Foto: Vítor Castro

Confiança - hoje e amanhã

KOSOVO e Jugoslávia

Kosovo saiu praticamente das primeiras páginas dos diários e telejornais pouco depois do fim da agressão da NATO à Jugoslávia e quando no Kosovo se implantaram, em Junho, os 45 000 militares da KFOR. Dia sim dia não, lá vão filtrando algumas notícias, mais ou menos soltas. Mas que, somadas, podem permitir sublinhar aqui algumas das linhas de força da situação actual.

Primeira: Após a agressão militar da NATO à Jugoslávia, a ocupação do Kosovo, a pretexto da limpeza étnica que os sérvios estariam aí a fazer, deu de imediato lugar a uma vaga incontrolada de violência, assassinatos, destruição de casas e aldeias, profanação de lugares religiosos ortodoxos, generalizada perseguição a todas as comunidades kosovares não albanesas, nomeadamente sérvios e ciganos, uma real limpeza étnica: segundo a ACNUR, de mais de 230 000 sérvios e ciganos antes existentes, já só restariam uns 20 000, quase todos acantonados em ghettos assediados. Para não falar de dezenas de milhares de kosovares albaneses fugidos também, acusados de «traidores» pelos bandos do UÇK por continuarem a querer ser jugoslavos na sua terra.

Segunda: Enquanto esta limpeza étnica e violência se processava sob o olhar complacente da KFOR - cuja missão primeira era supostamente assegurar a segurança de todos os kosovares - foi sendo cada vez mais clara a política dos comandos da KFOR de cumplicidade com os bandos terroristas e mafiosos do UÇK, facilitando a sua reorganização, equipamento e implantação em todo o território. O UÇK é agora «legitimado» sob o *travesti* de «Corpo/Exército do Kosovo», cujo comando é entregue ao mesmo chefe militar do UÇK, Agim Ceku, ex-general croata já responsável na Bósnia pelo massacre e limpeza étnica dos sérvios da Krajina! A determinação clara da Resolução 1244 do C.S. da ONU de desmilitarização das forças do UÇK foi sendo retardada e culminou na farsa do comando da KFOR a dar por concluída a 20 de Setembro, farsa tão descarada que um alto responsável da ONU pode macabramente ironizar (*DN* 20.9 e *Público* 22.9): «Estamos satisfeitos por o UÇK nos ter entregue 10 000 armas, mesmo se sabemos que eles têm mais de cem mil...»

Terceira: Dá-se na prática por adquirido o não cumprimento, pela KFOR (tropas NATO) e pela MINUK (força civil da ONU), do reconhecimento inofensível da soberania da R.F. da Jugoslávia sobre o Kosovo. O tristemente célebre Sr. Kouchner nomeia juizes e procuradores para «tribunais», estabelece direitos alfandegários, impõe o marco alemão como moeda, emite vistos e bilhetes de identidade, etc. Isto é, dispõe a seu belo prazer numa região que, devendo ser autónoma, foi e continua a ser uma província da Sérvia, como há séculos é, parte integrante da Jugoslávia soberana. Governantes e chefes militares estrangeiros entram e saem sem controlo, estabelecem-se «representações diplomáticas» na província sem, como a lei internacional determina, se pedir qualquer autorização ao governo soberano da Jugoslávia. Preparando a passagem da «prática à teoria» (*Solana dixit*), já o governo dos EUA começa «em privado» a «patrocinar» a independência do Kosovo (*Público* 25.9) - expressamente excluída pelas resoluções da ONU.

Finalmente: Tudo isto só será motivo de espanto para quem não tenha visto os antecedentes da «operação Kosovo»: a exploração a fundo de um problema para avançar uma política que vinha sendo implementada desde há quase uma década: o *desmembramento e destruição da República Federal da Jugoslávia*. Política que prossegue agora, não só no Kosovo, mas promovendo e financiando o separatismo do Montenegro, atizando a instabilidade na Voivodina, ajudando por todas as formas à subversão as forças «democráticas» da oposição em Belgrado para o assalto ao coração da Jugoslávia e de toda a região balcânica, a Sérvia.

O povo jugoslavo, cujo país foi brutalmente destruído pelas bombas da NATO (21 700 toneladas em 11 semanas!), há anos submetido a injustas e severas «sanções», bem precisa que cessem imediatamente estes «humanitários» cuidados da dita «comunidade internacional». E para isso bem continua a necessitar da ajuda empenhada dos que continuam a prezar a solidariedade internacionalista entre povos livres e soberanos.

■ Carlos Aboim Inglez

Catástrofe nuclear no Japão

Ocorreu, na passada quinta-feira, um grave acidente na central nuclear de Tokaimura, no Japão, com uma fuga radioactiva que provocou a subida dos níveis de radioactividade no interior da central quatro mil vezes superior aos valores considerados normais e de segurança. As radiações afectaram imediatamente 49 pessoas na central, nomeadamente três operadores que tiveram de ser hospitalizados em estado grave, enquanto foram evacuados 150 residentes das proxi-

midades e mais 320 mil receberam ordem de se barricar em casa. Trata-se do mais grave acidente nuclear ocorrido no mundo desde a tragédia de 1986 em Chernobyl, na União Soviética. A catástrofe de Tokaimura atingiu o nível quatro numa escala máxima de sete que mede a gravidade destes acidentes, o que aponta para devastadoras consequências no futuro imediato da região. A JCO, a empresa gestora da central nuclear de Tokaimura, admitiu ter sido um erro de

manipulação do urânio na cuba de depuração que esteve na origem da tragédia, enquanto diversos peritos internacionais afirmam que se esteve à beira de uma reacção em cadeia incontrolável. O governo japonês, que, entretanto, já está a ser acusado de «falta de clareza nas informações» pelo porta-voz britânico da Greenpeace, anunciou que vai rever as normas de segurança em todo o parque nuclear nipónico, que abrange 53 reactores em actividade.

Marcha de protestos desagua em Brasília

Mais de mil activistas de diversos movimentos populares chegam hoje a Brasília, capital do Brasil, culminando assim uma marcha de protesto que percorreu 1580 quilómetros, desde que se iniciou no Rio de Janeiro, em 26 de Julho último. A «Marcha pelo Brasil» — assim chamada pelos seus promotores — foi organizada pelas pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Central de Movimentos Populares, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST, cujos integrantes se assumem como os herdeiros das lutas camponesas que fizeram história no Brasil), Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento de Pequenos Agricultores e diversos sindicatos. A «Marcha pelo Brasil» atravessou os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e

Goiás até entrar no Distrito Federal, onde foi promovendo dezenas de encontros com as populações locais, a sensibilizá-las para as razões deste protesto. Entretanto, está previsto que, em Brasília, os integrantes da marcha se juntarão a cerca de sete mil pessoas de diversos movimentos e associações não governamentais numa manifestação, a realizar na Esplanada dos Ministérios, contra a política do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e num protesto, frente ao Banco Central, contra a política de «submissão» ao Fundo Monetário Internacional. Os manifestantes irão permanecer acampados em Brasília durante uma semana, realizando debates para discussão da situação brasileira, com a participação de religiosos, professores universitários, economistas e jornalistas.



Guerra na Tchetchénia



Bento Gonçalves em nome de rua

A Câmara Municipal de Lisboa decidiu homenagear Bento Gonçalves, atribuindo o seu nome à Rua M2 do Bairro do Armador, em Chelas.

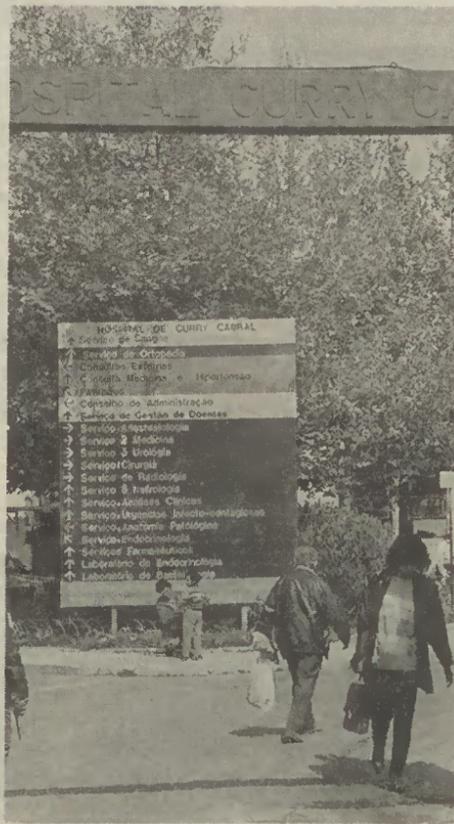
A homenagem teve lugar dia 1 de Outubro, cabendo a José Vitoriano, da Comissão Central de Controlo do PCP, «dizer algumas palavras» em que começou por considerar a decisão da Câmara como «um acto de justiça» para com um «destacado resistente ao regime fascista».

Bento Gonçalves foi «um conseqüente combatente da liberdade pela qual deu a própria vida, pois viria a morrer com a idade de apenas 40 anos no campo de concentração do Tarrafal, vítima dos maus tratos e da deliberada falta de assistência a que estavam submetidos os presos políticos enviados para esse campo, também conhecido pelo campo da morte lenta», sintetizou o dirigente comunista, que esboçou ainda uma breve biografia de «um dos principais obreiros do Partido Comunista Português».

Bento António Gonçalves nasceu em 1902, em Trás-os-Montes e, aos 13 anos, migrou para Lisboa onde começou a trabalhar como aprendiz de torneiro mecânico nas oficinas do Arsenal da Marinha de Lisboa.

Ministério da Saúde «perdoa» 1,8 milhões de contos a seguradoras

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e o Ministério da Saúde anunciam a assinatura de um protocolo, onde as seguradoras se comprometem a pagar aos hospitais 40% do montante actual das dívidas das seguradoras reclamadas judicialmente pelos hospitais portugueses, montante esse que ascende a cerca de três milhões de contos. A APS contesta este valor, defendendo que a sua dívida aos hospitais portugueses é de apenas 40% deste valor de três milhões de contos reclamados pelos hospitais. No protocolo agora assinado sob os auspícios do Ministério da Saúde, os hospitais públicos aceitam 40% de três milhões de contos como «liquidação total» da dívida. Ao assinar este protocolo, o Ministério da Saúde «dispensa» a decisão dos tribunais e está, na prática, a «perdoar» às seguradoras o pagamento de qualquer coisa como um milhão e 800 mil contos, sob o simples pretexto de que pretende «solucionar o diferendo».



O Governo russo desencadeou esta semana uma ofensiva militar em grande escala contra a República independente da Tchetchénia, no Cáucaso, sob o pretexto de estabelecer um «cordão sanitário» que isole os fundamentalistas islâmicos que, segundo o executivo de Moscovo, não apenas desestabilizaram a República vizinha do Daguestão (integrada na Federação Russa), como estarão por trás dos brutais atentados à bomba que causaram 293 mortos na Rússia entre 31 de Agosto e 16 de Setembro últimos. A ofen-

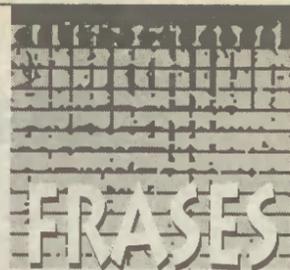
siva russa começou com bombardeamentos maciços sobre alvos militares e económicos na Tchetchénia segundo o pretenso «modelo» de «bombardeamento cirúrgico» usado pela NATO para devastar a Jugoslávia, seguindo-se uma ofensiva terrestre de grande envergadura, com as tropas russas a aproximarem-se da cidade de Grozni, a capital. Este novo conflito na Tchetchénia está a provocar uma fuga generalizada das populações locais, que ameaça transformar-se num desastre humanitário.



Tornou-se sindicalista e, aos 26 anos, filiou-se no PCP, de que viria a ser secretário-geral, «imprimindo-lhe os traços essenciais que o vieram a marcar».

Em 1930 foi preso pela polícia política, deportado sem julgamento para a ilha do Pico, Açores, e depois para Cabo Verde, tendo sido libertado através de uma amnistia. Cinco anos depois foi novamente preso e deportado para o campo de concentração do Tarrafal, onde foi sujeito a trabalhos pesados e torturas e onde morreu, em 1942, vítima da febre biliosa anúrica.

Mas o seu exemplo, sublinhou José Vitoriano, «foi transmitido ao Partido através das várias gerações de comunistas que se lhe seguiram».



“Em nome do Partido Comunista Português, em nome de uma força política que há 42 anos ligou a libertação do povo português da ditadura fascista à libertação dos povos submetidos ao colonisismo português, e que há 34 anos explicitamente inscreveu no seu Programa a luta pelo reconhecimento do direito à independência do povo de Timor-Leste, quero saudar a sua visita a Portugal e a sua presença na sede da representação nacional(...)”

Carlos Carvalhas, dirigindo-se ao «Companheiro Xanana Gusmão», em discurso proferido na Assembleia da República, em 1.10.99

“(...)E quero sobretudo, em sintonia com os generosos sentimentos solidários do povo português, saudar na sua figura todo o povo de Timor-Leste e o seu impressionante exemplo de coragem, determinação e confiança no futuro(...)”

Idem

“Sinto-me pequeno neste oceano de carinho e de amor que me concedeis e ao povo de Timor-Leste. Sinto-me pequeno porque não sou um herói. O herói, o verdadeiro herói, é o povo de Timor Lorosae.”

Xanana Gusmão no discurso na Assembleia da República, em 1.10.99

“Uma pergunta muito simples: tem falado com Deus?”

Pergunta dirigida por Carlos do Carmo a Xanana Gusmão, a convite do Diário de Notícias, em 2.10.99

“Conheço católicos que falam com Deus todos os domingos e que são criminosos. Fazer o bem é falar com Deus.”

Resposta de Xanana Gusmão à pergunta de Carlos do Carmo, na entrevista concedida à TVI em 4.10.99

“A maioria absoluta não é a imposição de uma vontade. Ter maioria não quer dizer que se tenha razão.”

António Guterres em entrevista ao Diário de Notícias, 4.10.99

“Fechem os olhos por uns segundos, e finjam ver, no lugar em que eu estou, o meu antecessor. (...) Aham que eu seria capaz de utilizar uma maioria absoluta para construir um poder absoluto?”

António Guterres em Trás-os-Montes. Diário de Notícias, 4.10.99

“Os governos maioritários têm tendência para abusar da possibilidade de aprovar leis e desprezar a opinião das oposições.”

Carlos Carvalhas citando Almeida Santos (declaração de uma entrevista dada ao Semanário em 22.7.95), no discurso proferido no Barreiro, em 2.10.99

“O que diz o Borda d'Água sobre 10 de Outubro? Não há maioria absoluta? Ah, grande Borda d'Água!”

Carlos Carvalhas em campanha em Vila Franca, citado pelo Diário de Notícias, em 4.10.99

■ Margarida Folque

Comício em Loures

A vitória da esquerda é com a CDU

A escolha do local talvez não tivesse sido a melhor, mas a instabilidade do tempo não oferecia outras alternativas. O certo é que o cinema de Loures foi manifestamente pequeno para acolher as muitas centenas de pessoas que na segunda-feira quiseram participar no comício que a CDU aí realizou. Mas o som dava para a rua, permitindo a quem já não conseguiu entrar, acompanhar primeiro a animada actuação dos «Meninos da Avó» e, a seguir, os três oradores da noite.

Fernanda Santos, membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP que presidiu ao comício, lembrou que naquele dia se estava a comemorar também a implantação da República que, em Loures, como é sabido, foi instaurada a 4 de Outubro.

Ana Paula Assunção, a primeira oradora, iniciou a sua intervenção referindo a vontade que sentia de convidar «os que nesta altura da campanha aparecem a meter medo às pessoas» a irem ali «conhecer a cara» da gente «que fez não apenas o 4 de Outubro mas lutou também contra 1926, preparou o 25 de Abril, soube vencer o cavaquismo e está aqui novamente disposta a lutar por uma mudança de política». Depois de fazer um curto balanço ao que tem sido a política do PS, Ana Paula Assunção considerou ser fácil verificar a diferença existente entre o discurso político do PS e a sua prática política. E lembrou o incumprimento de muitas das suas promessas, fossem em relação à reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos, à qualidade da saúde - num concelho, onde apesar de o município ter há tempo disponibilizado um espaço para a construção de um hospital este continuar por criar -, ao ensino ou ao emprego.

Por isso, «para que as coisas não fiquem na mesma», é preciso votar CDU, é preciso continuar a gritar que «queremos mais democracia e mais igualdade», e sobretudo, «queremos ser mais, queremos o direito à felicidade».

João Galdes, candidato da ID nas listas da CDU, começou por lembrar que nestas eleições não há o risco de regresso dos partidos da direita ao poder. O «que não significa que esteja afastado o perigo da continuação de uma política de direita».

A prática de quatro anos

O que «a prática de quatro anos demonstrou» foi que «nas questões

essenciais», o governo socialista prosseguiu e aprofundou a política de ataque aos interesses dos trabalhadores, aliando-se «preferencialmente à direita e aos partidos que a representam na Assembleia da República». Na verdade, o Governo PS aumentou o fosso entre ricos e pobres, mesmo numa «fase de crescimento do ciclo económico do sistema capitalista internacional», não aumentou os salários e pensões

de reforma reais, agravou as condições de vida dos trabalhadores, diminuiu o peso dos salários e das pensões no rendimento nacional, não concretizou uma única das grandes reformas estruturais democráticas que o nosso país carece.

João Galdes diz que «se o Governo governou mal em maioria relativa nos últimos quatro anos não poderá governar bem em maioria absoluta nos próximos quatro anos». Por isso, é necessário aumentar o número de deputados eleitos da CDU na Assembleia da República, disse, garantindo que «a única via para alcançar a viragem à esquerda que o País necessita é reforçar a capacidade da CDU de influenciar o poder em Portugal». Pois o voto na CDU «serve sempre para derrotar os partidos da direita mas serve também para derrotar a política de direita».



Carlos Carvalhas confiante num bom resultado

Cresce onda de simpatia

Frequentemente interrompido pelos aplausos de uma assistência vibrante, o secretário-geral do PCP iniciou a sua intervenção, em Loures, informando sobre a grande simpatia, apoios e declarações de incitamento que a CDU tem recebido e a devem levar a prosseguir o esclarecimento até 10 de Outubro.

Em relação à campanha dos outros partidos, Carlos Carvalhas considera que nada têm dito. Concretamente o PS «está mortinho para que passe esta campanha eleitoral sem se responsabilizar por nada». Apenas, e a pretexto de uma suposta estabilidade, «continua a pedir maioria absoluta».

«Mas que estabilidade?», pergunta o secretário-geral do PCP. «A estabilidade dos reformados e dos desempregados? A estabilidade dos agricultores que não vêem saída para os seus produtos? A estabilidade dos pescadores, que têm que abater os seus barcos ou se vêem perseguidos muitas vezes pelos portugueses, enquanto os espanhóis podem pescar nas nossas águas?»

Mas «a ambição de poder absoluto é tal que tudo vale». E à pergunta feita recentemente por António Guterres num comício, sobre se «alguém acreditava que ele seria capaz de usar o poder absoluto contra os direitos dos

cidadãos», Carlos Carvalhas pergunta se é ou não verdade que, se o PS tivesse tido o poder absoluto o pacote laboral tinha passado, «com limitação e retirada de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras? Que as incineradoras de Maceira e Souselas tinham ido para a frente, contra a vontade das populações? Que o favoritismo e o clientelismo teria sido ainda pior?»

Aliás, Carlos Carvalhas lembrou a António Guterres o que ele, há quatro anos, jurara: que o PS não cometeria «dois pecados capitais para o cavaquismo: o clientelismo e a arrogância».

Quanto ao clientelismo, bem... em quatro anos, e com maioria relativa, «foram só onze mil nomeações!» Quanto à arrogância, já apareceram «todos os piores tiques do cavaquismo»: é o «deixem-nos trabalhar!», são as queixas em relação às «forças de bloqueio», agora sob a forma de «coligações negativas», é a utilização, tal como Cavaco Silva, da imprensa financeira para dizer bem da economia portuguesa e depois atestar do bom estado desta.

Também há quatro anos, António Guterres dizia que o trabalho seria valorizado mas hoje «pode gabar-se de Portugal ser o país da União Europeia com maior acentuação das desigualdades».

É há, ainda, mais de um milhão de trabalhadores com vínculo precário, sobretudo milhares e milhares de jovens (30% entre os 20 e os 29 anos). Ora «um jovem a quem apenas se oferece um vínculo precário, um trabalho mal pago, o desemprego ou a emigração, é um jovem a quem se fechou a sociedade. Na sua campanha, a CDU começou logo por dizer que não iria «vender gato por lebre», apresentou as suas propostas, assegurou que iria bater-se para que o salário mínimo chegasse a

um mínimo de 75 contos até ao fim da legislatura e as pensões de reforma a 42 400 escudos no mínimo.

«Quanto à reforma da saúde, do ensino, da segurança social, é preciso fazer uma reforma fundamental que é a reforma do sistema fiscal. Que o Partido Socialista não fez porque não quis enfrentar os grandes interesses.»

Muitos cidadãos não sabem possivelmente, mas é graças a uma proposta do PCP - que o PS foi obrigado a aceitar porque não tinha maioria absoluta -, que 700 mil portugueses vão ser isentos de pagar IRS e cerca de dois milhões vão pagar menos.

Assim, o que está em causa nestas eleições é: «para que serve o voto no PS? Para ele ter poder absoluto e fazer uma política semelhante à do PSD?»

A poucos dias das eleições, o que há que dizer aos eleitores «que reconhecem na CDU uma força útil, necessária e indispensável da democracia portuguesa é que não se deixem perturbar com ameaças e chantagens de última hora, que não liguem a ondas rosa ou laranja, que ponham a vossa liberdade de decisão à frente de tudo, e escolham dar mais voz e deputados à CDU». Porque, no próximo domingo, «o que faz falta é virar à esquerda».





Depois do jantar com apoiantes decorreu um participado comício em Faro

Faro

Dar força às propostas da esquerda

«O Algarve nunca recebeu tantos membros do Governo por metro quadrado», observou Carlos Carvalhas, no comício-festa da CDU, realizado quinta-feira da passada semana no Cinema de Santo António em Faro. O secretário-geral do PCP desferiu duras críticas aos membros do Governo que se multiplicam em cerimónias de inauguração e distribuição de subsídios.

Carvalhas lamentou ainda que temas como o salário mínimo nacional, ou o trabalho precário não entrem no rol das «preocupações sociais» que quer o PS quer o PSD apregoam por todo o lado. Da mesma forma, perguntou «por que será que nestes quatro anos, eles nunca apoiaram uma luta de trabalhadores? Alguma vez viram o PSD ou o PP a apoiar reivindicações dos trabalhadores, ou uma greve, ou uma paralisação?»

O dirigente comunista falou ainda na necessidade de se baixarem as tarifas da electricidade, justi-

ficando que a EDP contabiliza muitos milhões de contos de lucros. Contudo, alertou, se o PS obtiver a maioria absoluta tal não irá acontecer: «Vamos é ter a factura do aumento dos combustíveis para pagar», alertou.

Referindo-se à intensa actividade dos comunistas na Assembleia da República, Carvalhas realçou que, por o PS não ter tido maioria absoluta, o PCP conseguiu fazer aprovar 50 projectos, muitos dos quais são hoje leis da República.

Se a CDU tivesse mais força mais faria, e se o eleitorado lhe der mais força no próximo domingo mais condições terá para fazer aprovar as reformas necessárias.

Na sua passagem pelo Algarve, o secretário-geral do PCP esteve no mercado de Olhão, onde foi calorosamente recebido pelas pessoas, participou depois num mini-comício em Tavira e juntou com muitas dezenas de apoiantes em Faro.

Guarda Campanha animada

Na Guarda, a CDU prossegue uma campanha animada e de intenso contacto com as populações, designadamente através da realização de porta-a-porta.

Nas visitas aos mercados, Luísa Araújo, cabeça de lista, e outros candidatos e activistas da CDU fazem-se preceder de um acordeonista que com a sua música acompanha a distribuição de documentos e as conversas informais que se vão estabelecendo com as pessoas.

As empresas são outros locais privilegiados pela CDU nas suas acções de esclarecimento, sendo que os Estaleiros da Câmara Municipal de Seia, a ARA, a Sotave e a Império, em Manteigas, a Delphi, na Guarda, a Roda, em Pinhel, foram algumas das empresas visitadas pelos candidatos da Coligação.

Na terça-feira, a CDU deslocou-se a Vila Franca das Naves, onde distribuiu um documento especialmente dedicado à luta que a população está aí a desenvolver contra a retirada de dois médicos da extensão de saúde e pela exigência da paragem nessa localidade do Intercidades e do Sud-Express. Aliás, esta luta assumiu já a forma de uma

paralisação dos comboios e a população ameaça, agora, boicotar as eleições através da abstenção.

Trata-se de uma luta justa, que a CDU apoia e para cuja resolução defende que a população seja ouvida e, naturalmente, vote em 10 de Outubro contra os que a prejudicam.

No âmbito desta grande actividade, têm-se ainda realizado diversos debates abordando os mais variados temas. Foi assim que, na semana passada, um interessante debate sobre «Estradas e Vias de Comunicação», com a participação de Manuel Tão, demonstrou a necessidade urgente das acessibilidades; no sábado, um outro debate, promovido pela Juventude CDU, permitiu a Ruben de Carvalho aprofundar «A palavra na música» e, na segunda-feira, em Almeida, Aurélio Santos e Aristides Rodrigues lançaram a discussão sobre «Os ideais da juventude hoje». Ainda na noite de segunda-feira, também com a participação de Aurélio Santos e de Luísa Araújo, a CDU apresentou, em Almeida, o seu Programa e propostas para o desenvolvimento do distrito da Guarda.

Porto Investir nas pescas

No sábado passado, Honório Novo esteve com pescadores na zona das Caxinas, em Vila do Conde, onde chamou a atenção para o abate sistemático de barcos, a passividade face à destruição da capacidade produtiva da indústria conserveira nacional, a quase total ausência de medidas de fiscalização das águas territoriais e o desprezo pela degradação das condições de vida dos pescadores - traços que caracterizaram a governação do PSD e que o Governo PS não alterou, disse.

O candidato da CDU, lembrando a diminuição das verbas e do investimento no sector - em 1999, o Orçamento de Estado para as pescas é cerca de 80% do que tinha sido em 1996 -, defendeu algumas medidas essenciais para a defesa da pesca e dos pescadores e a sustentação da indústria conserveira do distrito.

Entre elas, conta-se a modernização das estruturas portuárias de apoio e comercialização da actividade pesqueira na Póvoa de Varzim e Vila do Conde; a manutenção das 12 milhas na soberania exclusiva nacional e respectivo alargamento para as 24; a fiscalização eficaz das águas e do controlo dos produtos importados.

■ José Augusto

«Os Penicheiros» deitaram CDU desmascara

Sabe-se que o Barreiro é o Barreiro, com a conhecida tradição de luta e espírito revolucionário de quem nele vive ou trabalha. Mesmo assim, poucos acreditariam que «Os Penicheiros» se convertesse num espaço tão reduzido para conter a gigantesca onda CDU que o fez deitar por fora.

Quando chegou a arruada, comandada pelos «Toca a Rufar», toda a gente se perguntou onde iria caber tanta gente. Pergunta escusada, porque não coube. Centenas de activistas e amigos da CDU tiveram que ouvir o «Sete Estrelo» e, depois, as intervenções em plena rua.

Carlos Carvalhas iniciou a sua intervenção referindo-se à armadilha das sondagens que, sendo «tão diferentes e para todos os gostos, não podem ser todas boas e verdadeiras».

Por conseguinte, os eleitores, sobretudo os que «reconhecem na CDU uma força, útil, necessária e indispensável à democracia portuguesa», não devem deixar-se «impressionar por sondagens ou manobras», mas colocar a sua «liberdade de decisão à frente de tudo, porque o que faz a grandeza e a dignidade de um cidadão livre não é a atitude de *Maria vai com as outras*, nem a escolha do mal menor, mas a consciência clara dos seus interesses, a escolha dos que melhor o defendem, dos que são mais

sérios, mais empenhados e mais trabalhadores».

Frequentemente interrompido por aplausos e palavras de ordem, referiu-se também à falsa panaceia da maioria absoluta que deixaria ao PS «as mãos livres para agravar a sua política laboral e de concentração da riqueza».

Octávio Teixeira, deputado e candidato por Setúbal, começou por referir os debates que, nos últimos dias, tem tido com cabeças de lista de outras forças políticas do distrito, contando «uma coisa interessantíssima» que se passa sempre com o cabeça de lista do PS, Jorge Coelho: «Depois de eu fazer o diagnóstico do distrito, ele diz sempre que é um diagnóstico realista. Mas os próximos 4 anos vão ser de ouro para o

distrito de Setúbal!» Ora, o candidato comunista tem muitas dúvidas sobre a qualidade do ouro de que fala Jorge Coelho e coloca as «mais sérias reservas» à seriedade dessa promessa. É que, frisou Octávio Teixeira, «não podemos esquecer o que os socialistas fizeram e não fizeram nestes últimos 4 anos», bastando para tanto olhar para o Barreiro, onde o PS nada fez para baixar a alta taxa de desemprego.

Aliás, diz o Governo socialista que o «desemprego não é grave no distrito» mas «saberão eles que na Adubos Portugal estão em perigo, neste momento, 50 postos de trabalho? Ou que há 140 trabalhadores da Fesquisa que estão em risco de ir para a rua, de caírem no desemprego?»

Um distrito discriminado

A verdade é que este Governo tem marginalizado o distrito, tal como já o tinham feito os governos do PSD. Senão veja-se: «Onde está o sistema de abastecimento de água da Península de Setúbal? Ou a ETAR Barreiro-Moita, há mi-

Carlos Carvalhas no Barreiro Mudar para melhor

No Barreiro, o secretário-geral do PCP fez uma chamada de atenção especial para os perigos resultantes da obtenção de maioria absoluta pelo PS. Para Carlos Carvalhas, ao contrário de qualquer maioria absoluta, o que é necessário é que o PS «sinta na diminuição dos seus votos que há mais portugueses que não se esquecem e não perdoam as coisas negativas que fez».

«Há dias, as televisões mostraram o Eng. Guterres, na sua frenética campanha pelo poder absoluto, a lembrar afirmações de Durão Barroso no tempo do

cavaquismo e em que este proclamava as excelências e maravilhas da maioria absoluta.

«Em resposta, tivemos depois o Dr. Durão Barroso a explicar

que o que Guterres tinha feito era uma grande falta de honestidade porque as frases tinham sido tiradas do contexto da época, embora ficássemos a saber que o famoso «contexto» se resumia ao facto de a maioria absoluta ser ótima porque era do PSD.

«Com a autoridade que nos advém de termos combatido a maioria absoluta de Cavaco Silva até que ela acabou e de combatermos hoje a ambição do PS de a ter ele, e já que o Eng. Guterres parece gostar



por fora política do PS

tos meses entregue no Ministério do Ambiente? Onde está a nova divisão da PSP no Barreiro ou o corpo da GNR na Cidade Sol? Onde está a passagem ferro-rodovial há tantos anos prometida? Quanto à implementação de uma estação de tratamento de resíduos industriais em pleno coração do Barreiro – que a população rejeitou de forma clara – Octávio Teixeira avisou ser bom «não esquecer que as eleições são no dia 10 e que o problema não foi arrumado». E que, se o PS tiver a maioria absoluta, passados um ou dois meses, virá, «à força, essa estação».

Por tudo isto, o «concelho não pode ter a memória curta», para que não haja dúvidas acerca de qual o voto que serve a população laboral do distrito e do concelho do Barreiro», o voto na CDU.

Odete Santos, vivamente aplaudida, foi direita ao que interessava, servindo-se, para dar o mote, de uma conhecida quadra de António Aleixo: *O pão que sobra à riqueza/Repartido com razão/Matava a fome à pobreza/ E ainda sobrava pão.*

«Não adivinhava o poeta popular que, conquistada que foi a liberdade, o povo assistiria com um silêncio feito de grande espanto à reconstrução

capitalista apoiada, é claro, pelos partidos da direita e por quem faz políticas de direita», frisou.

Odete Santos lembrou as preocupantes conclusões da União Europeia, segundo as quais se agrava em Portugal o fosso entre pobres e ricos e aumenta o número de pobres, mercê de uma política de canalização das riquezas do Estado para os bolsos dos que conquistam milhões à custa do empobrecimento do Estado e do povo.

Que o digam os trabalhadores das empresas públicas que passaram para o sector privado e se «viram atirados para um trabalho sem direitos, precário, que transforma em angústia o final de um dia que poderá ser um amanhã sem emprego». Ou os «trabalhadores da Siderurgia, que assistem à delapidação de riquezas nacionais a favor do estrangeiro».

Por isso, no momento de decidir do voto, «há questões que têm de ser respondidas por quem, há quatro anos, manifestou desejo de mudança e viu defraudadas as expectativas que depositou nas urnas». E os trabalhadores não se reconhecem certamente nos que apenas lhe oferecem trabalho a tempo parcial e sem direitos e salários minguados.



As pequenas e grandes traições do PS

Joaquim Matias, candidato pelo distrito e conhecedor profundo das carências e das necessidades da região, aproveitou para denunciar a atitude do PS em questões intrinsecamente ligadas à cidade e ao concelho: «Tentou instalar no Barreiro uma estação de tratamento de resíduos industriais perigosos, votou contra a construção da passagem desnivelada da Recosta, discriminou o Barreiro na modernização dos barcos da Soflusa, desviou fundos comunitários destinados à Estação de Tratamento de Águas Residuais, votou contra a reforma da idade das mulheres aos 62 anos, quis destruir a Segurança Social...» e muito outras grandes e pequenas traições aos interesses dos trabalhadores e dos portugueses.

O candidato, lembrando ainda o favorecimento ao grupo Mello, quando da privatização da Quimigal Adubos, termina afirmando, «que se o PS tivesse a maioria absoluta levaria por diante tudo isto e muito mais».

A juventude interveio, depois, pela voz de Sofia Martins, candidata por Setúbal. «As preocupações de ontem são já hoje motivo de revolta», afirmou a candidata, descrevendo as dificuldades com que os jovens esbarram em todas as áreas, quer estudem, quer trabalhem. Na verdade, sublinhou, o «PS põe no prego o futuro dos jovens do nosso país».

Os *numerus clausus*, a falta de apoio social, a escassez de cantinas e de residências estudantis e, sobretudo, falta de emprego para os que concluem, por vezes com grande sacrifício, um curso, foram outros problemas colocados, dos quais, diz Sofia Martins, a juventude tem plena consciência.

Convívio com jovens «Desconfiem dos que têm a verdade absoluta»



«Desconfiem sempre dos que têm a verdade absoluta» - foi uma das mensagens fortes deixadas por Carlos Carvalhas aos muitos jovens dos nove concelhos da Península que, na noite de sexta-feira, se deslocaram à Associação de Reformados do Barreiro para, num ambiente de festa, dialogarem com os candidatos da CDU durante um jantar-convívio.

Numa sala decorada como para um arraial, a animação esteve a cargo do conjunto «Lado B» que, entre muitas modas genuinamente portuguesas, não se esqueceu de cantar os «Vampiros». E apropriadamente. Quem haveria de dizer que a canção, imortalizada pela voz de José Afonso, readquiriria toda a sua carga acusatória 25 anos após o 25 de Abril! E foi com sinceridade que aqueles jovens do Barreiro, Seixal e Almada, Palmela e Alcochete, Montijo e Moita, Setúbal e Sesimbra acompanharam o *Eles comem tudo, eles comem tudo e não deixam nada!*

A intervenção de Carlos Carvalhas, cortada amiúde com a palavra de ordem «Agora e sempre, a juventude está presente!», foi curta, directa e incisiva. Como os jovens gostam.

«Há quatro anos, houve para aí um *cota* que declarou a sua paixão pela Educação. Quatro anos depois, aparece o mesmo *cota* a declarar a sua paixão pela Saúde. Como vocês costumam dizer, este *cota* não tem recuperação!» - começou por dizer

Carvalhas, servindo-se da linguagem utilizada pela juventude.

Depois, passou-se ao tema da modernidade, muito querido a alguns quando serve de capa às maiores injustiças. «Os jovens que perguntem a esses que dizem que caminhamos para a modernidade se modernidade é termos cada vez mais trabalho precário, se é termos um ensino que não oferece saídas profissionais, se é continuar uma política que coloca a juventude perante crescentes dificuldades. Todos nós sabemos o que espera a grande maioria dos jovens concluído o ensino: ou salários baixos, ou o desemprego, ou a imigração. Não, não contem com a Juventude CDU para esta política!»

Por conseguinte, «no próximo dia 10, vamos dizer que é necessário uma política à esquerda, o que significa uma política que sirva a juventude e o nosso povo». E vamos dizer que a «modernidade está com aqueles que querem transformar a sociedade, com aqueles que têm capacidade para fazer uma festa como a do Avante!».

Findo o encontro, houve arruada pelas ruas do Barreiro até à velhinha colectividade de «Os Penicheiros», onde se realizaria o comício. Encabeçaram-na os «Toca a Rufar», que com uma multidão de jovens incendiaram a noite com a sua saudável irreverência e indestrutível alegria.

de citações de outros, propomos ao Eng. Guterres uma adivinha.

«Será ele capaz de acertar em quem foi a pessoa que, em entrevista ao «Semanário» de 22 de Julho de 1995, quando lhe perguntaram se não lhe parecia «que um governo com maioria relativa é um governo a prazo?» logo respondeu: «Pode não ser. Porque é que há-de ser um governo a prazo?». E será o Eng. Guterres capaz de acertar em que foi a mesma pessoa que logo explicou que «nas democracias europeias muitos governos têm cumprido as legislações. E os governos minoritários têm eles próprios algumas vantagens sobre os governos maioritários. Os governos maioritários têm tendência para abusar da possibilidade de aprovar leis e desprezar a opinião das oposições. O Governo minoritário tem que as tomar em conta, tem que discutir as leis uma a uma, (...) isso torna a lei melhor, porque foi discutida, tomou em conta as oposições, tomou em conta as críticas».

«E será ainda que o Eng. Guterres é capaz de acertar em quem foi a mesma pessoa que ainda se deu ao luxo de afirmar que, por comparação com um governo de maioria absoluta,

um governo de maioria relativa «é mais democrático, respeita mais o diálogo».

«Mas nós queremos poupar o eng. Guterres o trabalho de pedir aos serviços do PS que vasculhem os arquivos.

«E, por isso, daqui o informamos que quem afirmou tudo isto foi nem mais nem menos que o Dr. Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, Presidente do PS e candidato do PS a estas eleições.

«Agora só falta aguardar que venha aí o Eng. Guterres, imitando Durão Barroso, dizer que a frase foi tirada do «contexto».

«O que faz verdadeiramente falta é que o PS não só não contagiou o poder absoluto mas sintia na diminuição dos seus votos que há mais portugueses que não se esquecem e não perdoam as coisas negativas que fez, e como as coisas mais negativas que fez tiveram sempre o apoio da direita, é então claro que o que faz falta é mudar para melhor, para a esquerda e pela esquerda, e que só com mais votos na CDU é que se dá mais força, logo na noite de dia 10 de Outubro, à exigência de uma nova política que signifique mais respeito pelas pessoas e mais respeito por quem trabalha.»

LEGISLATIVAS 99

VILA FRANCA DE XIRA

Luís Sá visita concelho

A situação de precariedade em que se encontram as pequenas e médias empresas e a economia portuguesa é «inquietante», sobretudo face à crise mundial que se anuncia para o ano 2000/2001. O alerta foi de Luís Sá, candidato da CDU pelo distrito de Lisboa, numa recente deslocação ao concelho de Vila Franca de Xira, onde visitou várias empresas, instituições de ensino pré-escolar e de apoio a crianças. Designadamente em relação às instituições de solidariedade social, Luís Sá considera manifestamente insuficiente o estatuto dos seus dirigentes, já que não garante que a sua carreira e actividade profissional não sejam prejudicadas pela contribuição a estas instituições. Instituições que são de particular importância num concelho como o de Vila Franca, onde residem várias comunidades de imigrantes que se encontram social e culturalmente desintegradas e de que as crianças são as principais vítimas.

PORTO

Acesso à informação

Num acto de carácter simbólico e simultaneamente de alerta para o problema do acesso à informação, uma delegação da CDU/Porto, encabeçada por João Amaral visitou na sexta-feira passada a Associação de Jovens Flautistas do Porto, a quem a AECOD (Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas) ofereceu um computador, com acesso à Internet, que ficará à disposição de quem nela queira «navegar». Na ocasião, a candidatura da CDU fez uma declaração sobre a «Sociedade de Informação» e apresentou as suas propostas para a democratização do acesso à Internet.

MADEIRA

Voto – direito de todos

Para além de excluídos da aplicação da legislação laboral e Segurança Social, os tripulantes do «Lobo Marinho», *ferry-boat* que assegura a ligação entre a Madeira e o Porto Santo, correm o risco de não poderem exercer, no próximo domingo, o seu direito de votar. É que a não serem tomadas medidas, o horário praticado na travessia – saída do Funchal às 8h00 e regresso com saída de Porto Santo às 18h00 – impossibilitará aos trabalhadores participarem no acto eleitoral. Assim, a CDU/Madeira interpelou a Comissão Nacional de Eleições sobre esta situação de discriminação, apelando à tomada de medidas para ultrapassá-la. Entretanto, com o objectivo de divulgar a sua mensagem política, a CDU realizou, na passada terça-feira, a «Caravana da Solidariedade» que, a partir do Funchal, percorreu todas as zonas da periferia e ultraperiféricas da cidade.

COIMBRA

Os abusos do PS

Em 15 dias, cinco ministros e oito secretários de Estado estiveram no distrito de Coimbra, desdobrando-se em acções de assinaturas de protocolos, promessas, visitas e inaugurações de obras que, em muitos casos, nem foram concretizadas pelo Governo, o mesmo se verificando com diversos responsáveis de serviços desconcentrados dos Ministérios.

A denúncia cabe à CDU que, como exemplo expressivo de confusão de funções entre cargos políticos e candidaturas a deputados, aponta as declarações de Fausto Correia e José Penedos na apresentação do programa do PS para o distrito, aproveitadas para uma alusão à sua influência na alegada resolução dos problemas. Apelando à «seriedade dos candidatos/governantes», a CDU considera que quem age como estes secretários de Estado «ou faz "batota" ou começa a não conseguir controlar o mecanismo que lhe advém do facto de constatar que alguma coisa não lhe corre, nesta campanha, como esperava».

AMADORA

Um alerta necessário

Também a Comissão Coordenadora da Amadora da CDU, em comunicado à população, denuncia a vergonhosa utilização por parte do PS dos instrumentos de poder que detém, dando mais uma vez razão ao alerta da CDU para os perigos de uma maioria absoluta daquele partido. A título de exemplo dos abusos cometidos, a CDU refere a publicidade espalhada pela cidade anunciando a abertura na passada quinta-feira da Esquadra da Brandoa que, afinal, ainda não está pronta, ou a inauguração pela JAE e a CMA da nova iluminação do IC19 e EN117, «por coincidência» uma hora antes do jantar do PS naquela zona. Entretanto, os comerciantes do concelho receberam uma carta em nome do «Sr. Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Raposo», a quem foi suspenso o mandato por imperativo da lei, feita precisamente para «evitar abusos por parte dos ditos candidatos/presidentes». Enfim, «uma vergonha», na opinião da CDU.

Carlos Carvalhas em Moura, Beja e Serpa

«Cada voto conta!»

■ Carlos Pereira

«Quanto mais força o povo der à CDU, mais força a CDU dará ao povo», lembrou Carlos Carvalhas, falando no Alentejo, em mais uma jornada de campanha eleitoral. O secretário-geral do PCP participou, na sexta-feira, num jantar em Moura e num comício em Beja e esteve, na segunda-feira, em Vila Nova de S. Bento, Vale de Vargo e Pias, freguesias do concelho de Serpa. Ouvido por muita gente, Carvalhas voltou a frisar que só o reforço da votação na CDU garantirá uma viragem à esquerda e impedirá o poder absoluto do Partido Socialista.

Para a CDU, o prometido é devido: alterando o programa e mesmo sem as equipas de reportagem das televisões atrás, Carlos Carvalhas voltou ao Alentejo, na segunda-feira, para contactar as populações de Vila Nova de S. Bento, Vale de Vargo e Pias, no concelho de Serpa. É que, três dias antes, o dirigente do PCP prometera voltar, depois de ter sido forçado a adiar a visita àquelas freguesias da margem esquerda do Guadiana devido à presença em Lisboa de Xanana Gusmão, presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, e a compromissos inadiáveis.

Acolhido fraternalmente no Alentejo, como sempre, e acompanhado pelos candidatos da CDU pelo distrito de Beja e por dirigentes e activistas locais, Carlos Carvalhas foi claro nas palavras que dirigiu às centenas de pessoas que o receberam no concelho de Serpa.

Primeiro, recordou as promessas não cumpridas de António Guterres há quatro anos e, depois, sublinhou que, ao contrário do que aconteceu em 1995, nas eleições do próximo dia 10 não há o perigo de a direita chegar ao poder - a onda laranja é virtual (como a onda gigante do Algarve, em Agosto) - e, por isso, os cidadãos de esquerda devem votar na CDU («quanto mais força o povo der à CDU, mais força a CDU dará ao povo»), forçando uma viragem à esquerda na política nacional e



O comício em Beja realizou-se numa praça ao ar livre

impedindo o «poder absoluto do Partido Socialista».

Para que tais objectivos sejam atingidos, alertou Carvalhas, é fundamental que todos os apoiantes da CDU e os que defendem uma política de esquerda votem, e bem, no próximo domingo, porque todos os votos são importantes. Solicitado por jornalistas a comentar recentes sondagens publicadas na imprensa, o secretário geral do PCP disse que «as verdadeiras sondagens são no dia 10» e que «nós da CDU estamos optimistas e vamos daqui, do Alentejo, confiantes num bom resultado».

«Vale a pena lutar por causas justas»

Na noite de sexta-feira, dia 1, o secretário-geral do PCP esteve

em Moura e em Beja depois de, ao longo do dia, em Lisboa, ter participado num almoço e num encontro com Xanana Gusmão, na Presidência da República, e numa sessão solene de homenagem ao líder da resistência timorense, na Assembleia da República.

Em Moura, o dirigente comunista esteve presente num animado jantar-convívio que reuniu centenas de apoiantes da CDU

depois, já em Beja, num comício na praça junto ao Museu Regional (a CDU foi, aliás, a única força política a optar, nesta campanha, por um comício ao ar livre na cidade), em que estiveram presentes cerca de duas mil pessoas, com destaque para muitos jovens, que deram à iniciativa ainda mais cor e alegria.

A abrir, falaram António Rodeia Machado, Susana Correia e Ana Rita Martins, candi-

dados da CDU pelo círculo de Beja - que, em virtude da diminuição do número de eleitores, vai eleger nestas legislativas três deputados, em vez dos anteriores quatro -, evocando as promessas incumpridas do PS, a continuação da desertificação do Alentejo, a alta taxa de desemprego só atenuada pela emigração, as minas de Aljustrel que permanecem sem laborar, o IP 8 por construir e agora erguido de novo como bandeira eleitoral, as baixas reformas e pensões, a degradação da saúde no distrito, o falhanço da política educacional, o clientelismo fomentado pelo «Estado rosa», a despudorada utilização de cargos governamentais para propaganda partidária...

Recordando promessas - ainda por realizar, mas que agora são repetidas - feitas por Guterres há quatro anos, Carvalhas disse que o líder do PS parece o apresentador do programa «Roda dos Milhões», prometendo «mundos e fundos» e distribuindo milhões e milhões virtuais em período eleitoral. Ao contrário da CDU, venceu, que «não vende bacalhau a pataco» e que se bate pela concretização das propostas que faz, em defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores e das populações.

Apelando ao voto na CDU - para uma maior representação da Coligação no Parlamento e para, assim, garantir uma viragem à esquerda e impedir a maioria absoluta do PS -, Carlos Carvalhas teve ainda tempo para homenagear a resistência do povo de Timor-Leste. E retirou alguns ensinamentos do combate heróico dos timorenses: mesmo em circunstâncias históricas difíceis vale sempre a pena lutar pelas causas justas e empunhar as bandeiras da Justiça e da Liberdade. Nestes combates, nem sempre se ganha, mas quando se desiste perde-se sempre.

Carlos Carvalhas participou

Évora

Defender a Biblioteca Pública

Os candidatos da CDU, preocupados com o futuro da Biblioteca Pública de Évora, comprometeram-se, em comunicado à população, a defender esta secular instituição de cultura, que sendo uma das três mais importantes do País possui um fundo que ultrapassa os 600 mil títulos e centenas de milhar de manuscritos, de que a colecção de livros do século XVI, arquivos do século XVII e a colecção de incunábulo são expressivos exemplos.

Já em 1992, o governo do PSD havia manifestado a intenção - que não chegou a ser concretizada - de desmantelar a Biblioteca, atribuindo à Universidade de Évora a sua tutela, gerando então um movimento de desagrado por parte de largos sectores da cidade.

Há cerca de dois anos, foi a vez do Governo PS publicar um decreto-lei (n.º 60/97 de 20 de Março de 1997) extinguindo a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Évora no enquadramento institucional que detinha até então e mantendo-se apenas sob o ponto de vista funcional. Assim, a Biblioteca Pública de Évora foi remetida para uma existência oficiosa, suscitando as maiores preocupa-

ções na opinião pública que rejeitou qualquer solução visando partilhar o seu espólio ou diminuir o seu estatuto.

A Assembleia Municipal de Évora criou um Grupo de Trabalho para o estudo da questão - entregue ao ministro da Cultura em Março de 1999 - e a Câmara Municipal, correspondendo ao sentir da Cidade, disponibilizou-se para desistir do projecto de criação de uma Biblioteca Municipal.

Este consenso obrigou o ministro da Cultura a rever a posição inicial, comprometendo-se a viabilizar as propostas dos eborenses. Contudo, para além de desbloquear, de forma insuficiente, o quadro de pessoal da Biblioteca, nenhuma outra decisão foi tomada.

Essa a razão por que os candidatos da CDU assumem a defesa deste importante valor patrimonial e cultural que é a Biblioteca Pública de Évora, preconizando, para o efeito, a sua unidade funcional e institucional, sem fraccionamento do acervo documental acumulado há quase dois séculos; a conservação do seu estatuto; a manutenção do Depósito Legal e a construção de um edifício preparado para acolher o espólio existente.

■ João Chasqueira

Grandioso comício em Alpiarça

Santarém confiante no reforço da CDU

No distrito de Santarém, entrados na recta final da campanha, cumpridas que foram muitas das acções que preencheram o vasto programa de contactos com os eleitores, e quando já é possível proceder a uma primeira leitura dos resultados desse enorme esforço de esclarecimento, o que se pode dizer é que entre os candidatos, os responsáveis locais e regionais e os simpatizantes e activistas da CDU respira-se um clima confiança – de «tranquila confiança», mais exactamente, para usarmos a expressão transmitida ao repórter pelo mandatário distrital, Sérgio Ribeiro.

E não faltam razões para tanto: os sinais até agora provenientes da campanha, em qualquer dos seus planos – dos contactos pessoais à própria forma como foram acolhidas as propostas –, são de molde a considerar que está perfeitamente ao alcance o cumprimento dos objectivos eleitoralmente definidos para esta campanha.

A qualidade do trabalho CDU

Essa é também a convicção de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política e responsável pelo distrito. Em declarações ao «Avante!», afirmou que a campanha veio confirmar que os objectivos preconizados são «realistas». Foram realizadas centenas de acções orientadas para o contacto directo e para o esclarecimento das pessoas, privilegiando a abordagem à entrada das empresas, os porta-a-porta, a distribuição de documentos em mercados, feiras, festas e romarias. Acredita, por isso, que haverá «consolidação das posições da CDU no distrito», em simultâneo com o «aumento do número de votos e com a sua «manutenção como terceira força política do distrito».

Luísa Mesquita, cabeça de lista pelo círculo de Santarém,

corroborava da mesma opinião. Ao nosso jornal disse também que, dos múltiplos contactos em que se tem desdobrado, «é notório o reconhecimento pelo trabalho da CDU, que não tem comparação com nenhum dos outros deputados que representam os eleitores do distrito».

É esse reconhecimento que está, aliás, na base da ideia – inclusive entre muitos eleitores do PS –, de que é «fundamental a presença de deputados do PCP na Assembleia da República eleitos por Santarém», para que os interesses do distrito «sejam devidamente acautelados».

Máquina capaz de viciar

É clara, pois, a confiança no reforço das posições da CDU. Isto não obstante a colossal máquina que o PS pôs de pé no distrito, numa miscenização entre o aparelho partidário, o autárquico e o do Governo. Numa frequência inusitada, não passa um dia em que não haja o rodopio de membros do Governo ou seus representantes, deixando aqui uma promessa, ali um apoio, acolá uma inauguração. Uma verdadeira onda de demagogia e promessas fáceis. Uma verdadeira máquina capaz de viciar.

O poder absoluto

(...) Cavaco e Silva foi a Viana apoiar Durão Barroso e alertou para os perigos do poder absoluto.

Ele podia ter dito que sabia muito bem do que estava a falar, mas não o disse. Podia ter falado do seu governo, mas não falou.

Cavaco Silva o que pretendeu demonstrar é que o poder absoluto do PS seria péssimo porque seria um poder absolutíssimo, com um só partido a concentrar todo o poder desde o poder local à Presidência.

Quer dizer, o poder absoluto se fosse com o PSD não era mau de todo... É mais uma posição de dois pesos e duas medidas... É uma posição incoerente que não dá credibilidade às posições do PSD.

Mas o PS não está em situação diferente. Há pontos comuns. Quanto o objectivo era o de chegar ao governo, a maioria era ótima, muito mais democrática, agora como a ambição é o poder absoluto, faz chantagem sobre o eleitorado no estilo de ou a maioria absoluta ou o caos de Cavaco.

Eu creio que estas posições dizem bem da coerência destes dois partidos que até em relação às posições contraditórias sobre o poder absoluto são parecidos.

O meu poder absoluto é bom, diz o PS. Mau era o do PSD. O meu poder absoluto seria bom e a maioria relativa era ótima quando se tratava de derrotar o PSD.

A vida política portuguesa precisa de mais verdade e menos troca-tintismo.

Carlos Carvalhas no comício



A intervenção juvenil marcou com a sua contagiante alegria o comício de Alpiarça

Desta escandalosa situação falou Luísa Mesquita na intervenção que proferiu, domingo passado no grandioso comício realizado em Alpiarça.

Foi sem dúvida um dos momentos altos da campanha no distrito. Pela forte mobilização, pela entusiástica atmosfera de festa, pela determinação e empenho reveladas, neste comício, bem se pode dizer, foi confirmado e testemunhado o clima de confiança que faz prever a obtenção dos objectivos traçados para o próximo domingo.

Na sua empolgante intervenção, frequentemente sublinhada por aplausos, Luísa Mesquita observou – depois de ter recordado que foram o PS, o PSD e o CDS/PP que na Assembleia da República inviabilizaram com o seu voto as propostas do PCP para aumento das pensões de aumento das pensões –, como aqueles mesmo partidos «agora, descobriram todos, neste mês de Setembro, que há pensões de miséria, de vergonha, indignas, no seio de uma sociedade democrática», apostando nas «promessas demagógicas, mentirosas, de quem sabe que nada irá fazer».

Momentos antes, a propósito dos centros de dia, lares e apoios domiciliários que, quando existem «são quase sempre por empenhamento e responsabilidade das autarquias ou associações», lembrou ainda Luísa Mesquita, aludindo ao comportamento do Executivo PS: «quando se inauguram, lá aparece um membro do Governo que, por acaso, traz um cheque para aliviar os encargos financeiros daqueles que cada vez mais se substituem às responsabilidades do Governo do PS».

Não ao poder absoluto

Os presentes, que enchem como um ovo o Salão dos Bombeiros Voluntários da Alpiarça, num caudal humano que extrava-



Caça ao voto

Na incessante busca de caça ao voto em que o PS se tem revelado exímio, depois de muitas inércias e promessas não cumpridas, uma outra face tem vindo a lume na campanha. A dos «milagres», como lhes chamou Luísa Mesquita, deste mês de Setembro. Registe-se um, dos vários exemplos por si referidos: «somos um distrito com ligações difíceis. Os IP e os IC, as pontes e os viadutos – quase tudo ficou no papel ou nas promessas do Verão de 1995. Quase tudo, porque há uma excepção. O IP 6 cresceu 1,5 Km durante quatro anos e teve direito a festa, a inauguração no mês de Setembro. Mas como tão pouca obra há para noticiar, um jornal da região deu a notícia duas vezes».

ou a capacidade do espaço, obrigando a que muitos ficassem na rua, sabiam bem do que falava a candidata comunista. A resposta não se fez esperar: um coro de protesto e indignação ecoou na sala.

Uma reacção que se repetiu sempre que algum dos oradores trouxe à colação o rosário de promessas não cumpridas por um Governo que faz agora chantagem sobre o eleitorado para pedir a maioria absoluta.

Um tema desenvolvidamente abordado pelo secretário-geral do PCP no discurso com que encerrou o comício. Por si referenciado foi sobretudo a circunstância de Guterres, nesta recta final da campanha, evidenciar como preocupação máxima e tema central, agitando a máxima do «eu ou o caos», a obtenção «do poder absoluto, do poder total», alertou, «governar impunemente».

Depois de mostrar as contradições que enfermam o discurso do PS, designadamente entre aquilo que defende hoje e aquilo que marcou a sua posição no passado recente (ver caixa), o dirigente comunista concluiu pela necessi-

dade de impedir uma maioria absoluta do PS.

E para esse objectivo, sublinhou, é fundamental o concurso da CDU. Com uma dupla vantagem. «É que o voto na CDU serve não apenas para impedir essa maioria absoluta – explicou –, como é o único que pode perspectivar uma viragem à esquerda na política nacional».

Adiantadas por Carlos Carvalhas foram ainda algumas das propostas concretas pelas quais a CDU se baterá na próxima Legislatura, visando obter melhorias em áreas tão diversas como sejam o combate à precarização do trabalho, o aumento das pensões e reformas, a despenalização do consumo da droga, uma maior justiça na tributação fiscal, uma maior apoio à pequena e média agricultura ou a baixa das tarifas da electricidade.

Positivas para a generalidade dos portugueses, tais medidas, para que obtenham vencimento, carecem do «reforço eleitoral da CDU». Daí também o apelo ao voto deixado por Carvalhas, convicto – disse-o taxativamente –

te – «que quanto mais força o povo nos der mais força podemos dar ao povo».

Por uma política de esquerda

Das «promessas inconsistentes» e da «retórica de certos políticos», utilizadas como instrumento para «passar ao lado dos factos concretos», falou também Susana Gaspar, da JCP. E fê-lo para acentuar que, quanto a factos, a «CDU não tem medo» e, pela sua parte, eles aí estão, no passado e no presente, falando por si, num posicionamento ímpar na defesa dos interesses dos trabalhadores e do interesse nacional: «Apresentámos e fizemos aprovar projectos de lei não apenas em grande número como de um elevado valor social; continuamos a defender uma política de esquerda; mas, sobretudo, continuamos a pôr em prática a esquerda que defendemos.»

Ao trabalho realizado pela CDU nestes últimos quatro anos, que lhe confere a serena postura de quem está de «consciência tranquila» para prestar contas, se referiu igualmente o candidato da CDU, indicado pelo Partido Ecologista «Os Verdes», Francisco Madeira Lopes. Por si sublinhado, referindo-se a alguns dos traços que diferenciam a coligação de comunistas, verdes e outros democratas independentes, foi, concretamente, o facto de a CDU estar «sempre ao lado das populações, tratar as pessoas com respeito e saber ouvi-las, em todas as ocasiões, e não apenas nas eleições». Por isso, enfatizou, «Os Verdes» estão na CDU e sentem-se bem ao lado dos que defendem coerentemente ideias e uma prática de esquerda». Tanto mais que, concluiu, «acreditamos, enquanto ecologistas, que desenvolvimento é sinónimo de mais qualidade de vida e progredir é crescer de forma equilibrada e sustentada».

TRABALHADORES

Matosinhos

A concessão à exploração privada da distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, serviço público assegurado pelos SMAS de Matosinhos, levou à convocação de uma greve para amanhã, com concentração na Praça da Batalha, no Porto, e deslocação até ao Governo Civil. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local informou que os trabalhadores contestam a privatização e estão preocupados com o seu futuro e com a qualidade do serviço, atendendo aos resultados de experiências semelhantes noutros municípios. A decisão de abrir o concurso público para a concessão do serviço por 25 anos foi tomada na última reunião da Câmara e precisa ainda ser submetida à Assembleia Municipal. Na segunda-feira, em conferência de imprensa, a CDU concelhia manifestou total oposição a «uma medida que contradiz a política que nos últimos anos vem sendo adoptada» e que representa «mais um exemplo concreto de um PS inteiramente convertido ao neoliberalismo mais profundo».

Re-justiça

A Mecânica Setubalense é apontada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Sul como «um bom exemplo» do estado em que se encontra a Justiça portuguesa. A empresa deixou de pagar salários em 1984, encerrou em 1985 e foi declarada falida em Junho de 1988. O Tribunal de Setúbal graduou em primeiro lugar os créditos dos trabalhadores (salários em atraso e indemnizações), mas a Segurança Social não aceitou a decisão e interpôs recurso, primeiro para a Relação de Évora e, depois, para o Supremo Tribunal de Justiça. Este deu razão à Segurança Social e devolveu o processo para Évora e, daqui, para Setúbal. «Passados 15 anos do início dos salários em atraso e 11 da falência, voltamos ao ponto inicial», protesta o sindicato, esperando que o Tribunal «decida depressa, pois os trabalhadores estão fartos de esperar pelo dinheiro que lhes é devido».

Bancários

«Perto da capital, longe do capital?» é o mote para a discussão sobre a região de Setúbal, no colóquio marcado pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas para sábado, dia 16. O encontro destina-se a trabalhadores da área de Setúbal, com funções específicas, técnicas ou de enquadramento, e decorrerá no Novotel sadino, a partir das 14 horas. De manhã tem lugar um debate sobre os SAMS e «os benefícios de um projecto pioneiro».

Sindicatos no balanço da legislatura Nem os que fazem as casas podem ter habitação digna

O lançamento de um imposto sobre o património teria evitado que os donos dos prédios os deixassem degradar e levaria a que habitações hoje devolutas fossem recuperadas para o mercado de arrendamento, defende a estrutura sectorial da CGTP.

Os trabalhadores da construção civil, que todos os dias estão expostos ao perigo, não têm acesso a uma habitação, protestou na semana passada a Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção.

Em conferência de imprensa dada na sede da CGTP-IN, a federação reafirmou a exigência de um plano nacional de habitação, assente em três pilares: a construção de novas habitações,

a recuperação de imóveis degradados e a manutenção do parque habitacional em boas condições. Relativamente a cada um destes pontos, foi comentada a actual situação e o papel do Governo e da maioria que lhe deu sustento desde as eleições de 1995.

Quanto a novas construções, «foram dados alguns passos», mas «ficaram aquém das necessidades». Por outro lado, «o Governo transferiu as suas responsabilidades para as autar-



quias, em matéria de habitação social a preços controlados».

A baixa das taxas de juro, entretanto, «contribuiu para que a situação não seja ainda pior que a anterior», mas quem mais beneficiou com a descida dos custos do crédito «foram os construtores e os promotores imobiliários», que fizeram aumentar o preço dos apartamentos, mantendo os valores das prestações mensais pagas pelo comprador.

Embora necessário, «não existe um controlo de qualidade das habitações» e «em muitos casos, nem sequer é feito o saneamento básico e demais infraestruturas», diz a federação.

«O Governo tem permitido que, nos grandes centros urbanos, caso de Lisboa e Porto, existam milhares de casas vazias, que não são alugadas, para ver se o destino final do prédio é a derrocada», acusaram os sindicalistas, afirmando que os proprietários só têm esta atitude «porque o actual Governo e os anteriores não tiveram a coragem de lançar um imposto sobre o património».

A conservação dos imóveis é imposta por «uma lei já bastante antiga», que o Governo de António Guterres «mais uma vez não teve a coragem» de fazer cumprir.

A par destes problemas, a federação aponta ainda os baixos salá-

rios praticados no País, entre outros motivos que «privam milhares de portugueses de terem uma habitação digna». «Uma família no activo, que recebe o ordenado médio, não tem condições para pagar uma habitação», diz-se no documento distribuído à imprensa, que vê como «mais grave ainda» o facto de, com os salários praticados no sector, os trabalhadores da construção também verem negado o direito à habitação, apesar de todos os dias ficarem «expostos ao perigo», conclui a federação, lembrando que «só no período de vigência do actual Governo perderam a vida, em acidentes de trabalho, pelo menos 780 trabalhadores».

Criticado programa contra as listas de espera

«Não se está a diminuir duma forma expedita as listas de espera para consultas de especialidade e cirúrgicas», afirma a CGTP, num balanço divulgado na semana passada, classificando como «manifestamente insuficiente» o resultado dos primeiros três meses (Maio, Junho e Julho) do programa para combater as listas de espera na saúde.

Após realçar a gravidade do problema, a Intersindical Nacional chama a atenção para «os utentes que certamente morreram por não terem visto os seus problemas de saúde resolvidos atempadamente e outros cujo estado de saúde se agravou devido às longas esperas». Do total de títulos de acesso emitidos nas prioridades clínicas (2285), «nem todos foram realizados (485), certamente porque estes utentes tiveram que recorrer ao sector privado», segundo a CGTP.

Defendendo a necessidade de transparência no SNS, a CGTP diz que o País necessita saber quantos cidadãos estão em lista de espera e não têm médico de família, e que «o Governo não pode ser conivente com a gestão das listas de espera por determinados interesses». «É nas grandes concentrações urbanas que há mais listas de espera. Sendo assim, que explicação haverá, por exemplo, para que, na área da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, só sete hospitais, em 33 existentes, mostraram disponibilidade para o programa?», questiona a central.

Face às interrogações suscitadas pela situação, «o silêncio da ministra da Saúde é tanto mais preocupante quanto mais se levantam vozes defendendo a entrega ao sector privado da recuperação das listas de espera, muito embora o SNS tenha capacidade para o fazer», alerta a CGTP.

Em declarações, a saúde e o Serviço Nacional de Saúde pareceram uma preocupação do Governo, «mas o certo é que, na prática, cedeu às pressões dos "lobbies" privados da saúde, das farmácias e das multinacionais, que sugam o SNS e depois o atacam», diz a *Inter*, notando que foi a pressão social que obrigou a criar o programa para combater as listas de espera.

Dia do Idoso

A União dos Sindicatos do Porto expressou dúvidas quanto à comemoração oficial do Dia Internacional das Pessoas Idosas, no dia 1 de Outubro, na Casa de Serralves e no Museu da Imprensa, «envolvendo centenas de convidados VIPs, quando continua a ser adiada a resolução dos problemas graves existentes, nomeadamente das camadas de reformados com piores condições de vida. «Esta iniciativa, onde se farão representar 5 ministros e um secretário de Estado, em plena campanha eleitoral, tenderá a transformar-se numa sessão de características eleitoralistas, onde serão reafirmadas as virtudes do actual Governo, acompanhadas de mais algumas promessas para a terceira idade», previu a direcção da USP/CGTP, reunida a 29 de Setembro.



Os melhores votos no aniversário da CGTP

«Os trabalhadores, quando, na sua condição de cidadãos, usam o seu voto, nunca podem esquecer-se da sua condição de trabalhadores e, neste quadro, devem apoiar os que, seriamente, dêem garantias políticas de defesa dessa condição», reafirma a CGTP-IN, no folheto distribuído em diversos pontos do País, na passada sexta-feira, dia em que passaram 29 anos desde a fundação da central.

No Rossio, a União dos Sindicatos de Lisboa instalou uma exposição, onde apontou importantes factos e momentos das lutas mais recentes e dos resultados obtidos. A solidariedade com o povo de Timor-Leste também mereceu destaque. Da hora de almoço até ao final da tarde, o stand da USL foi local de encontro de dirigentes e activistas sindicais, foi ponto de apoio para a distribuição de milhares de folhetos, foi mealheiro da campanha de fundos para compra da sede histórica da Intersindical Nacional e foi palco de uma simbólica festa de anos, animada com as canções de Carlos Alberto Moniz (na foto).

No distrito do Porto, o aniversário foi assinalado em plenários de empresa, para apresentação e discussão das reivindicações da *Inter* para o ano 2000. Nas instalações da USP teve lugar um convívio de antigos e actuais dirigentes sindicais, para o qual foram convidadas algumas personalidades.

A União dos Sindicatos de Braga evocou a efeméride, numa nota à imprensa, salientando que a CGTP tem sido «o sindicalismo sempre actualizado ao lado dos trabalhadores portugueses e será o sindicalismo do século XXI». Também em nota distribuída pela USB, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte saudou o aniversário e faz votos para que «a entrada no novo milénio seja, para os trabalhadores portugueses e para a CGTP-IN, a satisfação das suas reivindicações e o respeito pelos direitos dos trabalhadores, que tanto lutaram para os conquistar, por parte do ou dos partidos que vierem a governar o nosso país na próxima legislatura».

TRABALHADORES

Surto de lutas na Administração Pública

Hoje, em Lisboa, dirigentes e delegados sindicais da **Administração Local** vão entregar ao primeiro-ministro uma «carta de protesto» com milhares de assinaturas de trabalhadores das autarquias. A iniciativa vem no seguimento de uma série de acções, recentemente levadas a cabo pelo STAL e o STML, com destaque para a muito participada concentração nacional, no dia 23 de Setembro.

A carta a Guterres começou a recolher assinaturas logo após o Conselho de Ministros da semana passada, de onde os sindicatos exigiam que saíssem medidas para, ainda que tardiamente, valorizar e dignificar os trabalhadores da Administração Local. Contrariando compromissos, promessas e expectativas, o Governo não avançou com um aumento intercalar de 5 mil escudos, nem procedeu à regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, nem garantiu dez pontos de valorização para trabalhadores prejudicados com a revisão de carreiras, nem uniformizou em 3 anos o tempo para mudança de escalão.

No **Porto** vai ter lugar amanhã, na Praça da Batalha, uma concentração de dirigentes e activistas do STAL, das regiões de Aveiro, Coimbra, Guarda, Viseu, Porto, Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real, que vão desfilar até ao Governo Civil.

Para ontem de manhã, junto ao **Ministério da Agricultura**, foi convocada uma manifestação de auxiliares técnicos, para reclamar a reclassificação das suas carreiras profissionais. A federação da Função Pública refere que o Ministério, já em Maio, declarou que concordava com a necessidade da reclassificação das carreiras de auxiliar técnico, auxiliar técnico de laboratório, de pecuária e de silvicultura, mas «nada foi feito nesse sentido». Os trabalhadores – que defendem a transição para a carreira técnico-profissional, tratamento igual ao que foi dado às carreiras de escriturário dactilógrafo e de auxiliar técnico administrativo – já tinham realizado uma concentração em Julho, junto à secretaria de Estado da Administração Pública.

Greves

A greve da passada sexta-feira, no **sector administrativo da saúde**, registou «um elevado índice de adesão», confirmou o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, destacando os hospitais de Lisboa (85 por cento de adesão, em S. José, Santa Maria, Desterro, Curry Cabral, e superior, nos Capuchos e em Santa Marta), Abrantes, Tomar e Santarém (todos com 90 por cento), Garcia da Orta (85 por cento), e os centros de saúde de Alvalade, Entroncamento, Santarém e Chamusca (adesões entre 80 e 90 por cento).

Entre os objectivos da greve, sobressaiu a exigência de aplicação do subsídio de risco e penosidade a todo o pessoal da saúde (o Governo apenas pretende aplicá-lo a enfermeiros, em alguns serviços e sob grandes limitações, o que já levou os profissionais da enfermagem a fazerem greve a 22 de Setembro). Mas entre os motivos da paralisação de 1 de Outubro estão também matérias específicas das carreiras administrativas, dos serviços gerais do Ministério, do pessoal operário, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica e dos técnicos superiores de saúde, refere o sindicato, que inclui ainda, nas razões para a paralisação, «a defesa de um serviço público de maior qualidade, contra as privatizações».

No último dia de Setembro entraram em greve «com elevado índice de adesão» os trabalhadores do **Registo Nacional de Pessoas Colectivas**, informou também o STFPSA/CGTP. A greve, segundo o sindicato, abrange o trabalho extraordinário e o período das 14.30 às 17 horas, todos os dias, e é motivada pela falta de cumprimento dos acordos firmados pelo Governo quanto à transição do pessoal do RNPC para as carreiras do notariado. Inicialmente marcada para o período entre 20 de Setembro e 31 de Outubro, a greve só se iniciou no dia 30 porque a DGRN solicitou algum tempo para fazer andar o processo mas manteve uma «postura de grande lentidão e contraditória».

Ainda no dia 30 de Setembro, estiveram em greve cerca de 4500 trabalhadores dos **impostos** de todo o País, em luta contra a estrutura de carreiras que o Governo ia aprovar nesse dia e que, segundo a federação e os sindicatos da Função Pública, «subverte por completo as actuais expectativas profissionais, introduzindo mecanismos de selecção que cerceiam, objectivamente, o direito à carreira da maioria».

A época de caça abriu sem fiscalização, no domingo, devido à greve dos **guardas florestais**, que exigem do Governo a actualização do suplemento de risco, a aplicação da revalorização de carreiras (decidida no início do ano) e a regularização do pagamento das ajudas de custo (há um atraso superior a 8 meses), informou a FNSFP.

Mesmo em vésperas de eleições Governo continua do lado dos patrões

A Inspeção do Trabalho recebe ordens para só intervir nas empresas com conhecimento prévio das administrações, João Cravinho passeia-se com o mais mal-amado dos armadores, enquanto situações de injustiça e problemas graves dos trabalhadores arrastam-se e agravam-se.

A Inspeção Geral do Trabalho tem tido comportamentos recentes de «total colagem e submissão às entidades patronais», e esta atitude deve-se a **uma recomendação do Governo para que nenhuma inspecção seja feita sem prévio conhecimento da entidade patronal** – denunciou na semana passada a União dos Sindicatos de Braga.

No comunicado da USB/CGTP-IN eram citados os exemplos da TV Cabo Douro e de três empresas do Complexo Grundig/Blaupunkt (FEHST Componentes, Bracomp e MKR) onde os pedidos de intervenção da União e do STIEN deram origem, passados quinze dias, a telefonemas da IGT para as administrações, para marcar o dia e a hora da visita às empresas. Concretizada a visita, os inspectores entregaram aos administradores cópias dos officios sindicais e deram por concluída a inspecção.

O outro caso citado pela USB é particularmente chocante: numa empresa têxtil, uma trabalhadora foi obrigada a sentar-se numa cadeira, virada para a parede; «a violação foi participada à IGT, esta andou sete dias à procura do administrador que, ao sétimo dia, marcou a audiência e, obviamente, nesse dia e hora a entidade patronal pôs a trabalhadora na máquina» – conta a União, comentando que «o tão falado e apregoado diálogo é só para um dos lados, o dos patrões».

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, por seu turno, manifestou-se espantado por João Cravinho,

ministro e candidato do PS em Aveiro, se fazer acompanhar, na sua comitiva de campanha, por **Silva Vieira**, «armador que possui maior número de barcos com “bandeira de conveniência”, onde as relações de trabalho são mais precárias, totalmente fora da alçada do direito internacional». Entretanto, Cravinho ainda não respondeu aos seis desafios colocados pelo sindicato aos candidatos a deputados. «A resposta a esses desafios não é fácil, pois, ao fazê-lo, os candidatos têm que definir de que lado estão, se da parte dos trabalhadores, a parte mais fraca, se do lado dos armadores», admite o sindicato, adiantando que apenas a CDU respondeu.

Com salários em atraso e os cerca de 400 postos de trabalho ameaçados, os trabalhadores da **Norporte Confeções** decidiram deslocar-se ontem de Alhos Vedros até ao Ministério da Economia. «Há cerca de 4 meses que se arrastam negociações entre a empresa e outros parceiros, nomeadamente com o Governo, mas as soluções tardam e não são as que mais se adequam aos interesses e direitos dos trabalhadores, uma vez que estão previstos cerca de 200 despedimentos» – explica o Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

Também ontem, voltaram a manifestar-se em Lisboa, frente ao Ministério da Defesa, activistas sindicais do STEFFA, reclamando do Governo «uma postura de diálogo» para a resolução «dos muitos problemas que afectam os trabalhadores civis das Forças Armadas». O mesmo sindicato informou que os representantes dos trabalhadores do **Arsenal do Alfeite** vão manifestar-se hoje à tarde na Praça do Comércio, junto ao Ministério das Finanças. Ao secretário de Estado do Orçamento vai ser feita a entrega simbólica de uma caneta, para que aquele decida finalmente assinar o despacho que revaloriza as carreiras profissionais do pessoal civil.

Os **supermercados Nutripol**, que faliram há mais de 15 anos, ainda não pagaram os salários em atraso e, apesar de haver dinheiro suficiente (proveniente de venda de património) à ordem do tribunal, não está garantido que os trabalhadores venham a receber qualquer verba, denunciou o CESP, que promoveu no sábado uma reunião com ex-funcionários daquela cadeia. Em Junho, e depois de vários recursos apresentados pelo sindicato, o tribunal decidiu atribuir ao Estado, enquanto primeiro credor, os cerca de 95 mil contos apurados. Agora, o sindicato reclama do Governo uma decisão política, que coloque os trabalhadores à frente na lista de credores, tal como as leis em vigor já permitem.

Em Coimbra, os trabalhadores da **Mondorel**, desfilaram sexta-feira até ao Governo Civil, onde mais uma vez reclamaram apoio do Estado à viabilização da empresa. O desfile foi decidido no final de um plenário nas instalações da têxtil, na margem esquerda do Mondego. A preocupação aumentou entre os trabalhadores, depois de, no dia 30 de Setembro, um credor minoritário ter formalizado um pedido de falência. Quando regressaram de férias, no dia 13, os trabalhadores encontraram a fábrica parada, mas, desde então, têm comparecido todos os dias nos postos de trabalho.

Seis meses após terem pedido intervenção política para acelerar o processo de falência, os trabalhadores da **Fábrica de Loijas de Sacavém** acusam a Caixa Geral de Depósitos de boicotar o recebimento de parte da dívida. Querendo assumir-se também como credor privilegiado, o banco público impede que os trabalhadores sejam os primeiros a receber. O problema foi exposto em Março ao PR, primeiro-ministro e ministro da Justiça, reclamando a sua intervenção política. A fábrica fechou em 1989 e foi declarada falida em 1994, deixando mais de 600 trabalhadores no desemprego e com salários em atraso.

Contra despedimentos no grupo Siemens

Dezenas de sindicalistas e outros trabalhadores das várias fábricas da Siemens em Portugal, concentrados dia 29 de Setembro junto à sede do grupo, em Alfragide, acusaram a multinacional de querer despedir centenas de operários, devido à transferência de actividades para outros países. A concentração teve lugar em dia de greve nas fábricas de Corroios, Casal do Marco, Sabugo e Évora.

Isabel Magro, que trabalha na unidade de Corroios há 28 anos, disse à Agência Lusa que «está parada há dois meses», «recebemos ordens para fazer “crochet”, porque dizem que não há trabalho para nós».

Carlos José Ribeiro, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, acusou a multi-



nacional de estar a diminuir a actividade e a desinvestir em Portugal. «Perante o anúncio de que a fábrica de Évora foi vendida a uma unidade ameri-

cana, os 1100 trabalhadores não sabem o que lhes vai acontecer», disse, notando que tal notícia veio agravar a instabilidade dos cerca de 3 mil traba-

lhadores das várias fábricas. No Casal do Marco, a falada deslocalização para a Lituânia pode pôr em causa 700 postos de trabalho.

Um novo ano lectivo marcado por velhos problemas

Múltiplos são os problemas que, uma vez mais, marcam o início do ano lectivo. Problemas irresolvidos, adiados de ano para ano, apesar da abundância de promessas e do optimismo do discurso do Ministério da Educação.

Em causa estão, na perspectiva do Executivo Distrital de Viseu do Sindicato dos Professores da Região Centro, «os efeitos perversos de uma política educativa subordinada a meros critérios financeiros, numa lógica de crescente desresponsabilização do Estado pela educação que devia ser pública e de qualidade».

Na mesma linha do documento do Secretariado Nacional da FENPROF, e que o «Avante!» oportunamente sintetizou, os professores de Viseu esboçam o quadro de uma realidade em que abundam escolas degradadas, a taxa de analfabetismo é assustadora (uma das mais elevadas do mundo, ao lado do México e do Peru), a falta de condições de trabalho para professores e alunos, sobrelotação de muitas escolas e turmas, redução no crédito de horas às escolas para poderem responder a todas as necessidades de funcionamento, esvaziamento prático da autonomia das escolas, insuficiência de verbas e materiais pedagógicos, instabilidade profissional.

O Sindicato dos Professores da Região Centro refere algumas questões concretas que afectam as escolas no Distrito de Viseu. Um diagnóstico inquietante que abarca escolas dos vários ciclos e o pré-escolar.

Ponto por ponto, escola por escola, o documento divulgado fala-nos da falta de pavilhões gimnodesportivos, da falta de pessoal não docente, de problemas de sobrelotação, instalações degradadas ou insuficientes, salas específicas transformadas em salas de aulas normais, e lança mesmo o desafio - «no distrito de Viseu, o ministro da Educação pode visitar centenas de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico que possuem como equipamento um quadro, mesas, cadeiras, uma caixa métrica e um mapa (em mau estado)!».

No concreto fala-se das muitas escolas que não têm um telefone, das refeições servidas no hall de entrada, das infiltrações de água, dos maus sistemas de aquecimento, dos buracos nas paredes, da insegurança dos caminhos, das bibliotecas com falta de espaço e de livros, do material didáctico que não há.

Uma situação que está longe de ser exclusiva das escolas do interior.

Um problema de dimensão nacional

Referindo-se, em particular, ao 1.º ciclo do ensino básico, o documento do Secretariado Nacional da FENPROF sobre a abertura deste ano lectivo denuncia «a degradação de instalações, a ausência de uma política de reconstrução ou de construção de raiz, a inexistência de equipamento e material escolar adequado ao cumprimento dos programas, a quase ausência de espaços para a prática da educação física e do desporto escolar e não construção de refeitórios e de espaços adequados à urgente resposta social às famílias».

Também a Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais - FERLAP, aponta a lamentável situação que se vive no 1.º ciclo do ensino básico onde tarda a chegar o serviço de almoço e não existem actividades para ocupação de tempos livres.

Entre outras exigências e propostas, a FERLAP considera que o Ministério deveria garantir a cedência gratuita de manuais escolares, defende a ampliação dos serviços de Psicologia e Orientação Escolar e assinala que, «apesar da nova legislação sobre gestão e administração escolar, a verdade é que se deve continuar a pugnar pela participação em real parceria», fornecendo às escolas os meios que a viabilizem.

Em Rio de Mouro, pais e alunos da escola 2.3 Padre Alberto Neto realizaram uma concentração de protesto face à Câmara Municipal de Sintra denunciando a sobrelotação da escola, que gerou já situações tão absurdas, como a existência de um sistema de senhas para ir ao WC!

Os pais e alunos da escola primária n.º 3 de Espinho vão hoje entregar uma «carta de descontentamento» à Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento de Escolas Básicas do Primeiro Ciclo, para protestar contra os novos horários de duas turmas que forçam os seus filhos a estarem metade do dia sem actividades.

De notar que o atelier de tempos livres - ATL - que este grupo de pais assim se vê impedido de frequentar - foi criado pela associação de pais e o refeitório se deve à iniciativa dos professores da escola.

Um cruzamento de «diversos focos de degradação do sistema» que, como sublinha a FENPROF, contraria «o discurso eufórico e ilusório que a equipa do ME pretende transmitir».

Xanana em Portugal «O verdadeiro herói é

«Timor vencerá!», foi um dos slogans repetidos nestes dias de permanência de Xanana Gusmão em Portugal. Um grito que se repetiu nos vários contactos com a população. Ao longo do percurso pelas ruas de Lisboa, logo após a chegada ao aeroporto Militar de Figo Maduro, frente à Assembleia da República, onde se juntaram milhares de pessoas para aclamar o dirigente timorense, no encontro no Parque das Nações. Testemunho de solidariedade. Afirmção do direito do povo timorense a construir, em paz, o seu país hoje devastado.

Xanana Gusmão pisou terra portuguesa na manhã de dia 2, para uma sucessão de contactos oficiais e momentos de encontro com a população e, em particular, com a comunidade timorense. Uma visita que foi de conhecimento mútuo e, simultaneamente, dirigida para a concretização de uma indispensável solidariedade, neste momento mais direccionada para o auxílio humanitário e a reconstrução.

Recebido como chefe de Estado, Xanana Gusmão teve um primeiro e emotivo contacto com o Presidente da República, a que se seguiu um almoço com a presença de todos os dirigentes dos partidos com assento na Assembleia da República.

Nas declarações à imprensa, no Palácio de Belém, Jorge Sampaio deixou duas mensagens muito claras: a necessidade de a Indonésia deixar «de

facto» Timor-Leste e de repelir qualquer tentação paternalista, insistindo na ideia de que as decisões respeitantes a Timor «serão dos timorenses».

Dos momentos de encontro e de convívio, passou-se para o debate da solidariedade concreta ao nível institucional, tendo ficado definido, com o Governo português, que a prioridade da cooperação, por parte do nosso país, para estes primeiros anos, está na formação e qualificação profissional. De imediato, informou o primeiro-ministro, vão ser atribuídas 300 bolsas para jovens estudantes e quadros. Medidas que decorrerão, naturalmente, de par do apoio humanitário de emergência.

Neste quadro, está prevista a criação de um Grupo de Ligação, formado por representantes de Portugal e do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), para identificar prioridades a curto e médio prazo.

Na Assembleia da República, o momento seria igualmente de emoção e de muito optimismo. Promessas de ajuda entremeadas de alertas, pois os momentos que se vivem são ainda bem difíceis e complexos os caminhos da construção da jovem democracia. «O verdadeiro herói é o povo de Timor Lorosae», lembrou Xanana na sua intervenção no hemiciclo.

Quando o dirigente timorense chega finalmente à varanda da AR, sucedem-se as palavras de ordem de solidariedade, agitam-se lenços brancos. Mais uma manifestação de solidariedade. Agora revestindo-se de particular significado. A presença de Xanana em Portugal simboliza uma outra fase na vida do povo timorense. Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião de trabalho com o primeiro-ministro, Xanana anunciou que conta estar em Díli «na segunda



População de Lisboa saudou o dirigente timorense

Timor Lorosae A vida retoma os seus direitos

Díli começa a ganhar vida, enquanto mãos criminosas ainda ateam fogos e continuam a ser descobertos cadáveres carbonizados, paredes de casas destruídas manchadas de sangue.

Entre o terror ainda não completamente banido e a esperança que solidamente se afirma, Timor Lorosae vive uma transição difícil. Como pano de fundo, um problema maior - o drama dos timorenses deportados, na verdade impedidos de regressar, retidos entre Timor Ocidental e outras partes da Indonésia.

Outro problema, que está longe de ser negligenciável - as ambiguidades que marcam o próprio corpo de intervenção da ONU.

Questionado sobre quem manda hoje em Timor-Leste, se a INTERFET se o exército indonésio, o general Cosgrove mais uma vez não respondeu, limitando-se a elogiar a «boa colaboração» entre as duas forças.

Entretanto, os dirigentes das Falintil comentam, com indignação, que, se a INTERFET o permitisse, «em 24 horas limpávamos todo o território das milícias. Conhecemos o terreno, temos canais de comunicação com as populações, e encontrámo-los facilmente».

As Falintil garantem aliás, para que dúvidas não restem, que só largarão armas «no dia em que não houver um único militar indonésio no território». O que deverá acontecer em Novembro, após a ratificação da desanexação pelo parlamento indonésio.

De momento, os grandes problemas centram-se na ajuda humanitária de emergência e na criação de condições de segurança adequadas.

Duas semanas depois de ter deixado Lisboa, a missão de Protecção Civil Portuguesa encontra-se finalmente em Díli. São 64 pessoas, entre bombeiros, médicos, enfermeiros, militares, um perito de telecomunicações e cozinheiros.

A missão conta colocar desde já em funcionamento o serviço de urgência do antigo hospital de Díli, com uma capacidade inicial de 20 camas. Instalações que foram saqueadas, mas não queimadas, e que estão de momento em fase de recuperação, com o auxílio dos timorenses.

Uma pequena achega num mar de dificuldades. Timor Lorosae é um país arrasado. Pouco resta de pé. Muita gente ficou sem lar. O resul-

tado de uma deliberada política de terra queimada, que se vem somar à realidade de um povo de há muito a viver na miséria, na sequência do domínio colonial e da ocupação indonésia. E que impõe, de par das indispensáveis ajudas, a recusa de quaisquer dependências.

Do outro lado da fronteira, em que se estão a posicionar as forças da INTERFET, numa operação que visa «restaurar a paz e segurança» para «apoiar operações humanitárias na região», desenrola-se em silêncio, o drama dos deportados.

O enviado especial da ONU a Timor-Leste, Ian Martin, informou o Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a preocupante situação em que se encontram os refugiados em Timor-Leste, de que o direito a regressar «deve ser estritamente garantido».

O enviado especial da ONU sublinhou também a necessidade de ajuda humanitária à população. Os primeiros alimentos já chegaram entretanto aos refugiados das montanhas, enquanto se verificam movimentos espontâneos de regresso a Díli.

A vida retoma os seus direitos.

o povo de Timor-Leste»

quinzena de Outubro». O momento é de avançar rapidamente na reconstrução do território, preparando-o para a independência.

Tempo de «solidariedade activa», como sublinhou Carlos Carvalhas no final do encontro com o dirigente timorense, em que também participou o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira.

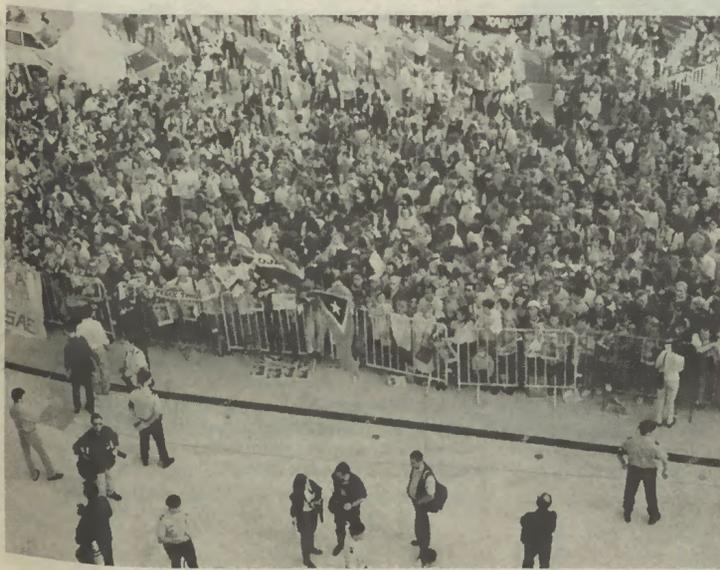
Carvalhas sublinhou a necessidade de apoiar Timor-Leste na fase de reconstrução e desenvolvimento do território, sendo de particular importância «fazer todo o possível para que a causa (timorense) não esmoreça».

Da necessidade de apoio a Timor-Leste, falou também, naturalmente, Xanana Gusmão, no encontro com a Plataforma das ONG portuguesas, defendendo que 2000 deve ser o ano de emergência para Timor-Leste.

Preocupação a que se junta uma outra. Xanana Gusmão



Carlos Carvalhas intervém na Assembleia da República



identificou como um dos problemas mais graves a presença, em Timor Ocidental, de populações deslocadas e que não podem voltar a suas casas, pedindo às ONG a sua colaboração para que aqueles timorenses possam regressar à sua terra.

Momento de emoção maior e mais sentida foi, sem dúvida, o encontro de Xanana e do bispo de Díli, Ximenes Belo, com a comunidade Timorense, no Parque das Nações, em Lisboa.

O dirigente da resistência timorense foi ainda recebido, em júbilo, por mais de três mil pessoas, a quem agradeceu, emocionado, o apoio e solidariedade do povo português que tem «sofrido uma dor comum por um povo pequeno e indefeso».

A cerimónia que juntou Xanana Gusmão e a comunidade timorense terminou com todos os presentes a cantar, de mãos dadas, uma canção sobre os timorenses na diáspora.



Delegação do PCP com Xanana Gusmão



Carvalhas com Xanana Gusmão

Saudação de Carvalhas a Xanana Gusmão

Em nome do Partido Comunista Português, «em nome de uma força política que há 42 anos ligou a libertação do povo português da ditadura fascista à libertação dos povos submetidos ao colonialismo português, e que há 34 anos explicitamente inscreveu no seu Programa a luta pelo reconhecimento do direito à independência do povo de Timor-Leste», Carlos Carvalhas saudou, no passado dia 1, na Assembleia da República, a presença de Xanana Gusmão e, na sua figura, «todo o povo de Timor-Leste e o seu impressionante exemplo de coragem, determinação e confiança no futuro». O «herói de todo este combate» nas palavras, que citou, do Presidente da República. Uma saudação que aqui reproduzimos no fundamental.

«Quero saudar também na sua figura de destacado combatente da causa do povo timorense, o movimento de resistência que dirige, as FALINTIL e todos os resistentes timorenses que, pelo seu povo e pelos seus sagrados direitos, enfrentaram a dor, a tortura, o sofrimento e a morte, e souberam assim, mesmo nos tempos de horizontes mais fechados e sombrios, rasgar as avenidas de esperança desenhadas pela força das suas convicções e da sua coragem.

«E, nesta ocasião, quero assegurar-lhe que, como ao longo destes sofridos e martirizados últimos 24 anos, como ao longo deste trágico período posterior à derrota dos ocupantes no referendo e ao recomeço da violência assassina sobre o seu povo, tudo faremos para que a causa da paz, da liberdade e da independência de Timor-Leste continue a ser considerada uma grande causa nacional, e tudo faremos para prolongar e manter forte e activa a vibrante solidariedade do povo português para com o povo timorense.

«Por isso, aqui juntamos a voz dos comunistas portugueses à voz de todos quantos reclamam e se batem por uma rápida, generosa e eficiente assistência humanitária ao povo timorense, pelo regresso rápido de todos os exilados e deslocados à força, pela manutenção de um alto nível de pressão sobre o regime indonésio que desencoraje novas manobras e crimes, por um amplo apoio à reconstrução da vida colectiva em Timor e por uma transição rápida, segura e pacífica em direcção à conquista plena da independência de Timor-Leste e à total concretização do direito do povo timorense a autogovernar-se e a decidir dos seus próprios destinos.

«O povo de Timor-Leste e os responsáveis políticos em quem confia, têm, como todos sabe-

mos, desafios imediatos, tarefas urgentes e preocupações instantâneas que, justa e imperativamente, se circunscrevem ao seu território e à sua Pátria, e que continuam a reclamar uma activa solidariedade internacional.

«Mas pensamos que, com a sua heroica luta e com as vitórias que, embora por alto preço, já alcançou, o povo de Timor-Leste praticou também uma grande solidariedade com muitos outros povos e nações ainda hoje oprimidos, ao demonstrar, contra tantas sentenças derrotistas, contra tanta pedagogia da renúncia e da resignação, contra tantas pretensas fatalidades, que vale a pena lutar, que vale a pena ter causas, que vale a pena empunhar as bandeiras da esperança, da justiça e da liberdade.

«A História registará sem dúvida, para o olhar talvez incrédulo dos vindouros, que - entre tantas outras tragédias e crimes - foi possível, no último quartel do século XX, e com uma chocante indiferença dos países mais poderosos, submeter todo um povo a 24 anos de uma ocupação totalmente ilegítima e sustentada por uma brutal, hedionda e premeditada série de crimes, violências e massivos assassinatos, da responsabilidade directa de uma ditadura que, logo ao emergir, massacróu e assassinou barbaramente centenas de milhares de democratas indonésios.

«Mas confiamos que a História não deixará de registar, esperamos que com lúcida compreensão dos vindouros, e para seu proveito, que nenhuma ocupação, nenhuns crimes, nenhuma violência e nenhuns assassinatos massivos conseguiram aturdir, anestesiar ou esmagar nem o apego do povo timorense à sua identidade nacional, nem a sua firme, profunda e insubmissa vontade de viver livre e independente.

«É essa lição maior que nos dá a certeza de que Timor vencerá!»

Colóquio em Florença

«As formas de governo progressistas no século XXI» é o curioso título de um colóquio agendado para os dias 20 e 21 de Novembro, em Florença, em que participam Bill Clinton, Tony Blair, Lionel Jospin, Massimo D'Alema e Gerhard Schroeder, entre outros. Organizado pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e a universidade de Nova Iorque, o colóquio conta ainda com as prestações do presidente da comissão europeia, Romano Prodi, do presidente do Brasil, Fernando Cardoso, e Javier Solana, representante designado da UE para a política externa e de segurança comum, PESC. De acordo com o Instituto Universitário Europeu, o debate centrar-se-á «sobre as mais importantes e actuais questões relativas à acção governamental que se desenvolverá nos próximos anos, segundo critérios de igualdade, eficácia e democracia». Desconhecem-se os critérios que levaram à escolha dos oradores, já que não se descortina qualquer relação entre as práticas políticas da generalidade dos intervenientes e as formas de governo progressistas.

Mexicanas ganham direitos

O município da capital mexicana, dirigido pela primeira vez na história por uma mulher, Rosário Robles, vai passar a sancionar as empresas que «neguem ou restrinjam direitos laborais» às grávidas. A medida, que decorre da reforma do Código Penal que sexta-feira entrou em vigor, visa pôr termo ao costume vigente no país de realizar a prova de gravidez às mulheres como condição prévia para a admissão num emprego. A nova legislação estabelece ainda que as empresas não poderão negar trabalho pela idade, sexo, raça, posição social, religião ou ideologia.

Corredor palestino bloqueado

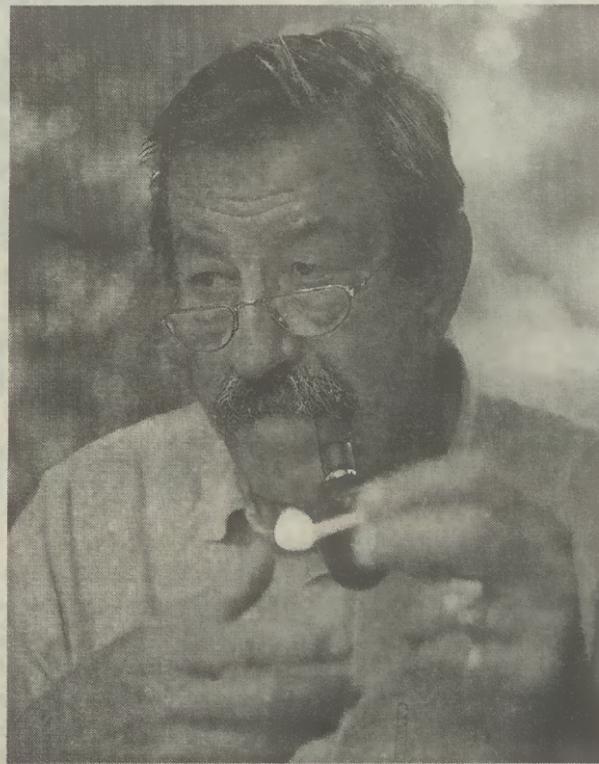
O «corredor livre» entre Gaza e a Cisjordânia que deveria ter entrado em funcionamento no passado dia 1 de Outubro continua bloqueado. Divergências entre palestinos e israelitas sobre quem terá o controlo efectivo dos 45 quilómetros de estrada que ligam os dois territórios autónomos impediram a inauguração do «corredor livre» acordado nas negociações de Wye Plantation. As autoridades palestinas acusam o governo de Israel de pretender transformar o corredor num enorme filtro policial, já que

Alemanha Nobel da literatura para Günter Grass

«No papel somos uma democracia parlamentar, mas quem manda é o capital, é o dinheiro.» As palavras são de Günter Grass, o escritor alemão que desde a sua primeira candidatura teve de esperar mais de vinte anos pelo Nobel da literatura que acaba de lhe ser atribuído pela Academia Sueca.

Grass, que abandonou a social-democracia quando o SPD e a democracia-cristã, sob pressão dos neonazis, praticamente aboliram da Constituição da República Federal o direito de asilo político, é hoje um dos intelectuais alemães mais odiados pelo capitalismo e pela máquina oficial encarregada de promover a propaganda cultural do sistema. O seu romance «Ein weites Feld» (Um Vasto Campo), publicado em 1995 e que contém uma crítica implacável ao processo da chamada «unificação alemã», originou a mais agressiva polémica político-literária da história da Alemanha Federal. A denúncia da inconstitucionalidade do processo de anexação da ex-RDA e do seu carácter neocolonial, na medida em que «noventa por cento da Alemanha do Leste está hoje nas mãos da Alemanha Ocidental e dos seus bancos», transformaram Günter Grass num inimigo a abater pelo governo de Helmut Kohl.

O desapontamento de Grass pela submissão da social-democracia e do «socialismo» de direita está bem



Günter Grass, o escritor maldito pelo capitalismo alemão, é o novo Nobel da literatura

expresso na constatação de que «a sociedade nunca possuiu tanta informação sobre os problemas e as suas causas como hoje, mas não acontece nada».

Günter Grass não é o único ex-social-democrata desiludido que abandonou o SPD. Durante a guerra da NATO contra a Jugoslávia, numero-

sos membros de longa data daquele partido viraram as costas à social-democracia. Na quarta-feira da semana passada foi a vez do deputado social-democrata Uwe Hiksich se juntar ao grupo parlamen-

votos de sucesso à chamada «terceira via», no momento em que Blair continua a pregar o dogma de que «a luta de classes acabou» e prossegue a política de privatizações dos

«Tories», e em que na Áustria a extrema-direita avança assustadoramente sobre os escombros deixados pela política direitista da social-democracia.

SPD em queda livre

A maioria dos alemães - 79 por cento - está insatisfeita com a política seguida pelo governo de coligação social-democrata/verde na Alemanha, revela uma sondagem publicada no sábado.

A sondagem, realizada pela Infratest entre 23 e 28 de Setembro, indica que caso se tivessem realizado eleições legislativas no domingo a União Cristão Democrata obteria 48 por cento dos votos, enquanto o SPD e os Verdes baixariam para 31 por cento e 6 por cento, respectivamente. O descontentamento dos cidadãos não poupa no entanto a CDU, principal partido da oposição, com 46 por cento dos inquiridos a considerarem que a formação conservadora não faria melhor do que o actual governo.

Os resultados desta sondagem confirmam os prognósticos para Berlim, onde há eleições no próximo dia 10.

Segundo uma sondagem do diário «Tagespiegel», os habitantes da capital alemã estão dispostos a dar a maioria absoluta à CDU, com 45 por cento dos votos, o que representa uma subida de um ponto percentual face a anteriores sondagens. Quanto ao SPD, que até agora tem governado em coligação com os democrata-cristãos em Berlim, baixa dois pontos, ficando nos 21 por cento, enquanto o PDS ganha um ponto, subindo para 16 por cento.

Entretanto, no domingo, o SPD sofreu mais um golpe com a divulgação dos primeiros extractos da obra «O coração bate à esquerda», de Oskar Lafontaine. O livro, que será posto à venda a 13 de outubro, na Feira de Frankfurt, é demolidor para a política de Schröder. «Ganhámos as eleições com a promessa de outra política, com a promessa de introduzir mais justiça social no nosso país», afirma o ex-presidente do SPD, explicando que o seu livro «está dirigido contra a mudança radical de política da coligação (...) para o neoliberalismo e contra o esquecimento das promessas eleitorais».

Colômbia Jornada internacional contra intervenção americana

Uma jornada internacional contra a intervenção militar norte-americana na Colômbia no próximo dia 12 de Outubro, um encontro nacional agendado para o mesmo dia em Bogotá, e um encontro internacional convocado para 30 e 31 deste mês na Colômbia, são algumas das iniciativas que um amplo número de organizações sociais e políticas da América Latina e do mundo se preparam para levar a cabo para barrar o caminho aos planos belicistas de Washington em solo colombiano.

Apesar das repetidas declarações do governo norte-americano negando uma eventual intervenção militar na Colômbia, a verdade é que esta intenção é cada vez mais evidente. A recente queda de um avião espião da força aérea dos EUA em Putumayo deixou a descoberto uma ponta do iceberg das actividades clandestinas, que contam com o beneplácito do governo do presidente Pastrana, levadas a cabo pela CIA e outros organismos norte-americanos conhecidos pelas suas acções desestabilizado-

ras nos chamados países «problema». O pretexto é o combate ao narcotráfico.

O inusitado interesse dos EUA pela Colômbia não podia ser mais evidente: o país ocupa o terceiro lugar a nível mundial quanto ao volume de ajuda militar norte-americana; o número de conselheiros e assessores militares registou um notável incremento nos últimos tempos; tornaram-se cada vez mais frequentes as visitas de generais, membros importantes do Departamento de Estado e congressistas norte-americanos ao país; é notória a campanha de envolvimento de diferentes países latino-americanos na política de Washington em relação à Colômbia; a imprensa dos EUA passou subitamente a interessar-se pelo processo de paz colombiano, pondo em causa a sua condução.

De acordo com diferentes organizações sociais e políticas democráticas colombianas, o caminho para uma intervenção dos EUA tem vindo a ser promovido pelos «falcões» do congresso norte-americano, pelo Pentágono, pelas multi-

nacionais que operam na Colômbia, e apoiada por alguns sectores do país para quem a única forma de alcançar a paz interna é através da derrota militar da guerrilha, o que só será possível com uma intervenção militar norte-americana. Os defensores desta tese são os sectores de direita vinculados ao latifúndio, às finanças, ao narcotráfico; militares,



Peguem nas armas e viajemos

políticos e funcionários que enriqueceram com a corrupção; grupos empenhados em converter a Colômbia já não no Japão sul-americano mas numa «zona franca» das multinacionais; forças adversas a qualquer mudança democrática e a reformas sociais que signifiquem a perda dos seus privilégios.

Uma intervenção norte-americana, sublinham ainda as forças democráticas, serviria por outro lado para travar as mudanças que se estão a registar na Venezuela, para justificar a permanência militar dos EUA no Panamá, e para impedir que as explosões sociais provocadas pela crise económica obriguem a mudanças contrárias ao modelo anti-social imposto pelo Fundo Monetário Internacional.

É para a luta contra os que apostam numa «paz dos cemitérios», numa paz «ao preço da transformação do país numa dantesca versão latino-americana da Jugoslávia», que as forças democráticas e progressistas colombianas apelam à solidariedade.

Áustria Extrema-direita ganha terreno

Os resultados das eleições legislativas austríacas, realizadas no domingo, reflectem o descontentamento com o governo de coligação do SPOE (social-democratas) e do OEVP (democratas cristãos) e marcam uma preocupante subida da extrema-direita, com o Partido Liberal da Áustria (FPOE) a afirmar-se como segunda força, com 27,2 por cento dos votos e 53 lugares no parlamento.

Pela primeira vez desde a II Guerra Mundial e a criação da Segunda República em 1945, o Partido Liberal da Áustria (FPOE), de extrema-direita, surge como a segunda força política do país. Os resultados são ainda provisórios, mas a subida é motivo de preocupação enquanto reveladora de sentimentos que há muito deveriam estar ultrapassados. O FPOE, liderado por Jörg Haider, apresenta ideias xenófobas e racistas (a Áustria conta com 12,5 por cento de imigrantes), propostas demagógicas e populistas, e candidatos bem conhecidos como um ex-campeão olímpico e mundial de ski e uma popular apresentadora de televisão. Entre as promessas da extrema-direita conta-se, por exemplo, o pagamento a cada mãe de um cheque mensal de mais de 80 contos por cada criança com menos de seis anos de idade.

De referir que em 1986, quando Haider assumiu a liderança do FPOE, o partido

não tinha mais de cinco por cento dos votos. Agora, mais de um em cada quatro eleitores votou nas suas propostas.

Segundo a generalidade dos comentaristas, esta viragem do eleitorado à direita deve-se não tanto à existência de grandes problemas, mas ao desencanto com o imobilismo e à acomodação da social-democracia no poder.

Negociações difíceis

O presidente Thomas Klestil começou segunda-feira as conversações com os dirigentes dos quatro partidos com representação parlamentar para a formação do novo governo, mas a tarefa de criar o próximo executivo parece difícil.

O problema não radica no facto de o SPOE ter descido de 38,1 por cento para 33,4 por cento e o OEVP de 28,3 por cento para 26,9 por cento, já que os seus votos, somados, continuam a constituir uma maioria; o problema está no facto de os democratas cristãos se recusarem a fazer parte do governo sendo o terceiro partido mais votado. Por isso todos esperam agora a próxima terça-feira, data em que será conhecido o resultado da votação por correspondência, cerca de 200 000 votos, que poderá inverter a correlação de forças: apenas 14 000 votos separam o OEVP do Partido Liberal.

«Os Verdes» aumentaram o seu eleitorado, subindo de 4,8 por cento (nove deputados) para 7,1 por cento (13 deputados). O Forum Liberal, por seu lado, desceu de



Joerg Haider, dirigente da extrema-direita austríaca

5,5 por cento (dez deputados) para 3,4 por cento, perdendo a representação parlamentar.

O chanceler Viktor Klima admitiu já que «a social democracia recebeu uma grave e dolorosa advertência», mas sublinhou que «o SPOE é o partido mais votado, com mais seis por cento dos votos do que o seguinte. Espero poder formar governo e evitar cometer os erros do passado».

Preocupação na Europa

As reacções à subida da extrema-direita não se fizeram esperar. Segundo a Lusa, a União Europeia está preocupada com o

facto de o avanço do FPOE poder abrandar o processo de alargamento aos países de Leste.

O governo da Eslovénia manifestou igualmente apreensão. «Seguimos estas eleições com grande atenção e também preocupação pela viragem do eleitorado para a direita», afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros esloveno, Boris Frlec, acrescentando que espera que a «Áustria conte dentro em breve com um novo governo que não condicione com questões bilaterais pendentes as relações multilaterais e a nossa inclusão na velha Europa».

Os EUA também se pronunciaram sobre o ressurgimento das ideias xenófobas ou pró-nazis na Áustria. O porta-voz do Departamento de Estado, James Rubin, declarou que nas discussões que o governo norte-americano tem mantido com o líder da extrema-direita «sublinhámos a nossa forte oposição a qualquer declaração ou política que possa ser interpretada como xenófoba ou favorável ao regime nazi». Uma posição que não impede as relações com Haider, pois como Rubin sublinhou Washington mantém «contactos com todos os principais partidos» austríacos e tem «excelentes relações com a Áustria».

Israel, por seu lado, sublinhou esperar «que o próximo governo austríaco seja baseado nos partidos democráticos esclarecidos e não em elementos extremistas que despertam muito más recordações».

Quanto ao Congresso Mundial Judeu considerou «uma vergonha para a Áustria o avanço de Haider no espectro político».

estabeleceram uma série de medidas para os utentes, incluindo o uso de um cartão magnético que permite localizar os viajantes a todo o momento.

EUA interceptam produtos para o Iraque

O Iraque enviou uma mensagem ao secretário geral da ONU, Kofi Annan, acusando os Estados Unidos de estarem a impedir a chegada aos portos iraquianos de cargueiros com alimentos e outros produtos importados no quadro do programa «petróleo por alimentos». Segundo o ministro dos negócios estrangeiros iraquiano, Mohamad Said al Sahaf, vasos de guerra norte-americanos recentemente interceptaram um cargueiro chinês com acessórios para uma central eléctrica iraquiana, bem como um outro barco que transportava 2000 toneladas de alimentos importados das Filipinas no quadro do programa «petróleo por alimentos» autorizado pela ONU. Na sua mensagem, Sahaf condena «as flagrantes agressões contra a navegação civil» e o «uso da força por parte dos EUA para impedir a chegada de produtos humanitários ao Iraque».

Angola critica ONU

O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, João Miranda, ao intervir sexta-feira na Assembleia Geral das Nações Unidas, criticou duramente a ONU e a comunidade internacional por nada fazerem em relação à guerra em Angola. «Pesa na nossa consciência verificar que em situações de igual sofrimento humano há reacções diferentes por parte da comunidade internacional», disse Miranda, sublinhando que esta política de «dois pesos e duas medidas» e a aproximação inconsistente aos conflitos no continente africano permitiu que «os mais bárbaros e sangrentos criminosos que a nossa memória registou em África durante este século» tenham escapado à justiça. «As Nações Unidas e a comunidade internacional têm o dever moral, legal e político de se esforçarem um pouco mais para que os povos que enfrentam o flagelo da guerra possam implementar uma paz duradoura», afirmou o ministro. O chefe da diplomacia angolana precisou que cerca de três milhões de angolanos são refugiados ou deslocados no seu país em consequência da campanha lançada pela Unita, e que se calcula que cerca de 500 000 pessoas já morreram na guerra civil angolana.

França Lei das 35 horas agita mundo do trabalho

Dezenas de milhares de trabalhadores saíram segunda-feira à rua em toda a França, em resposta a um apelo da CGT, para exigir «melhoramentos» no projecto de lei sobre as 35 horas de trabalho semanal, cujo debate se iniciou anteontem na Assembleia Nacional. Também o patronato francês se mobilizou, por seu lado, mas para contestar a legislação, que considera «um erro».

Em Paris, desfilarão cerca de 25 000 trabalhadores; em Lyon, 4000; em Marselha, 10 000; em Lille, 3000; em Saint-Etienne, 2000; em Clermont-Ferrand, 3000... Os manifestantes, trabalhadores do sector privado como do público, apelaram à unidade por «novas conquistas sociais», gritaram palavras de ordem contra o trabalho precário, defenderam a jornada de 35 horas pelo crescimento do emprego. O patronato marcou encontro, por seu lado, no parque de exposições da

porta de Versailles: cerca de 25 000 patrões ponderam ao chamamento da central patronal MEDEF para manifestar a sua oposição às leis Aubry (ministra do Trabalho), que consideram ser «contra as empresas».

É neste clima que vão decorrer, nas próximas duas semanas, os debates no parlamento sobre a segunda versão da lei das 35 horas. O resultado final é ainda uma incógnita. Os verdes admitem abster-se; os comunistas insistem na necessidade de segunda versão dever ser melhor do que a primeira, o que não é o caso, e contam com o movimento de massas para influenciar o proces-



so e a correlação de forças a nível parlamentar num sentido positivo; os socialistas dizem-se optimistas em conseguir uma maioria para aprovar «uma das grandes leis de esquerda». Quanto aos partidos de direita, pouco se têm pronunciado, embora seja de esperar que correspondam aos anseios do patronato.

O PCF apelou entretanto à realização de uma manifestação nacional pelo emprego, no próximo dia 16 de Outubro. A iniciativa recebeu o apoio dos Verdes, mas até ao encerramento desta edição o Partido Socialista e as organizações sindicais ainda não se tinham pronunciado sobre o assunto.

Eslováquia Nova «república das bananas»

Desde 1945, nenhuma geração na Eslováquia sentiu uma descida tão drástica na qualidade de vida como a actual. Este ano os eslovacos viram o desemprego atingir meio milhão de pessoas e as perspectivas apontam para que a taxa chegue aos 22 por cento. Hoje o orçamento familiar médio mensal per capita é de 5140 coroas eslovacas por mês (cerca de 33 contos).

A situação na Eslováquia mudou profundamente nos últimos dez meses, desde que o governo de Mikuláš Dzurinda tomou posse. O executivo é composto por uma coligação de dez partidos - que vão desde a extrema direita ao Partido da Esquerda Democrática -, muito aplaudida pela Nato e por países da União Europeia, contando mesmo com o seu apoio financeiro.

Numa entrevista ao diário «Slovenska Republika», o presidente da federação de sindicatos, Ivan Saktor, falou das acções governativas: «A Eslováquia perdeu o direito de tomar as suas próprias decisões. Encontramo-nos numa sala de espera para candidatos ao estatuto de «república das bananas», ao lado de outros concorrentes.»

De certo modo, estas declarações constituem uma auto-crítica. Em 1989, na Checoslováquia os sindicatos contribuíram para a instalação do regime político, económico e social, responsável pelo actual empobrecimento da sociedade.

Saktor refere que as políticas que se seguiram «apenas aumentaram as desigualdades», dado que o governo se «submete inteiramente aos ditames do Fundo Monetário Internacional e de outras instituições financeiras».

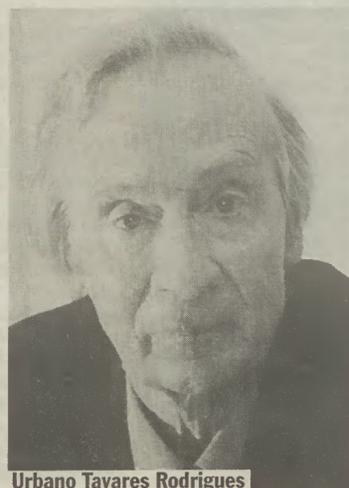
Estas declarações reflectem uma nova postura, pois até há pouco tempo os sindicatos viam as transformações ocorridas após 1989 como muito positivas, tendo contribuído inclusivamente para o fim do anterior governo de Vladimir Meciar, que, apesar de pró-capitalista, mostrou grande relutância em se submeter cegamente às imposições do FMI e do Banco Mundial e propôs uma direcção económica nacional.

Para fazer face à situação, o Partido Comunista da Eslováquia apelou recentemente à unidade de várias forças para formar uma frente de esquerda.

Eles apoiam a CDU



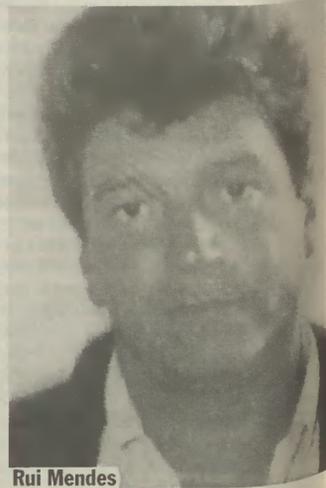
A poucos dias das eleições, cresce a confiança no projecto protagonizado pela CDU. Uma confiança que é patente no apoio diariamente expresso por centenas de trabalhadores e de personalidades de vários sectores de actividade



Urbano Tavares Rodrigues



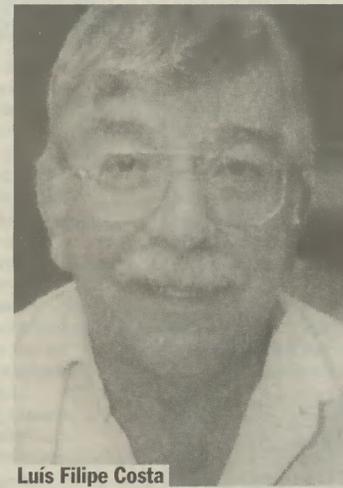
Henrique Viana



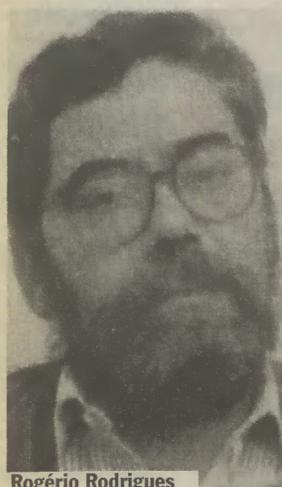
Rui Mendes



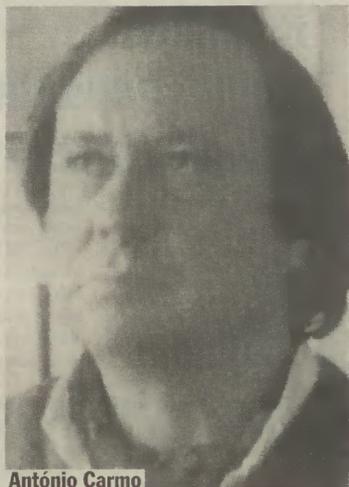
Isabel Medina



Luís Filipe Costa



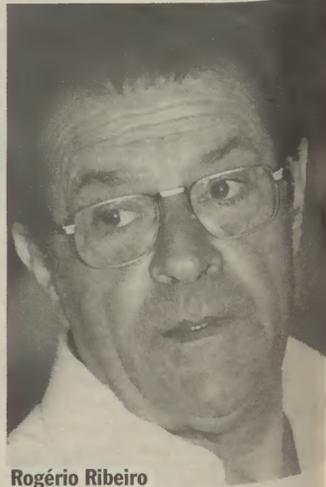
Rogério Rodrigues



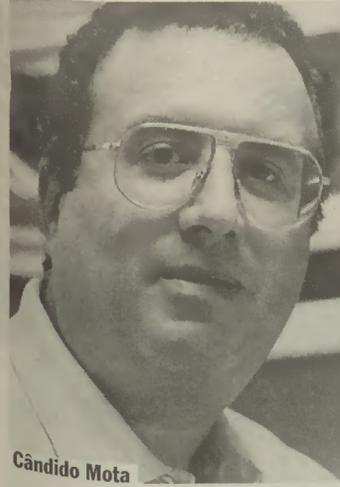
António Carmo



José Quitério



Rogério Ribeiro



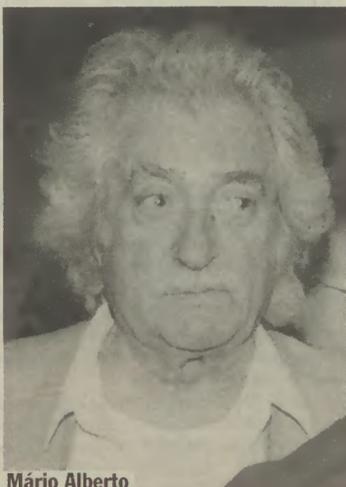
Cândido Mota



Mário de Carvalho



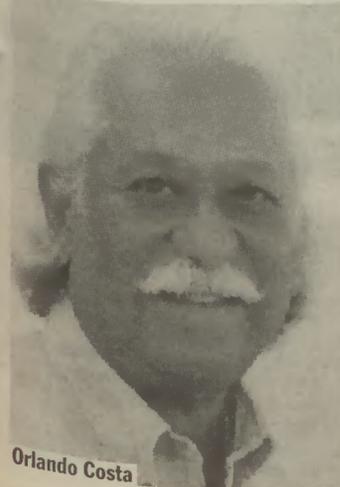
Jorge Silva



Mário Alberto



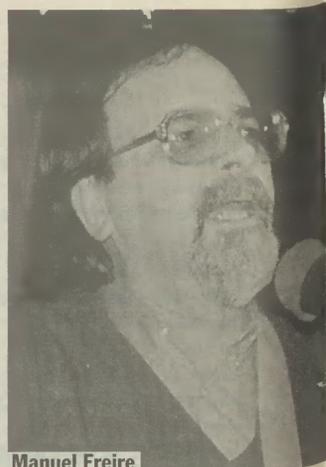
Sérgio Carvalho Duarte



Orlando Costa



Canto e Castro



Manuel Freire



António Rama

Adão Ribeiro Mendes, da Comissão Executiva da CGTP-IN e coordenador da US de Braga
Adila Alarcão, arqueóloga
Adriano Jorge Montezinho, estudante
Aguinaldo Cabral, médico
Alfredo Bacelar Alves, médico
Alfredo de Figueiredo Filipe, artista plástico
Amílcar Nunes, empresário
Ana Elisa, estudante universitária
António Azevedo Brandão, professor
António Eduardo Serraventoso, professor
António Fernandes Ferreira, médico
António Gomes, advogado

António Gonçalo, produtor de cinema

António Gonçalves, engenheiro
António Goulart de Medeiros, da Comissão Executiva da US do Algarve
António José Ganhão, presidente da CM de Benavente
António Pereira Bica, advogado
António Pereira Jorge, presidente da Junta de Freguesia de Riachos
António Rosa Dias, vereador da CM de Tomar
António Santos Pinto, treinador de basquetebol

Apolinário Reis Pereira, oficial da Marinha (reformado)
Armanda Fonseca, advogada
Artur Galdes, médico
Carlos Ferrer, advogado
Carlos Gouveia, professor, treinador de basquetebol
Carlos Lopes, dirigente da LOC
Carlos Santos, actor
Carlos Tavares da Silva, arqueólogo
Carlos Tomé, vereador da CM de Torres Novas
Catarina Oliveira, médica investigadora
Colette Vilatte, artista plástica
Cristóvão Aguiar, escritor
Dulce Rebelo, investigadora, dirigente do MDM

Ermelinda Júlia, médica pediatra
Feliciano David, engenheiro
Felisberto Lemos, livreiro
Fernanda Montemor, actriz
Fernando Sousa Cairos, presidente da CM de Castro Verde
Florival Lança, metalúrgico, da Comissão Executiva da CGTP-IN
Gil Moreira, arquitecto
Gonçalves Preto, dramaturgo
Gualdino Pereira Rouxinol, comerciante
Helena Costa, sindicalista
Jaime Abel Loff, arquitecto
Jaime Carvalho, empresário
Joana Alves Dias Travessas, estudante
João César Monteiro, realizador de cinema
João Luís Madeira Lopes, advogado
João Torres Brinquete, estudante
Joaquim Benite, encenador
Jorge Fonseca, historiador
Jorge Reis, escritor
José Álvaro de Morais, realizador de cinema
José Manuel Jara, médico
José Manuel Pratas Barata, médico
José Orlando Reis, engenheiro electrotécnico

José Veiga Trigo, comerciante, ex-árbitro internacional de futebol

Juan Soutullo, artista plástico
Leonoreta Leitão, professora
Levy Baptista, advogado
Lucia Terlô, médica
Luís Azevedo, advogado
Luís Monteiro Baptista, médico
Luís Peixoto, médico
Manuel Brandão, presidente da CM de Coruche
Manuel Celestino, professor do ensino superior
Manuel Dias, escultor, professor
Manuel Neves, presidente do ABC Cineclub Lisboa
Marco Pereira, estudante
Margarida Mendo, médica
Maria Amélia Nápoles Guerra, farmacêutica
Maria Eugénia Palha Marques, médica
Maria Keil do Amaral, artista plástica
Maria Rosa Morais, professora do Conselho Nacional da FENPROF
Mário Alberto, cenógrafo
Mário Fontan, instrumentista
Mário Jacques, actor
Mário João, futebolista
Nelson de Oliveira Marmelo e Silva, médico
Nuno Rilo, professor universitário
Oliveira Baptista, professor catedrático
Rogério Ribeiro, artista plástico
Romeu Cunha Reis, advogado
Rui Mendes, actor
Sandra Alves, presidente da Assembleia Municipal de Constância
Santiago Augusto Ferreira Macias, historiador, presidente da Assembleia Municipal de Moura
Sara Goulart Medeiros, estudante universitária
Serafim Nunes, economista
Sérgio Carrinho, presidente a CM da Chamusca
Sérgio Morais, atleta internacional de *turbling*
Susana Ruth Vasques, jornalista
Susana Teixeira, actriz
Teófilo Duarte, designer
Teresa Gafeira, actriz
Ulpiano Nascimento, economista
Vicente Batalha, vereador da CM de Santarém

às candidaturas da Coligação pelos diversos círculos eleitorais. Na impossibilidade de enumerar o nome de todos esses apoiantes, o «Avante!» prossegue, hoje, a divulgação de alguns (ver também página 20).

Programa eleitoral do PCP

Sistema político

Elevada participação efectiva dos cidadãos

São muitos os portugueses que se afastaram e se desinteressaram da vida política e para quem a imagem da política e dos políticos se degradou. Essa é, em muitos casos, uma forma de protesto, eventualmente inconsciente, contra a participação e a ausência de resposta dos governos a aspirações individuais e colectivas, em especial contra a ausência de concretização de direitos económicos, sociais e culturais.

Entretanto, aumenta o poder de meios de comunicação social e a ligação de muitos destes ao poder económico e o protagonismo de agentes do sistema judicial em detrimento de políticos.

Os níveis elevados de abstenção são bem o reflexo da apatia demonstrada por quem não vê os seus problemas mais elementares resolvidos, a par do crescente descrédito dos cidadãos nos órgãos do poder.

Apesar de três revisões constitucionais, manteve-se na lei fundamental o essencial da separação e interdependência dos órgãos de soberania. Continua consagrado o princípio de representação proporcional como princípio estruturante do sistema e limite material da revisão constitucional. Os direitos, liberdades e garantias surgem associados aos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, aos quais é conferido idêntico estatuto e dignidade. A repartição vertical de poderes é amplamente consagrada, através das regiões político-administrativas dos Açores e da Madeira, das regiões administrativas no continente e do poder local em todo o País. A estas, somam-se outras regras sobre a Administração Pública de sentido inequivocamente democrático.

A experiência e a vida apontam, entretanto, como vantajosos ou necessários vários aperfeiçoamentos do sistema político. É

imprescindível melhorar a identificação dos cidadãos com o sistema político, melhorar a vida democrática, a qualidade e as possibilidades efectivas da participação dos cidadãos.

De facto, prosseguiu a substituição do princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania pelo projecto de governamentalização de todos os órgãos de poder e a utilização abusiva do aparelho de Estado ao serviço de interesses eleitorais e partidários.

Melhorar a vida democrática

Muitos referem constantemente a necessidade de reforma do sistema político. Mas ao invocarem reais necessidades da sua transformação não é para o aperfeiçoar. É sim, essencialmente, como um meio capaz de permitir culpar a democracia das dificuldades do sistema político; justificar operações de engenharia eleitoral, falsificadoras da conversão democrática dos votos em mandatos ou adulterar os comportamentos eleitorais. O pretexto mais frequente é a aproximação dos deputados aos cidadãos. Mas o objectivo real é, em geral, obter mais deputados com menos votos.

O PCP considera que o sistema político actual, tal como está consagrado na Constituição, contém amplas potencialidades democráticas se houver vontade política. Entretanto, e para além das medidas inseridas noutros pontos do programa eleitoral, designadamente nos pontos sobre os direitos, liberdades e garantias e sobre a eventual revisão constitucional, o PCP preconiza as seguintes orientações essenciais:

— manutenção do sistema misto parlamentar-presidencial, com a consagração e clarificação da intervenção do Presidente da República nas áreas da política externa e da defesa;

— fortalecimento sistemático dos poderes e da intervenção da Assembleia da República, quer de carácter legislativo, quer de fiscalização;

— reestruturação do funcionamento das comissões com maior apoio técnico, com valorização dos relatórios, das audições de comissão, obrigatórias em certos casos, bem como da obrigatoriedade de debates sobre políticas sectoriais com o ministro respectivo;

— garantia de debate público obrigatório dos grandes problemas de interesse nacional;

— maior e mais regular intervenção da Assembleia da República no processo de integração comunitária, entrecruzando, na medida do possível, o trabalho parlamentar com a dinâmica da produção legislativa comunitária;

— manutenção do sentido e alcance do princípio da representação proporcional, não admitindo quaisquer alterações ao sistema eleitoral que diminuam ou alterem o alcance desse princípio;

— reforço sistemático dos mecanismos da democracia participativa e da democracia directa, garantindo a execução plena dos que estão consagrados e reforçando os mecanismos de iniciativa popular, nomeadamente a acção popular e o referendo local;

— respeito integral pelos direitos, liberdades e garantias e concretização prática dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, como objectivo e como referência essencial do funcionamento do sistema político;

— criação de mecanismos de moralização e transparência do sistema político, designadamente consagrando a proibição de



financiamento dos partidos políticos pelas empresas;

— aperfeiçoar e tornar mais rigoroso o regime de incompatibilidades e alargar o período de impedimento do exercício de certas funções privadas após exercício de certas funções políticas essenciais;

— consagrar o princípio da exclusividade de exercício de funções por parte de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos;

— criação de registos de interesses para todos os cargos políticos e da alta administração;

— combate firme e permanente à corrupção em toda a Administração Pública, designadamente a curto prazo através de uma "operação mãos limpas" de emergência;

— investigação e julgamento mais rápido dos mega-processos que envolvem grandes grupos económicos e políticos;

— fomentar um processo coerente de descentralização como instrumento de fomentar a participação;

— levar sistematicamente a democracia a todo o País, em especial ao interior das empresas, bem como através de sindicatos de polícias e de associações sócio-profissionais de militares.

Defesa Nacional e Forças Armadas

Por uma estratégia nacional

Os quatro anos de Governo PS não deram resposta aos problemas concretos com que se debate a instituição militar e quem a compõe. A política seguida pelo PS defraudou assim as expectativas que conduziram à sua eleição em 1995.

O seguidismo face aos EUA e a adopção de muitas das suas orientações em matéria de política externa e a cedência sem medida aos interesses e objectivos da NATO/EUA, marcaram a governação do PS.

O empenhamento do PS na revitalização e inclusão da UE no UE, como estrutura militar da União, configura um caminho de potenciação de Forças Armadas multinacionais e funcionando como pilar europeu da NATO.

O PS no poder, ao invés de assumir uma postura visando a progressiva dissolução da NATO e o potenciamento das organizações vocacionadas para a paz e a segurança (ONU e OSCE), deu o seu apoio entusiasmado a uma visão estratégica expansionista da NATO, aprovando o novo conceito estratégico da Aliança, bem como à sua capacidade para intervir em qualquer parte do globo.

A política do Governo PS manteve e agravou os bloqueios, a falta de modernização efectiva da instituição militar, bem como elevou o grau de desmotivação dos militares.

Particular destaque merecem as enormes hesitações no que respeita ao alargamento de direitos de cidadania para os militares (revisão do

artigo 31 da LDNFA), nomeadamente com o reconhecimento de associações sócio-profissionais. Mas merece também reparo a ausência de medidas claras face ao grave problema social que constitui a inserção dos militares em regime de contrato, no mercado de trabalho.

As opções tomadas — embora ainda não concretizadas — de extinção pura e simples do serviço efectivo normal (SMO), eliminando por completo os vínculos da Nação com as Forças Armadas, não serve os princípios da coesão e desenvolvimento de uma consciência nacional e constituirá uma fragilidade nacional. Como se não bastasse, a forma atabalhoada como o Governo avançou para esta decisão, constitui e constituirá um problema de difícil gestão para as FA.

Desinserida de uma visão estratégica de carácter nacional, democrática e participada, esta medida surge como mais uma que foi tomada não com base no interesse nacional, mas satisfazendo objectivos ligados com interesses e dinâmicas externas.

A ausência de medidas de apoio e valorização do Sistema de Autoridade Marítima, ao mesmo tempo que paulatinamente o Governo procedeu à transferência de competências para a área marítimo-portuária, não constituiu mais do que o prosseguimento da política que tem vindo a criar sucessivos estrangulamentos a um sistema de autoridade marítima credível e actuante, bem como pode comprometer a autoridade do estado nesta importante área.

Quanto ao reequipamento das FA, as opções do Governo PS foram o prosseguimento das



opções do PSD, ou seja, a prioridade para a aquisição de meios que visam a satisfação de compromissos externos. Deste modo milhões de contos são gastos sem que deles resulte um aumento da capacidade nacional de defesa. Acresce que ao serem aprovados programas (só com os votos do PS) sem as dotações financeiras necessárias, foi a própria imagem das FA que foi afectada.

Neste quadro o PCP propõe:

— a promoção de um verdadeiro debate nacional do qual resulte a definição das Grandes

Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional;

— a apreciação das matérias decorrentes da definição conceptual referida;

— defesa do princípio da aplicação da FA a missões nacionais;

— revisão global da LDNFA;

— consagração do associativismo sócio-profissional com o estabelecimento de regras definidoras de um relacionamento institucionalmente digno;

— elaboração de legislação enquadradora da justiça e disciplina militar, com base nos valores

constitucionais; garantia de acesso ao Provedor de Justiça no quadro do estatuto do Provedor; elaboração de um regulamento de avaliação do mérito em bases objectivas;

— promoção de um amplo debate que analise a situação das Indústrias de Defesa, visando a definição de linhas estratégicas potenciadoras da sua actividade e desenvolvimento;

— revisão da legislação sobre as FA numa perspectiva que vise a sua desgovernamentalização;

— adopção de medidas com o objectivo de melhorar as condições de serviço nas FA, a dignificação e motivação profissional, a valorização dos órgãos consultivos existentes nos ramos;

— valorização do Sistema de Autoridade Marítima, no quadro de uma ampla auscultação e debate visando definir o quadro conceptual, dependência, estrutura e meios do Sistema. Adopção de medidas decididas visando a resolução dos problemas profissionais do pessoal que opera nesta área;

— desenvolvimento das actividades ligadas à I & D, assumidas como sector estratégico ao desenvolvimento e sustentação de uma capacidade autónoma de defesa.

No plano externo:

— defesa da dissolução da NATO;

— oposição à criação e participação em qualquer bloco político-militar europeu;

— acções decididas visando o potenciamento da ONU e da OSCE como estruturas privilegiadas para a paz e a segurança na Europa e no Mundo;

— a participação militar portuguesa no quadro dos sistemas de segurança colectiva (ONU e OSCE) deverá ser ponderada caso a caso e à luz do rigoroso respeito pelo direito internacional;

— no âmbito dos acordos com o PALOP as FA devem colaborar em todas as acções de apoio, integradas na política de cooperação, nomeadamente a formação, treino e o apoio ao desenvolvimento das indústrias de defesa.

Direitos, liberdades e garantias

Deter a ofensiva

Em Portugal existe um grave problema de carência do exercício de direitos, liberdades e garantias no plano político.

As limitações dos direitos fundamentais dos trabalhadores, designadamente a crescente precarização do trabalho, a permanente discussão sobre o horário de trabalho, a tentativa de restringir o direito de greve e a promoção de uma prática de negação do direito de acção sindical, particularmente dentro da empresa, têm um conteúdo e projecção especialmente importantes.

Para o reforço da democracia portuguesa e da protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos

— garantia plena da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, do direito à informação, nomeadamente através de medidas anti-concentração e de transparência da titularidade do capital social das empresas de comunicação social;

— consagração de especial protecção à comunicação social de âmbito regional e local, especialmente à imprensa e rádios locais;

— reforço dos direitos dos profissionais da comunicação social;

— defesa dos serviços públicos de rádio e televisão;

— reforço das garantias de acesso à justiça, designadamente pela clarificação de que o acesso aos tribunais não pode ser dificultado pela excessiva onerosidade dos serviços de justiça e de que o direito à justiça é também um direito à justiça célere e de consagração de providências

entidades públicas perante os cidadãos, designadamente por actos dos serviços hospitalares, das forças policiais, serviços prisionais ou de outros serviços da Administração Pública;

— garantia de maior eficácia de exercício do direito de petição, conferindo aos cidadãos o direito de serem informados dos resultados da sua apreciação e eliminando as restrições que hoje impendem sobre certas categorias de cidadãos;

— reforço das garantias dos cidadãos perante a Administração Pública e transparência e acesso aos documentos da Administração, uma vez solicitados;

— garantia do acesso dos cidadãos a dados informáticos que lhes digam respeito e defesa contra a utilização abusiva desses dados;

— reforço ou protecção efectiva dos direitos, liberdades e garantias face às possibilidades decorrentes de novas tecnologias, designadamente do direito à intimidade;

desenvolver;

— redução progressiva do horário de trabalho;

— garantias do direito ao salário e outras compensações adquiridas, combatendo designadamente os salários em atraso;

— consagração de novos direitos e novas obrigações do Estado, em matéria de higiene, saúde e segurança e acidentes de trabalho;

— adopção de medidas que modernizem e harmonizem pelos valores constitucionais diplomas fundamentais dos militares, como sejam o Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e o Código de Justiça Militar (CJM) e que concretizem a extinção dos Tribunais Militares em tempo de paz;

— consagração em Lei de um quadro claro de direitos de cidadania para os membros das Forças Armadas, designadamente o direito de



em geral e dos trabalhadores em particular, o PCP propõe:

— clarificação da obrigação do Estado de criar as condições para a efectivação do princípio da igualdade, designadamente atenuando e eliminando as desigualdades sociais, económicas e culturais entre os cidadãos;

— revisão da legislação sobre entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros em Portugal, permitindo a apreciação judicial, com efeitos práticos, das decisões administrativas de expulsão e abandonando uma concepção - que resulta da lei actual - que trata todos os cidadãos não comunitários como potenciais delinquentes;

expeditas junto dos tribunais para defesa de certos direitos fundamentais;

— garantia efectiva do direito de acção popular, consagrado na Constituição, conferindo a todos, pessoalmente ou através de associações, o direito de defender junto dos tribunais interesses colectivos, em áreas como o ambiente, a saúde pública, o património e a qualidade de vida em geral;

— igualdade efectiva perante as diferentes instituições, com combate a todas as formas de discriminação do PCP ou de qualquer outra força política;

— reforço da responsabilidade do Estado e de outras

possibilidades decorrentes de novas tecnologias, designadamente do direito à intimidade;

— reforço das garantias de liberdade de associação e do apoio do Estado ao associativismo popular, designadamente através das colectividades de cultura e recreio;

— reforço da protecção legal devida aos cidadãos vítimas de crimes, designadamente contra as pessoas, contra o património e contra a vida em sociedade;

— garantia de uma fiscalização efectiva e plural dos serviços de informações e clarificação dos limites das actividades que estes podem

associação sócio-profissional;

— garantia efectiva do direito de associação sócio-profissional nas forças e serviços de segurança e reconhecimento na Lei dos direitos sindicais na PSP;

— protecção da contratação colectiva, designadamente em caso de cessão da empresa;

— reforço da protecção aos representantes dos trabalhadores, nos locais de trabalho e nos sindicatos, designadamente contra despedimentos abusivos;

— reforço dos direitos dos consumidores, através do acesso à informação e possibilitando a sua intervenção.

TRABALHADORES DOS CORREIOS E DAS TELECOMUNICAÇÕES APOIAM A CDU



SOMOS TRABALHADORES DO SECTOR TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO, DIRIGENTES E ACTIVISTAS SINDICAIS, MEMBROS DE C.T.'S

MANIFESTO DA COMISSÃO DE APOIO NO CESP A CDU COM A CDU PARA QUE NÃO FIQUE TUDO NA MESMA

Na noite de 13 de Junho e um Outubro de 1999, foi realizada a eleição para o Parlamento Europeu e a Assembleia da República...

Somos trabalhadores do comércio, dos escritórios e dos serviços... Manifesto aos trabalhadores do comércio, dos escritórios e dos serviços...

Mais CDU

VOTAM Vota CDU



Legislativas 99 AOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA



Mais CDU

MANIFESTO aos bancários

O voto dos bancários

Manifesto aos trabalhadores no Conselho de Oeiras

Manifesto aos trabalhadores do comércio, dos escritórios e dos serviços

Manifesto aos trabalhadores do comércio, dos escritórios e dos serviços

Mais CDU

Sanidade 200 Trabalhadores da saúde apelam ao voto na CDU. Reforçar e renovar o Serviço Nacional de Saúde.

Mundo do trabalho manifesta apoio à CDU

Milhares de trabalhadores, suas estruturas sindicais e órgãos representativos nos mais diversos sectores de actividade têm declarado publicamente o seu apoio à CDU e apelado ao voto na Coligação - a única força que tem estado inequivocamente ao lado de quem trabalha.

Sob o lema «Reforçar e renovar o Serviço Nacional de Saúde» 200 profissionais da Saúde subscrevem um documento de apoio em recordam as posições e propostas do PCP (nomeadamente a lei quadro do financiamento do SNS; o programa especial de acesso aos cuidados de saúde; a administração e gestão democrática dos centros de saúde, hospitais e sistemas locais). Por isso, afirmam «o voto na CDU é um efectivo e seguro contributo para o reforço e renovação dos Serviços Nacionais de Saúde».

Por seu lado, o Sector da Função Pública da ORL do PCP, apelando ao voto na Coligação, recusa a política de privatização das funções sociais do Estado e defende «a estabilidade de emprego, o direito a salários dignos, indispensáveis à dignificação dos trabalhadores e à melhoria dos serviços prestados pela administração pública à população».

O manifesto dos Bancários, subscrito por mais de 400 trabalhadores, chama a atenção para a degradação das relações de trabalho no sector - o mais rentável e forte da nossa economia - e para o ilegítimo poder que o capital financeiro vem exercendo sobre o poder político e a comunicação social. O texto conclui que «no plano político há uma força, uma bandeira que não se submete ao grande capital e não transige na defesa dos trabalhadores - essa força é a CDU».

A acção dos deputados eleitos pela CDU foi decisiva para impedir a aprovação dos projectos sobre a redução das férias; a diminuição do salário e a liberalização dos prémios; a passagem do limite dos contratos a prazo de 3 para 4 anos e a destruição dos sistemas de segurança social. Mas foi com o seu voto que foram aprovados a redução do horário de trabalho; a confirmação das pausas como tempo de trabalho; o rendimento mínimo garantido; a redução do IRS para mais de 700 mil trabalhadores - razões fortes para votar na CDU, segundo um apelo subscrito por cerca de uma centena de dirigentes sindicais do sector Metalúrgico.

Na Hotelaria, meia centena de trabalhadores, dirigente e delegados sindicais do sector, declaram o seu apoio à CDU, frisando que «são os únicos deputados que prestam contas ao povo do seu trabalho na Assembleia da República», e que com apenas 15 deputados (5,6% do total da Assembleia) foram responsáveis por cerca de 27% das iniciativas parlamentares e por 32% dos projectos de lei apresentados».

composição do próximo parlamento determinará o sentido das políticas que vigorarão nos próximos anos.

Os trabalhadores do Sector Químico e Farmacêutico apresentam um conjunto de «fortes razões» votar na CDU: o combate ao pacote laboral; a melhoria da vida; a intervenção dos deputados nesta legislatura; o avanço de outras propostas e reivindicações laborais. Este documento foi subscrito por 56 dirigentes e sindicais da CGTP-IL, FEQUIMETAL e SINQUIFA.

Um conjunto de dirigentes sindicais no sector da Construção Civil, Madeiras e Mármore declararam igualmente o seu apoio à CDU, considerando que o PS tem governado contra os trabalhadores. O texto faz especial alusão ao aumento do trabalho precário e dos acidentes mortais de trabalho.

Por uma política de esquerda

Nas empresas dos concelhos de Azambuja e Alenquer foram recolhidas 70 assinaturas; em Loures e Odivelas, 75 trabalhadores subscreveram um manifesto, em que consideram o voto como uma forma de luta contra a política de direita e neoliberal e expressam seu apoio à CDU.

O Sector de Empresas de Vila Franca de Xira divulgou um manifesto dirigido aos trabalhadores das empresas do concelho em que salienta que «o balanço de quatro anos de Governo PS foi extremamente pobre, nenhum dos grandes problemas se resolveu e em alguns casos agravaram-se», dando como exemplos a Educação, Saúde, Segurança Social.

Em Cascais, duas dezenas de dirigentes, delegados e membros das CT's das empresas subscrevem um documento que incita os trabalhadores do concelho a votar na CDU, destacando «dez medidas urgentes» que a Coligação se propõe realizar na próxima legislatura, entre elas a elevação do salário mínimo nacional para 75 mil escudos. A mesma preocupação é patente no manifesto do Sector de Empresas do Concelho de Oeiras.

No concelho da Amadora, cerca de meia centena de trabalhadores de vários sectores declararam o seu apoio à CDU, sublinhando que «é urgente pôr cobro à política de direita e abrir novas perspectivas a uma política de esquerda que sirva os trabalhadores e o País».

Em Torres Vedras, cerca de quatro dezenas de trabalhadores apelam ao voto na CDU, considerando que se trata de «usar o nosso voto por melhores salários e empregos, por melhores condições, segurança e higiene no trabalho», sendo para isso «indispensável e decisivo», o reforço da expressão eleitoral da Coligação.

Em Évora, um conjunto de sindicalistas de diferentes estruturas recordam que os deputados eleitos pela CDU foram os únicos que se insurgiram contra o pacote laboral e contra as privatizações e apresentaram propostas de lei para a defesa dos trabalhadores.

Em Viana do Castelo, cerca de sete dezenas de homens e mulheres sem filiação partidária mas «desejosos de contribuir para a defesa intransigente do desenvolvimento do Alto Minho» decidiram «emprestar» a sua voz à CDU por considerarem que esta é a formação que mais tem defendido os «reais interesses das gentes das abnegadas terras minhotas». A declaração é subscrita por operários, trabalhadores, médicos, advogados, engenheiros, professores, comerciantes que se assumem «como independentes de esquerda» e afirmam acreditar ainda «na esperança aberta há quatro anos com a derrota do Governo PSD», desta vez traduzida por uma grande votação na CDU.

Tivermos ainda notícia de que foram divulgados documentos semelhantes pelos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas; Marinha Mercante e Agências de Viagem e Transitários; Indústrias Gráficas; Sector de Empresas de Simtra; Sector de Bebidas.

SECTOR METALÚRGICO CDU MERCE A NOSSA CONFIANÇA! Manifesto aos trabalhadores das Empresas do Concelho de Vila Franca de Xira. Nós votamos CDU. Mais respeito por quem trabalha! Manifesto aos Trabalhadores dos Concelhos de Loures e Odivelas.

Parar a ofensiva antilaboral

Na Portugal Telecom, duas centenas de trabalhadores assinaram um manifesto de apoio à Coligação. Os trabalhadores em estruturas sindicais associaram-se igualmente a esta onda de apoio com um documento que recolheu 280 assinaturas.

Dirigentes e activistas sindicais e membros de CT's do sector Têxtil, Vestuário e Calçado apelaram ao voto na Coligação como forma de «criarem condições políticas para a melhoria das condições de vida e de trabalho».

Em circulação, no sector dos Transportes, tem estado um abaixo assinado, subscrito por mais de oitenta trabalhadores da Carris; Metropolitano; Taxis; ANA-SA; NAV-EP; CP; TAP; Rodoviária Lisboa; Lisboa Transportes; VIMECA e STAGECOACH. O texto considera que em resultado da política do PS, tem-se aprofundado e acelerado «a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores», ao mesmo tempo que se põe em causa o interesse nacional e prejudica os utentes dos transportes.

Exigindo uma «mudança real na vida nacional», os trabalhadores da EPAL lançaram um abaixo-assinado de apoio à CDU, frisando que o Governo PS prosseguiu a política de privatizações de áreas estratégicas da economia, nomeadamente na energia, água e telecomunicações. O texto recorda que em consequência desta política, «em certas áreas de actividade coexistem trabalhadores com idênticas funções mas com estatutos e remunerações e direitos sociais diferentes». Entre os atingidos estão já trabalhadores dos serviços administrativos, quadros técnicos e mesmo certas categorias de quadros superiores.

Também no Grupo EDP, um abaixo-assinado com cerca de 50 subscritores apela ao voto na Coligação, afirmando que «os trabalhadores não podem desperdiçar a oportunidade para penalizarem a política de direita dos sucessivos governos e continuada pelo actual Governo PS». Com o mesmo objectivo, foi divulgado um documento nos Correios assinado por 70 trabalhadores.

O manifesto do sector do Comércio, Escritórios e Serviços, que conta com o apoio de 50 trabalhadores, chama a atenção para nove propostas da CDU para uma vida melhor, sublinhando que a

o nosso voto como forma de luta contra esta

Novo bloco velhas mistificações

■ DOMINGOS ABRANTES

Membro da Comissão Política

AVIDA POLÍTICA nacional regista, nomeadamente no campo da esquerda, um abundante número de nascimentos e de mortes de organizações políticas. Trata-se de um processo natural, dir-se-ia mesmo quase inevitável se se tiver em conta que na sua origem estão fenómenos como a estratificação social, com os correspondentes interesses e visões da vida e do mundo, a diferenciação ideológica que acompanha o avolumar dos problemas sociais, o assalariamento de camadas pequeno-burguesas e o processo contraditório que se gera entre a consciência de classe e o estatuto social e também a influência nas mentes de acontecimentos marcantes da situação nacional e internacional que, conforme se trate de fluxos ou refluxos na acção revolucionária, assim determinam a natureza radical ou conformista dos objectivos políticos destas organizações.

Entretanto, apesar da diversidade político-ideológica, estas organizações têm-se caracterizado, nos seus traços mais marcantes, por uma matriz comum. A base social de apoio e a origem dos seus progenitores situam-se na sua imensa maioria em sectores da intelectualidade pequeno-burguesa, que alguns analistas nos dizem ser urbana, outros mediática. A renovação da esquerda que se têm proposto realizar assenta sempre numa plataforma anticomunista e anti-PCP, o que se explica pelos seus preconceitos de classe em relação ao papel dos trabalhadores e do seu Partido.

Neste aspecto, o mais recente produto deste mundo, o Bloco, não traz nada de novo, nem original. Novo, pela sua dimensão, é talvez o entusiasmo com que «velhos profissionais» da renovação da esquerda saudaram o aparecimento do Bloco, multiplicando-se as proclamações de fé em que desta vez se consiga finalmente renovar a esquerda, uma esquerda onde o PCP, irremediavelmente condenado às purgas do inferno por «esclerose ideológica», por «ausência de projecto», por ser «oposição chocha» e muitos outros pecados, só caberia se se submetesse às suas estratégias.

A primeira perplexidade que nos surge resulta do facto de verificarmos que o Bloco se propõe renovar uma esquerda que lhe é exterior, mas que na prática não existe para além deles.

Nesta cruzada renovadora encontramos toda uma galeria de conhecidos «teóricos» renovadores (bloquistas e não bloquistas), merecendo particular destaque o inefável dr. Eduardo Prado Coelho, sempre doutrinário, sempre transpirando ciência certa, pela simples razão de não ter nem a coragem, nem a humildade de reflectir sobre os disparates e as falsas profecias lançadas ao longo de mais de 20 anos.

Já em 1986, Eduardo Prado Coelho, reagindo à acusação (nossa) de ser politicamente volúvel, procurava tranquilizar os acusadores, garantindo-lhes que «tinha sido desde 1975 uma pessoa de uma só ideia: renovar a esquerda» (1).

Já lá vai o tempo em que EPC considerava a distinção entre esquerda e direita como fazendo parte da arqueologia política.

É sabido onde acabaram por poisar este renovador da esquerda bem como vários outros, no PS e mesmo no PSD. O curioso é que, ao mesmo tempo que saúdam o aparecimento do Bloco, apelam ao voto no PS, um partido que, a avaliar pela sua prática política, toma pouco a sério o arsenal doutrinário destes batalhadores pela «renovação» da esquerda.

Mas cabe perguntar. Qual a razão deste entusiasmo e desta esperança? Por considerarem serem originais e avançadas as propostas bloquistas, coisa que fora a retórica propagandística e o recurso às adjectivações, não se consegue vislumbrar? Por introduzirem uma prática política eticamente superior, que o recurso a certas mistificações políticas e a processos mediáticos pouco edificantes não abalizam? Por introduzirem novas e eficazes formas de luta, sabendo-se a facilidade com que parasitam acções de massas para fins mediáticos? Por possuírem um património de luta e de coerência que não se lhes conhece? Por se apresentarem como «a esquerda não arrogante», o que vindo de quem vem poderia ser considerado como uma autocritica, não fora a arrogância com que reivindicam o exclusivo da esquerda?

Nada disso, mas tão só a renovada esperança de que desta vez o Bloco possa resolver o

incontornável problema que os «renovadores da esquerda» sempre enfrentaram, o papel do PCP na sociedade portuguesa e em particular no campo da esquerda, esperança que os progenitores do Bloco não parecem querer deixar em mãos alheias, assumindo-o como uma questão central, considerando o PCP um empecilho, ao revelar-se «incapaz de perceber a complexidade da sociedade portuguesa pelo que não é capaz de potenciar mais do que um projecto de resistência» (2).

Nesta tese está todo um mundo de ideias feitas, passadas e presentes, em relação ao PCP, sendo por isso, e só por isso que nos ocuparemos hoje do Bloco, apesar de há muito conhecermos as deturpações e falsificações a que são sujeitas as orientações, as propostas e as actividades do PCP, pondo em causa as suas concepções fundamentais, o que tem a ver com a natureza de classe do PCP e o seu papel na sociedade portuguesa.

A avaliar pela profusão de declarações contraditórias é fácil concluir que o Bloco se afirma como um agrupamento heterogéneo do ponto de vista político-ideológico, uma «esquerda polifónica» excepto nos preconceitos de classe em relação ao PCP, à classe operária e à sua luta.

Os resultados concretos das diferentes tentativas dos renovadores, aconselhariam um pouco mais de humildade aos que abraçaram esta nova cruzada que, por se apresentar como nova, poderá ser susceptível de obter, no imediato, o benefício de dúvida de algumas pessoas, mas que se transformará em sabor amargo quando acordarem da ilusão, quando passar «o fenómeno de moda».

O aparecimento do Bloco deu lugar a um verdadeiro desvario político-ideológico, sobre o poder, a vida política nacional, a natureza e arrumação das forças partidárias, as soluções governativas, a avaliação do movimento popular, etc., etc..

Mas o Bloco será mesmo uma coisa nova? Do ponto de vista formal é claro que sim, na sua essência obviamente que não.

Não é fácil, a qualquer simples mortal, perceber como é que se produz o milagre da transformação do velho em novo pela simples transmutação de três organizações em uma. O adjectivo novo revela-se nestas questões de uma enorme utilidade para insinuar o corte com o passado e disfarçar o vazio de substância, vazio que não se preenche com o recurso a truques propagandísticos. Diga-se entretanto, por uma questão de simples bom senso, ser falsa a tese bloquista escarrapachada por essas ruas de Portugal, de que «o que é novo é que

cresce», tese não confirmada nem pela vida, nem pela ciência, e muito menos pelas experiências políticas dos progenitores do Bloco.

Na época do ascenso da luta libertadora, na época em que o movimento operário e popular estava na ofensiva, sectores da pequena burguesia intelectual, nomeadamente estudantil, tinham um objectivo bem mais ambicioso, o de renovar ou refundar o PCP, acusado de revisionista, de acomodado ao sistema, sem fibra revolucionária. A classe operária, corrompida pelas migalhas burguesas, acomodara-se, perdera o seu papel como força motora da luta revolucionária, papel que passaria a caber aos estudantes e aos intelectuais.

Entrados no período de refluxo, o radicalismo correspondente à época da «revolução», época que nos dizem agora estar enterrada, transformou-se em conformismo e o utopismo em princípio de acção crítica. A defesa de orientações subjectivistas baseadas na acção espontânea, inorgânica, a sobrevalorização da força da nova cultura, dos novos (velhos) movimentos sociais, como força transformadora, transforma-se no Alfa e no Ómega da moderna forma de fazer política, expresso e sintetizado nas afirmações de que «ao contrário dos outros, nós distribuimos palavras» (3). Lá bem no fundo trata-se da velha crença cristã de que o Verbo se transformará em acção.

Quando se apresenta como exemplo da forma radical, moderna, de fazer política, o ter-se arranjado um quarto para uma jovem com Sida, percebe-se todo o alcance da afirmação de que «um revolucionário, hoje é um social-democrata sério e com coragem para enfrentar as grandes questões de frente» (4). Mais do que um branqueamento ideológico, estamos perante uma velha «doença social», típica desta camada. Ontem como hoje, o mesmo voluntarismo, o colocar objectivos na razão inversa da sua força. Condições objectivas e subjectivas de luta, correlação de forças, grau de contradições políticas e sociais, arrumação das forças de classe em cada momento, níveis de organização e experiência de luta, são coisas que não contam. Ontem como hoje, o horror face às longas caminhadas, o desprezo pelo trabalho «invisível» de acumular forças e sobretudo pela luta quotidiana de resistência dos trabalhadores e das massas populares sem o que não se criam as condições para uma real alternativa.

E é por tudo isto que a seus olhos o PCP «não é capaz de potenciar mais do que um projecto de resistência».

É natural que aqueles que têm uma longa experiência de parasitar acções de massas para fins mediáticos, e que, contra todas as evidências, pensam ter tido papel determinante no vasto movimento de

solidariedade com Timor, ignorem e desvalorizem a importância do enorme caudal de luta quotidiana de resistência à ofensiva do grande capital, esse «breviário do PCP» (5).

Sem a luta constante dos trabalhadores e das massas populares, não teria sido possível defender importantes conquistas democráticas, os salários seriam bem piores, a prepotência patronal sem limites, a redução do horário de trabalho, uma impossibilidade. Depois do dia 10, sejam quais forem os resultados eleitorais, de uma coisa poderão estar certos, o PCP, como sempre fez, continuará, junto dos trabalhadores e das massas populares, a organizar e a animar a luta de resistência, a luta por dar solução concreta aos problemas que afectem o nosso povo, a luta nas instituições e fora das instituições pela defesa do regime democrático, por uma verdadeira alternativa de esquerda, só possível com o PCP. Nesta luta, com os comunistas, estarão todos aqueles que, sejam quais forem as dificuldades, não se vergam aos ditames da exploração, nem aceitam como inevitável para Portugal o neoliberalismo.

Não é fácil, a qualquer simples mortal, perceber como é que se produz o milagre da transformação do velho em novo pela simples transmutação de três organizações em uma.



(1) DN, 3/1/86

(2) Declaração de Princípios

(3) Miguel Portas, *Visão*, 2/9/99

(4) Miguel Portas, *JN*, 12/9/99

(5) Mega Ferreira, *Público*, 16/8/99



■ José Brinquete

O secretário de Estado da asneira política...

O jornal *Tal & Qual*, do dia 29.05.98, publicava uma peça jornalística deveras interessante, com o título «As bases da carreira», onde se escrevia: «*Polícia Judiciária (...), onde Armando Vara – segundo é voz corrente no “parlatório” da instituição da Gomes Ferreira – construiu as bases da sua meteórica carreira política, mercê de informações confidenciais recolhidas subrepticamente junto de fonte privilegiada sobre o passado criminalmente nada abonatório de alguns dos seus pares correligionários e não só.*» O jornal *Tal & Qual* acrescentava que o autor desta prosa é o jornalista Manuel Geraldo.

Trata-se do político que se candidatou, à presidência do Município da Amadora, nas autárquicas de Dezembro de 1993, com o principal objectivo de combater os comunistas e retirar-lhe a presidência da Câmara (como chegou a afirmar à comunicação social). Para um político que se afirma socialista, é deveras elucidativa uma opção desta natureza. A sua preocupação e o seu adversário político não eram os partidos e as políticas de direita; antes, o que lhe tirava o sono, o que o fazia concorrer, era o combate aos comunistas. Felizmente, como se sabe, perdeu essa batalha. Nesse ano, a CDU voltou a ganhar.

No ano passado e no afã de mostrar «trabalho», ou de «tapar o sol com a peneira», depois de um Verão de grandes incêndios, em vez de reconhecer o falhanço das políticas implementadas para o sector – mau grado os elevados investimentos aí aplicados – responsabilizou os pastores pelo elevado número de incêndios. Tendo mesmo afirmado do alto do seu cargo: «*O Governo vai proibir a pastorícia, nas áreas ardidas, nos anos seguintes aos fogos.*» O secretário de Estado sabia e sabe que as populações rurais e consequentemente os pastores são os primeiros a sofrer com as consequências dramáticas dos incêndios. Claro que, como era inevitável, confrontou-se com uma posição pública de repúdio pelas suas declarações, por parte da Associação dos Pastores Transmontanos e do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes.

Fogos eleitorais

Este ano resolveu voltar ao mesmo tema, só que com uma pequena diferença. Em vez de fazer o balanço dos incêndios verificados no final do Verão, logo, em plena Primavera, afirmou: «*Em ano de Eleições Legislativas há sempre mais fogos.*»

A gravidade desta afirmação é óbvia. Muito mais vinda dum responsável governamental. Que se saiba, até hoje, não é pública qualquer iniciativa, pelo menos, do Ministério Público, exigindo do cidadão e secretário de Estado explicações acerca de tão peremptória afirmação. A opinião pública, certamente, gostaria de saber como é possível afirmar-se antecipadamente, com tanta

certeza, que irá haver mais fogos. É que, com declarações destas, todas as ilações são possíveis, incluindo pensar que se sabe mais alguma coisa...

Claro que a questão central é outra. O combate sério e eficaz aos fogos florestais não passa por campanhas demagógicas e eleitoralistas ou por acusações a terceiros. Os fogos só poderão ter uma redução substancial se forem atacados os interesses criminosos que se escondem, em muitos casos, por detrás dos incêndios florestais.

Prevenir é, a palavra chave. Porque é assegurar uma política florestal que devolva às nossas florestas a sua capacidade de autodefesa. **Prevenir** implica, por parte do Governo, uma vontade política clara de romper com uma visão economicista da floresta, que reduz as suas funções à produção lenhosa e à pasta de papel, é dar passos decisivos e urgentes na implementação de uma floresta de uso múltiplo, valorizando as suas funções ecológicas, económicas e sociais, devolvendo-lhe a sua diversidade.

«Tolerância zero»

Restava a campanha da «Tolerância Zero». Contudo, até esta «jóia da coroa» é posta em causa. Ver página 8 do *Expresso* (18/09/99), onde se escreve: «*Quando o programa da “Tolerância Zero” nas estradas portuguesas, actualmente em vigor em cinco vias, está quase a cumprir o primeiro aniversário, duas vezes do comando da GNR (um deles o n.º 1 da Brigada de Trânsito) lançam críticas à operação.*» O Comandante Geral em funções na GNR, major-general Leonel Carvalho, disse ao *Expresso* «**subscrever**» as declarações do comandante nacional da Brigada de Trânsito, tenente-coronel Lourenço da Silva.

Para além destas críticas, a dúvida que assalta todos os portugueses é a seguinte: se nas cinco vias abrangidas pela «Tolerância Zero» não se faz mais do que exigir aos condutores o cumprimento integral do Código da Estrada, será que se está permitir, mesmo que indirectamente, que o mesmo não seja respeitado, nas restantes estradas do País? Depois há ainda uma outra vertente não menos importante, ou seja, a responsabilidade que cabe ao Estado na construção, sinalização e conservação, em segurança, das estradas portuguesas.

Os «problemas de mercearia» os «deputados de paróquia», as «universidades virtuais», etc., etc. – são, provavelmente, outras tantas asneiras políticas.

Os 50 anos da

A República Popular da China fez 50 anos no dia 1. Neste meio século, o país mais populoso do mundo sofreu mudanças profundas que o transformou completamente. Disso falou o primeiro-ministro, Zhu Rongji, na sexta-feira, perante meio milhão de pessoas na Praça Tiananmen, em Pequim, durante as comemorações oficiais do aniversário: «*Povos de todas as etnias da China, trabalhando arduamente em unidade e avançando diante de todos os obstáculos e dificuldades, transformaram a face do nosso país.*» «*Prosseguiremos a política de reunificação pacífica de Taiwan com o continente, depois termos conseguido acordos sobre Hong Kong e Macau*», afirmou na ocasião o presidente chinês, Jiang Zemin, acrescentando que «*a reunificação total da pátria e a manutenção da sua segurança são o fundamento para o grande renascimento da nação chinesa e a vontade inabalável de todo o povo chinês.*»

No dia 1 de Outubro de 1949 a República Popular da China foi proclamada por Mao Tsé Tung, depois de uma longa guerra civil contra a ocupação japonesa e depois contra os exércitos nacionalistas de Chang Kai Chek. Nada ficou como dantes. A China sofreu uma mudança profunda, tanto a nível político, como económico e social.

Qual o caminho percorrido por um país milenar, com registos históricos que remontam ao ano 2000 a.C. e cuja unificação se deu em 220 a.C.? Como chegou a uma República Socialista, um país que durante milénios se fechou ao exterior?

PCP saúda 50 anos da Revolução

O Comité Central do PCP enviou uma saudação ao Comité Central do Partido Comunista da China, aos comunistas chineses, aos trabalhadores e ao povo da China por ocasião do 50.º aniversário da proclamação da República Popular da China.

«*Acontecimento revolucionário de projecção mundial neste século, a criação da República Popular da China em 1949 - no seguimento de largas décadas de lutas heróicas para pôr fim ao domínio semi-feudal e semi-colonial então vigente, para vencer a agressão japonesa e a intervenção de outras potências imperialistas, para alcançar a liberdade, a independência e o progresso social das massas trabalhadoras do país mais populoso do mundo - abriu uma nova época na história da milenar civilização chinesa*», lê-se na mensagem.

«*Propondo-se a construção do socialismo nas específicas e difíceis condições prevalecentes, as massas trabalhadoras, sob a direcção do Partido Comunista da China, alcançaram enormes progressos num tormentoso e complexo caminho, que conheceu trágicos erros e foi atravessado por graves contradições. A sua superação foi no passado e é no presente e no futuro o garante dos sucessos, acelerados nas últimas décadas*», considera o CC.

«*Numa situação internacional, política, económica e social que se agravou seriamente na última década, com a radical modificação da correlação de forças decorrente do desaparecimento da URSS e do sistema socialista mundial, com a crescente instabilidade do capitalismo e agressividade imperialista, com o aprofundar das desigualdades sociais no mundo - a República Popular da China entra no século XXI reafirmando como seu objectivo a construção de uma sociedade socialista no seu país e o seu empenho na criação de uma ordem internacional de paz, de cooperação e respeito pelas soberanias nacionais, de justiça e progresso social.*»

«*O PCP reafirma ao Partido Comunista da China o seu empenho em manter e desenvolver, na base do respeito mútuo, as relações de solidariedade internacionalista existentes entre os nossos dois Partidos, bem como as relações de amizade entre os povos dos nossos dois países*», conclui o CC.

República Popular da China

Meio século de história

O estrangeiro e as suas influências, até então repelidos, começaram a infiltrar-se na China através do ópio, produto indiano imposto pelos ingleses para pagar as suas importações de chá, seda e porcelana. A Guerra do Ópio (1839-42) marcou a abertura da China ao mundo, com a assinatura do Tratado de Nankin, seguido em 1885 pelo Tratado de Shimonoseki, que pôs fim à Guerra Sino-Japonesa e que resultou na perda de território que corresponde à península coreana, a Taiwan e ao arquipélago dos Pescadores.

Enfraquecido e liderado pela impopular dinastia Quing, a China assistiu a várias revoltas, como a do exército de Taiping e a dos Boxers, derrotadas com a ajuda de forças ingle-

As primeiras medidas da nova China são a instituição de uma profunda reforma agrária e a industrialização rápida do país, com a produção de automóveis, aviões, maquinaria pesada, máquinas de alta precisão, equipamento de geração de energia, equipamento metalúrgico e de exploração mineira, etc.

Mudanças profundas

Fruto de uma cultura milenar e de uma tradição em inúmeros aspectos diferente da ocidental, a China de 1999 encara o futuro com optimismo. Olha para trás, estuda a sua História e inevitavelmente faz comparações.

O país sofreu mudanças profundas em vários aspectos nos últimos anos: nível de vida, habitação, escolaridade, saúde, etc. Essas transformações são visíveis nos dados fornecidos

cento. A maioria da população não tinha meios para frequentar a escola.

Com a fundação da República Popular da China e nomeadamente com a introdução do sistema de ensino obrigatório de nove anos, a educação generalizou-se. No ano passado, 98,9 por cento dos chineses tinham frequentado a escola primária e 87 por cento o ensino secundário. A taxa de analfabetismo dos adultos baixou para apenas 6 por cento.

A saúde é outra área em que se verificou uma grande evolução. Em 1949, num país com 500 milhões de habitantes, havia cerca de 3 mil hospitais e clínicas, com 80 mil camas (1,5 cama para 10 mil pessoas) e empregando 500 mil pessoas (menos de um médico por mil habitantes).

Em 1998, a China possuía 310 mil hospitais e clínicas, equipadas com 3,14 milhões de camas e funcionando com 4,42 milhões de efectivos, de onde 1,41 milhões eram médicos. Havia ainda quase 6 mil instituições de prevenção, empregando 220 mil funcionários. Doenças como a difteria, a poliomielite ou o tétano estão sob controlo ou mesmo erradicadas.

Economia

Em 1949, a agricultura e o artesanato tradicional representavam 90 por cento da economia nacional, enquanto a indústria se ficava em 10 por cento. Apenas uma pequena parte dessa indústria usava uma tecnologia avançada. Segundo um estudo realizado em 1947, das 14 mil empresas existentes na época, só 3 mil utilizavam motores eléctricos e empregavam mais de 30 pessoas. Mais de 70 por cento das indústrias situavam-se nas regiões costeiras de leste, que representavam menos de 12 por cento do território nacional.

Por outro lado, a China, um país proeminentemente agrícola, com 90 por cento da população a trabalhar nesta área da economia, pouco havia desenvolvido as suas técnicas nos últimos mil anos: o trabalho continuava a ser suportado pelos homens e pelos animais.

Em 1949, a produção chinesa de aço representava um por cento do total mundial, a de electricidade de 5,6 por cento e a de petróleo era mínima. Embora os produtos agrícolas estivessem em posições cimeiras a nível do planeta, a produção *per capita* era muito modesta.

Nos últimos 50 anos, o crescimento da economia chinesa multiplicou-se por 50, com um ritmo de crescimento anual de 8,3 por cento. Este ritmo, com esta duração, é um recorde mundial. A taxa de crescimento da indústria multiplica-se por 381 e a da agricultura por 20.

Em 1998, entre os principais produtos industriais, a produção de aço, de carvão, de cimento, de adubos químicos e de televisores ocupam o primeiro lugar no *ranking* mundial, ao passo que a produção de electricidade e de fibras químicas ocupam o segundo. Na agricultura, a produção de cereais, de algodão, de amendoim, de colza (couve-nabiça) e de fruta estão em primeiro a nível do mundo. A produção de chá está em segundo lugar.

De acordo com o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a China atingiu «um rápido crescimento económico», ligando «esse crescimento ao avanço no desenvolvimento humano e à redução da pobreza».

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1997 foi de 0,701, acima da média dos países de desenvolvimento humano médio (0,662) e semelhante à média do IDH no total do mundo (0,706), isto é, com países altamente desenvolvidos incluídos.



Segundo a ONU, a China atingiu «um rápido crescimento económico», ligado «ao avanço no desenvolvimento humano e à redução da pobreza»

sas, norte-americanas, alemãs, francesas e japonesas. O país foi então dividido em «zonas de influência» dos vencedores.

Em 1911, a República Chinesa foi proclamada, em Nanjing, por um grupo de nacionalistas encabeçados por Sun Yat-Sen. Os frutos desta vitória cedo foram comprometidos com as concessões à burguesia chinesa. Em 1919, o Movimento 4 de Maio, anti-imperialista e anti-feudal, fez a transição para uma nova revolução.

Em 1924, o Partido Comunista da China (PCC) e o Partido Nacionalista Kuomintang (PNK) aliam-se, mas a aliança é quebrada em 1927, quando a ala direita do PNK, liderada por Chang Kai Chek, tenta um golpe de Estado. Inicia-se, então, uma guerra civil de 22 anos que opôs comunistas e nacionalistas.

Os adeptos do PCC, liderados por Mao Tsé Tung, empreendem a «Grande Marcha», de sul para norte. Entretanto, em 1937, o Japão inicia uma campanha de agressão contra a China, repelida pelos comunistas. Só em 1949 o PCC vence o PNK, fundando a República Popular. Chang Kai Chek refugia-se em Taiwan, onde implanta uma república nacionalista.



A cerimónia solene da fundação da República Popular da China, em 1 de Outubro de 1949, em Pequim

Mao Tsé Tung iniciou, em Maio de 1966, a «Revolução Cultural», prolongada até Outubro de 1976, um período de revisão política que, segundo o PCC, provocou os maiores retrocessos e as maiores perdas ao país desde 1949. Em 1977, Deng Xiaoping volta a desempenhar as

pelo governo chinês, que nos mostram valores anteriores à fundação da República Popular da China e números do ano passado.

Hoje a China é, como se sabe, uma nação superpovoada, mas nem sempre assim foi, devido às altas taxas de mortalidade que acompanharam as catástrofes e as guerras sucessivas que assolaram o território.

Em 1949, a taxa de natalidade era de 37 por cento, a taxa de mortalidade de 18 por



Nos últimos 50 anos, o crescimento da economia chinesa multiplicou-se por 50, com um ritmo de crescimento anual de 8,3 por cento. Este ritmo, com esta duração, é um recorde mundial

funções no Partido Comunista e no Governo de que havia sido demitido durante a «Revolução Cultural».

A partir de 1979, a China principia uma política de reforma e de abertura ao exterior, tendo como principal objectivo a modernização do país e o reajuste da estrutura económica e a reforma do sistema político.

cento e a esperança de vida de apenas 35 anos. Em 1998, em grande medida em resultado do planeamento familiar implantado na década de 80, a taxa de natalidade diminui para os 16 por cento, a taxa de mortalidade passou para os 6,5 por cento e a taxa de crescimento demográfico natural foi de 9,5 por cento. A esperança de vida é de 70 anos, sendo superior ao nível médio mundial.

A educação sofreu profundas mudanças. Em 1949, mais de 80 por cento dos adultos eram analfabetos, enquanto a taxa de escolaridade das crianças em idade escolar rondava os 20 por

Manoel
de Lencastre

**Ainda
o 60.º aniversário
do início
de uma catástrofe**

Era a guerra

Na situação indecisa que se viveu desde o martírio da Polónia até ao ataque nazi na frente ocidental (10-05-1940), a constituição do gabinete de guerra em Londres, nesse mesmo dia, deu ao mundo, ansioso, a mensagem de que a Grã-Bretanha estava disposta a lutar. Os trabalhistas recusaram fazer parte desse gabinete se fosse chefiado por Neville Chamberlain, mas aceitaram trabalhar com Winston Churchill. Este, afirmaria: «Quando se fizer a história destes dias, Neville Chamberlain não sairá bem visto. Sei-o, perfeitamente, porque serei eu quem vai escrevê-la.»

A entrada do exército britânico na referida frente ocidental (Holanda, Bélgica, França) forneceu uma esperança — a de que a invasão alemã pudesse ser sustida e a França defendida. Total ilusão. A 13 de Maio de 1940, o governo holandês mudou-se para Londres. A 15, o seu exército entregava-se. A Europa, o mundo, estupefactos perante o carácter fulminante do avanço da «Wehrmacht», a rapidez dos carros de combate, tropas paraquedistas surgindo à retaguarda de posições tidas como inacessíveis, ataques aéreos mortíferos. As cidades começavam a transformar-se em mares de escombros e a normalidade na vida dos países e dos povos entrava em completa ruptura.

Neutralidade portuguesa...

Em Portugal, sob a cobertura de uma suspeita e desonrosa neutralidade, as opiniões dividiam-se. Não faltavam admiradores à capacidade bélica dos nazis. O tradicional ressentimento nacional contra os ingleses criava simpatizantes no campo germanófilo. Mas, na generalidade, a simpatia dos portugueses ia para os aliados, ignorando-se a verdade quanto à posição da URSS. Nos cafés de Lisboa, porém, os ostentosos partidários de Adolf Hitler viviam tardes e manhãs de inchada glória lendo os jornais e tomando cafés

sucessivos a que não se dava, ainda, o nome de «bicas», posto que as máquinas italianas de fazê-las estavam a décadas de distância. Era intensa a actividade de informadores espíões.

Suspeitava-se de que se os nazis invadissem a Península Ibérica, após o esmagamento da França, e ignorando completamente o governo de Salazar, certas empresas que prosperavam no nosso país desempenhariam um considerável papel de apoio logístico às tropas invasoras. Por exemplo: fábricas de cortiça alemãs da zona do Barreiro seriam utilizadas como centros de concentração de presos de onde saíam escravos para os campos de trabalhos forçados na Alemanha. Tudo estava preparado.

Balões de barragem enchiam o céu de Lisboa, às vidraças das janelas aplicavam-se tiras de papel para que resistissem. O governo, fornecedor de produtos alimentares aos alemães, incitava o povo português a montar aviários e coelheiras em casa. Nas varandas dos prédios passaram a acumular-se galinheiros. O desaparecimento dos géneros alimentícios mais regulares no mercado sentiu-se logo nos primeiros dias de conflito. Uma garrafa de azeite valia mil vezes o seu preço. Havia bichas à porta das carvoarias. Petróleo era um produto impossível de obter. O carvão rareava. Comprava-se carqueja, formavam-se longas bichas para o açúcar, para o sabão. Um organismo chamado Intendência Geral dos Abastecimentos nada podia fazer contra os candongueiros.

Festejar em Lisboa (estranhamente...)

A vitória de Moscovo

A verdade ficou à vista. As mentiras dos espíões nazis que distribuíam a revista *Sinal* por toda a Lisboa ficaram expostas como aquilo que eram, efectivamente — mentiras! Nos dias seguintes, os germanófilos emudeceram. Tinham de reconhecer que, não tendo conseguido chegar a Moscovo, perderiam a guerra, eventualmente. O facto de se terem visto forçados a abandonar o plano de invasão da Grã-Bretanha já constituía, em si, uma derrota.

Mas como celebrar em Lisboa a vitória do Exército Vermelho em Moscovo? Tarefa impossível. Alguns, contudo, conseguiam fazê-lo, muito à sua maneira. Vejamos como.

No último andar do «Chave d'Ouro», no coração da famosa Praça D. Pedro IV, organizavam-se chás dançantes todos os dias, às cinco da tarde. Uma pequena

orquestra atacava no tango. Havia um trompetista, também, que experimentava na música de «jazz». Raparigas sentadas às mesas, fingiam, fingiam em tudo. Outras, porém, não fingiam em nada. Pelo contrário, revelavam-se. Eram refugiadas judias em trânsito para os Estados Unidos ou para Países da América do Sul. Encontravam-se no centro de horríveis dramas pessoais e tinham conseguido sair da Alemanha ou da França onde a caça aos judeus se intensificava. Enquanto não chegavam a Lisboa os navios que as transportariam aos seus destinos, procuravam aproveitar o tempo naquilo que consideravam «a bit of a good time in Lisbon».

Não eram muitos os jovens lisboetas que frequentavam os chás dançantes das cinco. Mas aparecia lá um cujo interesse nas peripécias da guerra se tornara visível.

Na tarde de 2 de Dezembro, porém, a sua alegria era transbordante. Ninguém sabia porquê. Aproximou-se de uma das raparigas judias e perguntou: «Shall we dance?» Ela, toda sorridente, ergueu-se, deixou o saquinho de mão sobre uma cadeira, ajeitou o cabelo, desfez o cigarro no cinzeiro e entregou-se-lhe. «Você parece muito satisfeito», disse. Enrolaram-se ao ritmo de «La Comparsita» na pista de dança. Outros pares juntaram-se-lhes. Empregados de mesa, encostados a uma parede, assistiam. Mas a rapariga, que era checa, insistiu: «Porque parece tão satisfeito?»

Ele, então, rodopiando, respondeu: «É que o mundo, filha, o mundo vai começar outra vez!»

Era verdade. De mentiras diversas, o mundo recomeçava naquele dia. Para ela que era checa. Para ele que era português. Para todos. Para todos!



Um soldado alemão junto à sepultura de um avião inglês, abatido no norte de África



O general Jukov comanda a parada na Praça Vermelha

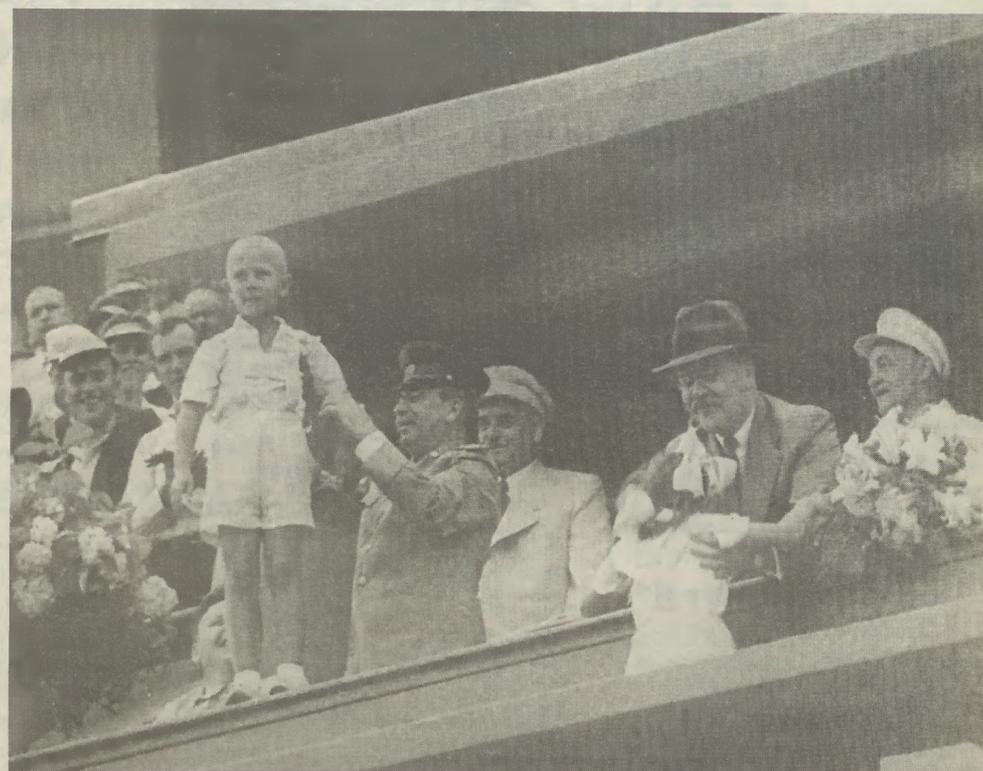
A emissora central de Moscovo

Era atroz, evidentemente, a vida dos povos em guerra. Mas a que se vivia em países neutrais, como o nosso, além de pobre era indecisa, duvidosa. Qualquer português que se sentisse digno desse nome e de si próprio sabia que a neutralidade do nosso país não deixava de reflectir a nossa incompetência, a cobardia e o oportunismo do governo. Quando os nazis invadiram a URSS, notou-se uma crescente mobilização da opinião nacional. Percebeu-se melhor o jogo das grandes potências envolvidas no cataclismo. E os portugueses mais convictos, no segredo das suas casas e em plena noite, agarravam-se aos aparelhos de rádio, nervosamente, até que surgia, como se viesse da eternidade, o tão emocionalmente aguardado sinal — «Estão ouvindo a Emissora Central de Moscovo em transmissão diária para Portugal e colónias.»

Naturalmente, os serviços de escuta e censura assaltavam as frequências utilizadas em Moscovo produzindo ruídos que dissipassem ou enfraquecessem o som e as vozes que pretendíamos ouvir. Mas o emissor soviético era muito mais forte e voltava sempre — «Estão ouvindo a Emissora Central de Moscovo...»

Definitivamente, a voz da URSS era a voz da liberdade, uma liberdade que os ouvintes da BBC, por exemplo, não percebiam. Para estes, democracia era eleições e contagem de votos. Nada significava, nessa óptica, que os operários da Sociedade Geral também quisessem a sua democracia expressa em salários que os libertassem da escravatura da entidade patronal. Quem escutava a Rádio

O dia da vitória em Moscovo — as crianças sobem à tribuna



de Moscovo sabia tudo sobre a guerra. E ganhava uma causa pela qual passaria a combater — a mais justa de todas as causas.

Estavam para viver-se, porém, as horas mais dolorosas a que a espantosa catástrofe, alargada, já, a todo o mundo, acabaria por sujeitar-nos. No decorrer da segunda fase da batalha de Moscovo (15.1.1941– 1.12.1941) forças do Grupo de Exércitos Centro (nazi) chegaram, de facto, às portas da capital soviética. Então, nos cafés do Rossio (Nacional, Chave d'Ouro, Portugal, Nicola) discutia-se contraditórias informações. De repente, agentes alemães entrando aparatosamente em todos eles: «Já lá estamos! Os tanques do Guderian entraram em Moscovo!» Tinha sido a própria rádio germânica que havia difundido estas aterradoras notícias. Para quem sofria pela causa dos soviéticos ruíam as melhores esperanças. Mas, à noite, a Emissora Central de Moscovo anunciava: «Hoje, dia 1 de Agosto de 1941, forças nazis conseguiram abrir uma brecha entre os nossos 5.º e 33.º exércitos avançando na estrada de Kubinka. Mas foram vencidas em Akulovo onde mais de 300 tanques ficaram destruídos. Outras forças blindadas inimigas tentaram ultrapassar Golitsino mas foram, igualmente, destruídas. Na capital da URSS a bandeira vermelha continua a fluir...»

Ficámos na certeza de que depois das increditáveis batalhas travadas nos sectores de Volokolamsk, Mozaïsk, Maloyaroslavets, Kaluga, que renunciavam a vitória final do Exército Vermelho, a URSS daria uma lição enorme aos que tinham pretendido destruí-la. A Humanidade, venceria!

O fim da França vacilante

A rapidez do avanço germânico através da Holanda e da Bélgica e o ataque directo à França tornou inaplicáveis os planos defensivos do general Gamelin. Duas divisões de tanques (Guderian) passaram o Meuse. Sédan ficou para trás a 15 de Maio de 1940 e, cinco dias depois, Amiens foi capturada. Em fuga permanente, o exército britânico convergia pra Dunquerque perante a passividade dos nazis e, de 28 de Maio a 4 de Junho, realizava a célebre, dramática, quase patética evacuação. Enquanto isso, a França perdia a batalha de Lille.

Na desorientação geral, o governo francês nomeava o reaccionário general Weygand como generalíssimo dos exércitos e Pétain, que era embaixador em Madrid, aparecia como ministro de Estado e vice-presidente do Conselho. Pétain tinha vencido em Verdum, na Primeira Guerra Mundial, mas era agora um velho marechal direitista manipulado pelos meios fascizantes que se preparavam para chegar ao poder.

A 28 de Maio, com a «débacle» à vista, é Charles de Gaulle, promovido a general de brigada temporariamente, quem dá luta aos invasores em Abbeville, no comando de uma divisão blindada. Mas, à retaguarda, Pétain e Weygand só pensavam na capitulação da França. Imaginavam que a «normalidade» seria restabelecida se

o país resvasse para o fascismo e, aliado à Alemanha hitleriana, vendesse a alma ao diabo.

A 2 de Junho, as reservas do Banco de França são transferidas para Casablanca e para o Canadá. Paul Reymond chama De Gaulle para o cargo de sub-secretário da Defesa. *L'Humanité* clandestino apela à união de todas as forças nacionais e ao desmascaramento e isolamento dos agentes do inimigo infiltrados em todos os escalões do poder do Estado. A 6, o PCF, também já na clandestinidade, propõe a defesa de Paris transformando o conflito numa guerra nacional pela independência e pela liberdade. Mas, a 10, o governo decide-se pela evacuação e muda-se para Tours.

Os nazis entram em Paris

A população parisiense, sentindo-se desorientada e abandonada, começa a abandonar, também, a capital pelas portas de Orléans e de Itálie. Não há meios que não se utilizem para transportar haveres pessoais. As estradas enchem-se de milhares de fugitivos. Surgem «Stukas» nos ares, cuja metralha rasga, dilacera e mata. Aos olhos do mundo, a França enlouquecera. Em vez de se unir para combater Hitler, dividiu-se e desagregou-se queixando-se o governo de que o inimigo era o PCF e a URSS.

A 14 de Junho, a «Wehrmacht» entra em Paris que, no dia anterior, fora declarada cidade aberta. O governo francês muda-se, de novo, para Bordéus. Paul Reynaud demite-se e cabe a Pétain formar outra equipa ministerial. Declara o cessar fogo, pela rádio, a 17. No dia seguinte, começa negociações com a potência ocupante para a concretização do tão desejado armistício. De Gaulle consegue fugir para Londres e, daí, apela aos patriotas prondolhes que se lhe juntem. Mais tarde, diria: «La France a perdu une bataille. La France n'a pas perdu la guerre.» (A França perdeu uma batalha. A França não perdeu a guerra).

A convenção do armistício foi assinada por Keitel, do lado alemão, e pelo general Huntziger, em nome da França, às 23.50 horas de 22 de Junho. Em Londres, Churchill afirma a sua dor, a sua perplexidade perante a aceitação pela França das condições impostas pelos nazis. A opinião pública francesa está completamente clorofórmica. Entram no governo de Pétain (23.06.1940) personalidades desacreditadas como Adrien Marquet e Pierre Laval. Este foi nomeado vice-presidente do Conselho, à sombra de Camille Chautemps que, mais tarde, viria a colaborar, assiduamente, no *Diário de Notícias* dirigido pelo fascista português Augusto de Castro.

Pétain, finalmente, declara que os valores básicos do «novo» Estado francês de Vichy são: Deus, Pátria e Família. Mas os tempos velozes que estão a viver-se revelam em toda a França uma atmosfera de miséria, fome e repressão. O país de 1789 está dilacerado em 1940. Vive, sofre, interroga-se, em duas zonas.



O cruzador alemão, o «Graf Spee», é afundado à saída do Rio da Prata

HOJE em

ALMADAna SFUAP/Cova da Piedade,
às 21h30**Comício-festa
da CDU**Espectáculo
com o grupo "Sete Estrela"**LEGISLATIVAS 99****ÁCORES**

Hoje, quinta-feira

20h30 - Jantar de encerramento da campanha da CDU em Ponta Delgada (Rest. Farol), com a participação dos candidatos.

Sexta-feira, 8

Contactos dos candidatos com as populações de Vila do Porto e freguesias rurais; dos arredores de Ponta Delgada, de manhã, e cidade de Ribeira Grande, à tarde; de freguesias do Faial, Pico e Flores

BEJA

Hoje, quinta-feira

10h - Reunião de candidatos com FARPIBE/MURPI, em Beja

11h30 - Visita de candidatos à Somincor, em Castro Verde

17h30 - Porta-a-porta em Barrancos

Sessões com reformados em Serpa (10h), Brinches (15h) e Vila Verde de Ficalho, todas com a participação de José Soeiro

Sexta-feira, 8

Caravanas de encerramento da campanha da CDU em Alvitto (a partir das 17h) e Beja e Serpa

Sessões de encerramento em Cuba (às 21h, com espectáculo musical) e em

Ourique - Santa Luzia (17h30) e Garvão (19h30) - estas com José Soeiro

Porta-a-porta na Zambujeira do Mar (17h) e distribuição de

propaganda em Serpa (Vila Nova de S. Bento)

Litoral Alentejano

Hoje, quinta-feira

Sessão de esclarecimento em Melides

Porta-a-porta em Sta. Maria e Salvador (Odemira) e nas Palmeiras,

Paíol e Bª Nova Proença (Sines)

Sexta-feira, 8

Caravanas em Grândola, Santiago Cacém, Alcácer e Sines (a partir das 18h)

BRAGA

Hoje, quinta-feira

Contactos de candidatos com as populações de Barcelos (a partir das

8h), Póvoa de Lanhoso e Vizela (a partir das 9h)

Sexta-feira, 8

Caravanas de encerramento em Braga, Guimarães, V.N. Famalicão,

Barcelos e Fafe, à noite

Contactos com a população na Feira de Fermil, Celorico de Basto

FARO

Hoje, quinta-feira

Jantar de apoiantes do sector intelectual no restaurante O Caldeirão,

em Faro, às 20h

Contactos dos candidatos com a população no Centro de Saúde de

Portimão (9h), mercado da Fuzeta (10h), Bairros de V.R.Sto.

António, Alto Rodes e Pechão (todos às 17h30)

Sexta-feira, 8

Contactos com a população no mercado de Monchique, às 10h, e às

17h em V.R.Sto. António.

Faro - 17h, na Rua de Sto António, distribuição de cravos, com a

participação dos candidatos. Caravana de encerramento a partir das

19h

LISBOA

Hoje, quinta-feira

Contactos com os trabalhadores nas seguintes empresas:

Transinsular, Auto República, Metro (PMO III), Carrefour, Feira

Nova, Jumbo)

Acções de distribuição de documentos na Zona Industrial da

Venda Nova/Amadora, com estúdio móvel, seguido de mini-

comício às 12h

Distribuição de documentos em empresas da Azambuja

(Impormol, Opel Portugal, Ford Lusitana), Caseais (Galamas),

Sintra (Beirobra, Shering Lusitana e Vesauto/Venda Seca), Oeiras

(PIFO, Singer, Sogopol), Zona Industrial de Vialonga e Atral

Póvoa de Santa Iria, Zona Industrial de Vialonga e Atral

Cipan, freguesias da Amadora (Falagueira e Venda Nova) e

freguesias de Lisboa (S. João, Penha de França e Arroios; Carnide)

Sessão com reformados no Centro de Dia em Alverca. Outras acções junto dos reformados nos jardins de Algés e na freguesia de Sta. Engrácia (Lisboa)

18h - Rastreo de tensão arterial na Praça do Chile

Sexta-feira, 8

Caravana Distrital de Candidatos durante todo o dia: às 10h na

Feira de Bucelas, 14h30 em Zonas Comerciais do concelho de Loures.

Sessão às 21h30 em Moscavide (Casa da Cultura). Também às 10h na

Praça de Alvalade, às 14h30 na Estrada de Benfca. E ainda: arruada

na Pç. Paiva Couceiro-Chile-Martim Moniz, às 10h, e no Chiado e

Baixa, com Carlos Carvalhas a partir das 17h30.

Das 10 às 14h - Contactos de Luís Sá com trabalhadores do Município

de Loures

Sessão no Centro de Reformados de Sacavém

Contactos com os trabalhadores em empresas de Lisboa

(OGME/Belém), Alenquer e Carregado (Eurocer, Cavaco, Galamas,

manutenção Militar, Xanivor), em empresas de Sintra (Heska,

Papellaria Fernandes, Pnevuita, Vigor e Museu Odrinhas), de Oeiras

(ENGIL e Quinta do Paizinho)

18h - Animação de rua no Largo D. Manuel I, em Algés

MADEIRA

Hoje, dia 7

Festa CDU no Funchal, com a participação de Manuel Freire e a

presença de Marco Gonçalves (cabeça de lista da CDU) e Edgar

Silva: ao fim da tarde, no restaurante "O Pátio" (rua da Carreira)

SETÚBAL

Sexta-feira, 8

No Barreiro, com a participação de Octávio Teixeira e de outros

candidatos: contactos com a população no mercado de Sto. André (9h),

almoço com apoiantes no Sto. Antoniense Futebol Clube (13h), ruas do

Alto do Seixalinho (15h) e Mini-comício no Parque Catarina

Eufémia, às 18h

Tempos de antena da CDU

Hoje:

SIC (19.06), RTP1 (19.09) e RTP2 (19.21)

Amanhã:

SIC (19.00 e 10.06), RTP1 (19.07), SIC (19.08)

e RTP2 (19.18)

PCP-PEV

VotaCDU

Para que não fique tudo na mesma

**Iniciativas com
Carlos Carvalhas**

Quinta, 7

09.45 - arruada no Barreiro (Parque Catarina Eufémia - Câmara Municipal).

13.00 - almoço nos Bombeiros Voluntários do Montijo. 17.00 - arruada na Baixa de

Setúbal (Praça Bocage). 19.00 - jantar no Desportivo de Sesimbra.

21.30 - comício-festa na SFUAP, Cova da Piedade, Almada, com «Sete Estrela» e intervenções de Maria Emília Sousa, Heloísa Apolónia e Octávio Teixeira.

Sexta, 8

17.30 - arruada na baixa de Lisboa, com início no Largo do Chiado.

21.00 - comício-festa no Coliseu dos Recreios de Lisboa, com «Os Meninos da Avó» e intervenções de Blasco Hugo Fernandes e Isabel Castro.

JUVENTUDE CDU**SETÚBAL**

Sexta-feira, 21h, na Capricho Setubalense

CONCERTO COM JORGE PALMA

MOITA

Sexta-feira, 22h, na Pç. da República

Concerto com os SARCASTIC

COIMBRA

Iniciativa da Juventude CDU

sobre a degeneração dos produtos

alimentares

Pç. 8 de Maio a partir das 16h

**Participa no encerramento da campanha CDU!**

TELEVISÃO



"O 3º Calhau" diz adeus na próxima sexta-feira

Quinta, 7

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 09.15 Malha de Intrigas
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.25 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Consultório
- 14.50 Nico d' Obra
- 15.20 Nas Asas do Destino
- 16.30 Amigo Público
- 18.00 País, País
- 18.40 País Regiões
- 19.00 Campanha Eleitoral
- 19.20 A Lenda da Garça
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Dragão de Fumo
- 22.15 Passeio da Fama
- 23.30 24 Horas
- 00.20 Liga de Basquete
- 00.30 Brigadas Vermelhas (de John Frankenheimer, EUA/1990, com Andrew McCarthy, Valeria Gorlino, John Pankow, Sharon Stone. «Thriller» político)
- 02.00 Páginas Negras de Patricia Highsmith

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Caminho das Estrelas
- 16.35 As Sete Maravilhas do Mundo
- 17.30 Terra Nossalhas Vivas
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.00 Caderno Diário
- 19.15 Campanha Eleitoral
- 19.30 Juvenil
- 20.30 Riscos
- 21.00 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Acontece
- 23.06 Julgamento e Castigo
- 24.00 A Canção da Solidariedade - A História de Hans Heisler

SIC

- 08.00 Buêrére
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 12.30 Malucos do Riso
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 15.40 Fátima Lopes
- 18.00 Andando nas Nuvens
- 19.00 Direito de Antena
- 19.15 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Alice & Maravilhas
- 22.30 Suave Veneno
- 24.00 Duro Como Aço - II (de Kurt Wimmer, EUA/1995, com Brian Bosworth, Bruce Payne, Jeff Kober. Acção)
- 02.00 Arte
- 03.45 Último Jornal
- 04.20 Dra. Quinn
- 05.20 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Estrela de Fogo
- 12.15 Sangue do Meu Sangue
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 14.30 Samantha
- 15.30 Colégio Brasil
- 16.00 Animação
- 19.00 Tempo de Antena
- 19.30 Informação
- 20.00 S.O.F. - Força Especial
- 21.00 Directo XXI
- 21.30 Especial TVI
- 23.15 A Bola É Nossa
- 01.00 Os Silenciadores (de Richard Pepin, EUA/1995, com Dennis Christopher, Carlos Lauchu, Lucinda Weist. Ficção Científica)
- 02.50 Will & Grace
- 03.20 Aventuras no Pacífico
- 04.20 A Balada de Hill Street
- 05.20 Mulher Perigosa

Sexta, 8

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 09.15 Malha de Intrigas
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.25 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Consultório
- 14.50 Nico d' Obra
- 15.20 Nas Asas do Destino
- 16.30 Amigo Público
- 18.00 País, País
- 18.40 País Regiões
- 19.00 Campanha Eleitoral
- 19.20 A Lenda da Garça
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Dragão de Fumo
- 22.15 Passeio da Fama
- 23.30 24 Horas
- 00.20 Liga de Basquete
- 00.30 Brigadas Vermelhas (de John Frankenheimer, EUA/1990, com Andrew McCarthy, Valeria Gorlino, John Pankow, Sharon Stone. «Thriller» político)
- 02.00 Páginas Negras de Patricia Highsmith

RTP 2

- 14.30 Informação Gestual
- 15.00 Mundial de Ciclismo
- 15.45 O Caminho das Estrelas
- 17.35 Documentário
- 17.35 Ilhas vivas
- 18.00 Programa Religioso
- 19.00 Caderno Diário
- 19.15 Campanha Eleitoral
- 19.30 Juvenil
- 20.30 Riscos
- 21.00 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 Acontece
- 23.05 Mente Assassina
- 00.40 Os Planetas
- 01.35 Amigos

SIC

- 08.00 Buêrére
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 12.30 Malucos do Riso
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 15.40 Fátima Lopes
- 18.00 Andando nas Nuvens
- 19.00 Direito de Antena
- 19.15 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Ponto de Encontro
- 22.40 Suave Veneno
- 23.45 Jogo Limpo
- 02.00 Último Jornal
- 02.35 O Último Cesto (de Chuck Braverman, EUA/1992, com Victor Love, Duane Davis, George Kennedy. Drama / Desporto. Telefilme)
- 04.35 Portugal Radical
- 05.00 Vibrações

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Estrela de Fogo
- 12.15 Sangue do Meu Sangue
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 14.30 Samantha
- 15.30 Colégio Brasil
- 16.00 Animação
- 19.00 Tempo de Antena
- 19.30 Informação
- 20.00 S.O.F. - Força Especial
- 21.00 Directo XXI
- 21.40 Os Reis da Música Nacional
- 00.30 Corpo Perfeito (de Douglas Barr, EUA/1997, com Amy Jo Johnson, Brett Cullen, Wendie Malick. Comédia)
- 02.20 Will & Grace
- 02.45 Aventuras no Pacífico
- 03.40 A Balada de Hill Street
- 04.40 Mulher Perigosa

Sábado, 9

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top +
- 15.00 Máquinas
- 16.00 Estrada Viva
- 16.40 Querida, Ampliei o Miúdo (de Raandall Kleiser, EUA/1992, com Rick Moranis, Marcia Strassman, Robert Oliveri, Lloyd Bridges. Comédia)
- 18.15 Futebol: Portugal-Hungria
- 20.30 Telejornal
- 21.35 Santa Casa
- 23.20 Nash Bridges
- 00.20 24 Horas
- 01.00 Liga dos Campeões
- 02.00 Eclipse Total (de Agnieszka Holland, Fr.-EUA/1995, com Leonardo Di Caprio, David Thewlis, Romane Bohringer, Dominique Blanc. Ver Destaque)
- 04.00 O Espelho do Crime (de David Hartwell, EUA/1994, com Eric Roberts, Kelly Preston, David Hartwell. Policial)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Quem Sai aos Seus
- 12.35 Juvenil
- 13.40 Dinheiro Vivo
- 14.00 Macau - Os que Ficaram
- 14.30 Desporto 2
- 18.20 2001
- 19.00 Onda Curta (Manchas Solares, de Barbara Albert, Austria/1998. Curta Metragem)
- 20.00 Os Aventureiros - Hillary e Tenzing
- 20.55 Departamento de Homicídios
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 O Lugar da História
- 23.40 Alló, Alló!
- 00.10 Crimes do Pior
- 00.40 Smith and Jones
- 01.10 A Flor do Meu Segredo (de Pedro Almodovar, Esp./1995, com Marisa Paredes, Juan Echanove, Imanol Arias. Drama)

SIC

- 08.00 Zip Zap
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Como o Céu se Enganou (de Emile Ardolino, EUA/1989, com Cybill Shepherd, Robert Downey Jr., Ryan O'Neil. Ver Destaque)
- 16.00 Big Show Sic
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.20 Pequenos e Terríveis
- 23.30 Força Delta - Operação Estrangulamento (de Aaron Norris, EUA/1990, com Chuck Norris, John P. Ryan. Acção)
- 01.45 Afrodísia
- 02.30 Último Jornal
- 03.10 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 12.20 Top Rock
- 13.30 Contra-Ataque
- 14.30 Caras Lindas
- 16.00 Verdade Cruel (de Bobby Roth, EUA/1998, com Dorian Healy, Ginny Holder, Jean Simmons. Drama)
- 18.40 Assalto Imperfeito (de Lucas Platt, EUA, com Erika Eleniak, William McNamara. Comédia)
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 "Sons of Thunder"
- 21.00 Todo o tempo do Mundo
- 22.00 Crime em Família (de Eric Laneville, EUA/1995, com Kellie Martin, Kevin Dobson, Ivan Sergei, Linda Kelsey. Drama)
- 24.00 Momento de Justiça II (de Robert Radler, EUA/1993, com Eric Roberts, Phillip Rhee, Christopher Penn, Ralph Moeller. Artes Marciais)
- 02.00 Histórias Fantásticas
- 03.00 A Balada de Hill Street
- 04.00 Mulher Perigosa

Domingo, 10

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 15.10 Heróis em Acção
- 16.15 Destinos de Sofia
- 16.55 Jet Sete
- 18.00 Especial Eleições
- 00.30 24 Horas
- 01.10 A Grande Obra
- 02.10 A Triade de Xangai (de Zhang Yimou, China-Fr./1995, com Gong Li, Li Baotian, Li Xuejian. «Thriller»)

RTP 2

- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.20 Infantil / Juvenil
- 13.05 Quem Sai aos Seus
- 13.30 Saber & Fazer
- 14.00 Jornal d' África
- 14.30 Rotações
- 15.00 Desporto 2
- 18.40 Ladrão que Rouba Ladrão
- 20.00 Artes e Letras - "Beethoven"
- 21.00 Jonathan Creek
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 Horizontes da Memória
- 23.10 Faenas
- 23.40 Toda a Gente Diz que Te Amo (de Woody Allen, EUA/1996, com Woody Allen, Goldie Hawn, Alan

SIC

- 08.00 Zip Zap
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.50 Loucuras de Natal (de Nora Ephron, EUA/1994, com Steve Martin, Madeline Kahn, Rita Wilson. Comédia)
- 16.00 Rex, O Cão Policia
- 17.00 Crocodilo Dundee II (de John Cornell, 1988, com Paul Hogan, Linda Kozlowski, John Meillon. Aventuras)
- 19.00 Especial Eleições
- 23.30 O Senhor do Mundo (de Christopher Menaul, EUA/1995, com Rutger Hauer, Miranda Richardson. Drama)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Médicos sem Fronteiras
- 03.05 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 11.50 Missa
- 13.00 A Máscara (de Charles Russel, EUA/1994, com Jim Carrey, Cameron Diaz, Peter Greene, Peter Riegert. Comédia)
- 15.00 Merlin
- 19.00 Especial Eleições
- 23.30 Golpe de Vingança (de David Worth, EUA/1989, com Jean-Claude Van Damme, Harold Diamond. Acção)
- 01.30 Amityville - A Nova Geração (de John Murlowski, EUA/1993, com Ross Partridge, Julia Nickson-Soul, Lala Slooman. EUA/1993)
- 03.40 A Balada de Hill Street
- 04.40 Mulher Perigosa

Segunda, 11

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 09.15 Malha de Intrigas
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.25 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Consultório
- 14.50 Nico d' Obra
- 15.25 Nas Asas do Destino
- 16.30 Amigo Público
- 18.15 País, País
- 18.50 País Regiões
- 19.15 A Lenda da Garça
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Nós, os Ricos
- 21.40 Esquadra de Polícia
- 22.40 Jogo Falado
- 00.25 24 Horas
- 01.15 Violada e Perseguida (de Frank De Felita, EUA/1991, com Sharon Stone, Steve Railsback, Michelle Phillips. «Thriller»)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Novas Aventuras de Robin Hood
- 16.30 Lendas da História
- 17.30 Matas, Bosques e Brenhas
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.00 Caderno Diário / Juvenil
- 19.55 Basquetebol: Queluz-Oliveirens
- 20.30 Riscos
- 22.00 Jornal 2

SIC

- 08.00 Zip Zap
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.50 Loucuras de Natal (de Nora Ephron, EUA/1994, com Steve Martin, Madeline Kahn, Rita Wilson. Comédia)
- 16.00 Rex, O Cão Policia
- 17.00 Crocodilo Dundee II (de John Cornell, 1988, com Paul Hogan, Linda Kozlowski, John Meillon. Aventuras)
- 19.00 Especial Eleições
- 23.30 O Senhor do Mundo (de Christopher Menaul, EUA/1995, com Rutger Hauer, Miranda Richardson. Drama)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Médicos sem Fronteiras
- 03.05 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 11.50 Missa
- 13.00 A Máscara (de Charles Russel, EUA/1994, com Jim Carrey, Cameron Diaz, Peter Greene, Peter Riegert. Comédia)
- 15.00 Merlin
- 19.00 Especial Eleições
- 23.30 Golpe de Vingança (de David Worth, EUA/1989, com Jean-Claude Van Damme, Harold Diamond. Acção)
- 01.30 Amityville - A Nova Geração (de John Murlowski, EUA/1993, com Ross Partridge, Julia Nickson-Soul, Lala Slooman. EUA/1993)
- 03.40 A Balada de Hill Street
- 04.40 Mulher Perigosa

Terça, 12

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 09.15 Malha de Intrigas
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.25 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Consultório
- 14.50 Nico d' Obra
- 15.25 Nas Asas do Destino
- 16.30 Amigo Público
- 18.15 País, País
- 18.50 País Regiões
- 19.15 A Lenda da Garça
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Herman 99
- 23.00 Jesse
- 23.45 24 Horas
- 00.30 Seaquest, Brigada Submarina (de Christopher Leitch, EUA/1996, com Sharon Lawrence, Brian Austin Green, Harley Jane Kozak. Melodrama. Telefilme)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Derrick
- 16.35 Lendas da História
- 17.30 Matas, Bosques e Brenhas
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.35 Jardim da Celeste
- 19.00 Caderno Diário / Juvenil
- 20.30 Riscos
- 21.00 Conrad Bloom

SIC

- 08.00 Zip Zap
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.50 Loucuras de Natal (de Nora Ephron, EUA/1994, com Steve Martin, Madeline Kahn, Rita Wilson. Comédia)
- 16.00 Rex, O Cão Policia
- 17.00 Crocodilo Dundee II (de John Cornell, 1988, com Paul Hogan, Linda Kozlowski, John Meillon. Aventuras)
- 19.00 Especial Eleições
- 23.30 O Senhor do Mundo (de Christopher Menaul, EUA/1995, com Rutger Hauer, Miranda Richardson. Drama)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Médicos sem Fronteiras
- 03.05 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 11.50 Missa
- 13.00 A Máscara (de Charles Russel, EUA/1994, com Jim Carrey, Cameron Diaz, Peter Greene, Peter Riegert. Comédia)
- 15.00 Merlin
- 19.00 Especial Eleições
- 23.30 Golpe de Vingança (de David Worth, EUA/1989, com Jean-Claude Van Damme, Harold Diamond. Acção)
- 01.30 Amityville - A Nova Geração (de John Murlowski, EUA/1993, com Ross Partridge, Julia Nickson-Soul, Lala Slooman. EUA/1993)
- 03.40 A Balada de Hill Street
- 04.40 Mulher Perigosa



Will & Grace: com a intenção de fazer rir, ao fim da noite na TVI

Quarta, 13

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 09.15 Malha de Intrigas
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.25 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Consultório
- 14.50 Nico d' Obra
- 15.25 Nas Asas do Destino
- 16.30 Amigo Público
- 18.15 País, País
- 18.50 País Regiões
- 19.15 A Lenda da Garça
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Programa não designado
- 22.15 Assalto ao Aeroporto (de Renny Harlin, EUA/1990, com Bruce Willis, Bonnie Bedelia, William Atherton, Reginald VelJohnson, Franco Nero, Dennis Franz. Policial / Catástrofe)
- 00.40 24 Horas
- 01.30 Diário de Maria

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
- 16.30 Lendas da História
- 17.30 Matas, Bosques e Brenhas
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.35 Jardim da Celeste
- 19.00 Caderno Diário / Juvenil
- 20.30 Riscos
- 21.00 Conrad Bloom
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 Acontece
- 23.00 Sinais do Tempo ou Zoom
- 00.05 Operar: "Os Contos de Hoffmann"

SIC

- 08.00 Zip Zap
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.50 Loucuras de Natal (de Nora Ephron, EUA/1994, com Steve Martin, Madeline Kahn, Rita Wilson. Comédia)
- 16.00 Rex, O Cão Policia
- 17.00 Crocodilo Dundee II (de John Cornell, 1988, com Paul Hogan, Linda Kozlowski, John Meillon. Aventuras)
- 19.00 Especial Eleições
- 23.30 O Senhor do Mundo (de Christopher Menaul, EUA/1995, com Rutger Hauer, Miranda Richardson. Drama)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Médicos sem Fronteiras
- 03.05 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Estrela de Fogo
- 12.15 Sangue do Meu Sangue
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 14.30 Samantha
- 15.30 Colégio Brasil
- 16.00 Animação
- 18.30 Asas nos Pés
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 S.O.F. - Força Especial
- 21.00 Directo XXI
- 21.15 Fátima - Proissão das Velas
- 22.40 Emma's Wish (de Nike Robe, com Joanna Kerns, Della Reese, Harley Jane Kozak. Drama. Fantástico)
- 00.30 Will & Grace
- 01.00 Aventuras no Pacífico
- 02.00 Desporto
- 02.30 A Balada de Hill Street
- 03.30 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

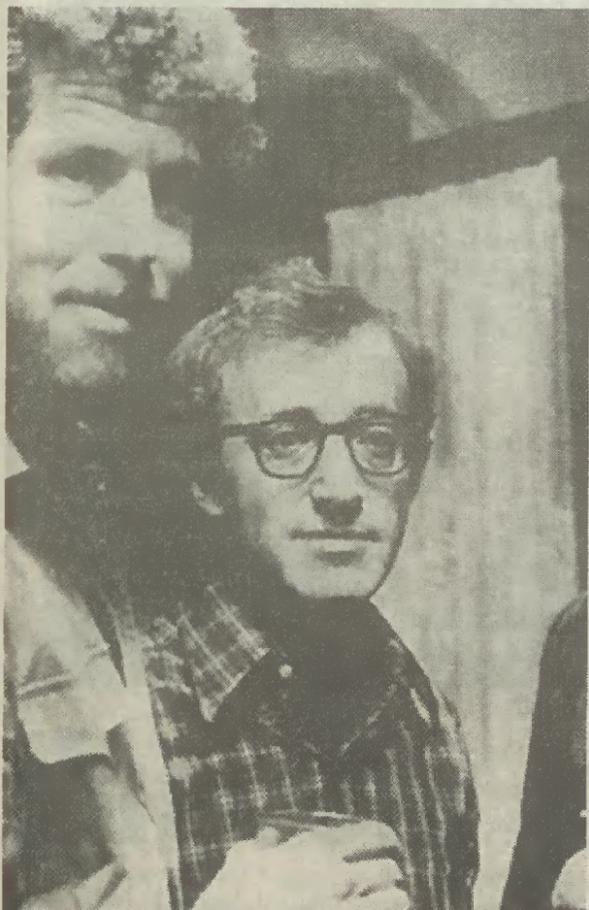


Na falta, para muitos, de palco, nas telenovelas estão hoje em dia muitos actores portugueses



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Woody Allen faz mais uma incursão na vida da sua personagem favorita em "Toda a Gente Diz que te Amo"

Como o Céu se Enganou

(Sábado, 14.00, SIC)

Uma mulher perde o seu marido num desastre de automóvel nos anos 60 e nunca mais volta a apaixonar-se ou a casar porque a memória do seu primeiro amor é mais forte do que todas as tentações que lhe vão surgindo na vida. E é então que, anos mais tarde, encontra um estudante de Yale (colega da sua filha) cujo espírito é, nem mais nem menos, do que a alma do seu falecido marido, agora reciclada no corpo deste jovem... Como se sabe, estas histórias "escoradas" na reencarnação só resistem na mão de um bom humorista, e inspirado; assim, a sério, são completamente idiotas e inverosímeis! O que diferencia este filme da banalidade do género são os seus intérpretes, que actuam como se acreditassem na história e, assim, transportam para o filme a sedução indispensável para o tornar aceitável ao espectador. **Cybill Shepherd** tem provas dadas e uma longa embora irregular carreira, ultimamente em filmes de que pelo menos sobra o seu talento, mas **Robert Downey, Jr.**, o brilhante protagonista de **Chaplin** de Richard Attenborough, fica frequentemente (como neste caso) no esquecimento de filmes menores

Toda a Gente Diz que Te Amo

(Domingo, 23.40, RTP2)

Woody Allen trocar-se-á as voltas desta vez? Primeiro, faz um musical "a sério" onde ele, **Julia Roberts** e a generalidade dos actores cantam, embora com terríveis vozes... (Annie Hall, por exemplo, já cantava, mas não era nada disto!); segundo, temos um escritor neurótico mas que vive em Paris e só vem a Nova Iorque de vez em quando, o que é igualmente muito insólito... Haverá com certeza outras diferenças mas deve ser completamente irrelevante: Woody Allen é, como se sabe, um "autor recorrente" e nunca foi por tal razão que perdeu admiradores. E de facto, pelos vistos, neste filme o velho Allen está lá todo: uma grande família com gente de esquerda e os mais descarados conservadores, as neuroses, os problemas com as mulheres e as complicações da paixão por mulheres casadas, a ex-mulher confidente e a grande amizade com o novo marido desta, filhos sortidos que parecem nascidos de diferentes raças e latitudes e, claro, muitos meio-irmãos, adolescentes precoces e psicanalistas... Nas mãos de Woody Allen tanto basta para desencadear piadas, *gags* e cenas-achados "que a gente nunca viu" e para nos fazer descobrir (ou pelo menos pensar em) algumas das incongruências de alguns dos nossos quotidianos. A ver certamente com agrado.

Matou!

(Segunda-feira, 03.15, SIC)

Eis o célebre **M**, realizado por **Fritz Lang** na Alemanha em 1931. Inspirado na história verídica do "vampiro de Dusseldorf", um sádico assassino de rapariguinhas, o filme ultrapassa claramente esse retrato de um psicopata e da perseguição de que é objecto, para nos dar um quadro de uma Alemanha já mergulhada na crise e no nazi-fascismo que ia aceleradamente tomando conta da sociedade alemã. O primeiro título da obra era, aliás, "Os Assassinos Estão entre Nós", e foi modificado por pressão dos nazis. Muito mais do que uma poderosa alegoria, "Matou!" é, porém, em si mesmo um filme notável, do argumento à encenação e à montagem, na dramaturgia, na



O brilhante intérprete de "O Paciente Inglês", Ralph Fiennes

fotografia, no ambiente sonoro – foi o primeiro filme sonoro do autor –, na interpretação, com destaque para **Peter Lorre**, que aí traçou quase irremediavelmente o seu destino de intérprete de personagens de horror.

Fritz Lang faria apenas mais um filme no seu país de adopção (nasceu na Áustria), antes do exílio por que optou, primeiro em França, depois nos Estados Unidos, onde se afirmaria em numerosas obras sobretudo como mestre do *filme negro*, mas "Matou!" é geralmente considerado uma daquelas peças estruturantes do cinema, jamais ensombreada sequer pelas "novas versões" que autores vários tentaram (caso do próprio Lang, que no início dos anos 50 realizou um *remake* falhado).

Pulsações Explosivas

(Segunda-feira, 24.00, TVI)

Com umas pinceladas de «erotismo», de mistura com algum «suspense» em arremedo de **Hitchcock**, é este um filme realizado nos EUA por um realizador europeu, **Wolfgang Petersen**, um cineasta relativamente incharacterístico para a estética do cinema alemão, com algumas obras fortemente comerciais e um pendor para o cinema industrial que, precisamente, lhe abriu as portas de Hollywood. Mas, neste *Pulsações Explosivas*, um dos seus últimos filmes rodados na América, as personagens, embora esforçadamente desempenhadas por **Tom Berenger**, **Bob Hoskins** e **Greta Scacchi**, não têm «espessura» suficiente para aguentar uma história que nasceu demasiado complicada.

A Enguia

(Terça-feira, 23.05, RTP2)

Não é nunca de desprezar a oportunidade de ver um filme evidentemente "insólito", dessa cultura tão afirmada no passado e nos dias que passam e no entanto tão longínqua como é a japonesa.

Unagi trouxe a segunda Palma de Ouro de Cannes a **Shohei Imamura**, realizador com obra de vulto nas décadas de 50 e 60, mas com poucos filmes recentes (o anterior, «Chuva Negra» data de 1987). O primeiro destes prémios foi-lhe atribuído por «A Balada de Narayama» (1982).

A obra de Imamura vem geralmente acompanhada da referência à polémica que os seus filmes por regra desencadeiam, pela especificidade e tratamento que dá aos seus retratos sociais de um Japão de desfavorecidos, prostitutas e proxenetas

(caso de «Os Pornógrafos», de 1966, e de alguns outros).

"A Enguia", o presente filme, diz-se ser mais "universalista", embora num universo de conflitos morais no Japão moderno, dividido entre pesadas tradições e radicais transgressões. A sinopse divulgada pela RTP ajudará a perceber do que trata: Takuro, um ex-presidiário, condenado porque matou a mulher à facada depois de a apanhar em flagrante de adultério, instala-se num salão de barbeiro em Tóquio, levando consigo o seu animal de estimação, uma enguia. Aí acaba por recolher, para a defender de um amante violento, Keiko. Apaixona-se por ela. Um dia, quando o antigo amante reaparece, Takuro defende-a até às últimas consequências. Keiko promete esperar por Takuro, que regressa à cadeia e às armadilhas da solidão...

O Paciente Inglês

(Terça, 23.30, SIC)

Mas eis que, no mesmo horário, temos um filme "dourado": nove Oscars e o aplauso quase unânime da crítica para esta "love story" – a história romântica, aventureira e trágica de um inglês, **Almasy**, cujo avião cai no deserto no Norte de África durante a II Guerra Mundial. Terrivelmente quei-



Peter Lorre numa imagem inesquecível de "Matou!"

mado, acaba por ser recolhido por nómadas e levado para um hospital de campanha em Itália. É aí, tratado por uma enfermeira a quem implora que o deixe morrer, que conta a sua história: arqueólogo, chegara ao Cairo em 1938 e em breve se apaixonou por Katherine, mulher de um amigo, cartógrafo e agente dos Serviços Secretos, que morre ao tentar matá-la no desespero da traição amorosa. Mas Katherine fica ferida e sozinha no meio do deserto. Para a salvar, **Almasy** vai enredar-se em perigos e peripécias que acabam no desastre que quase o vitima. Este ar de filme de aventura esconderá, no entanto, aquilo que é considerado uma muito conseguida transcrição para cinema (pelo próprio realizador, **Anthony Minghella**) de um romance apaixonante e também premiado de **Michael Ondaatje**, e um modelo de cinematografia onde avulta a mestria da introdução da narrativa em *flashback*, além da interpretação – nomeadamente do protagonista, o britânico **Ralph Fiennes**, conhecido dos palcos e do repertório clássico e de **Juliette Binoche**, premiada com o Oscar de Actriz secundária.



Robert Downey, Jr., intérprete de "Como o Céu se Enganou"

CABO & SATÉLITE

A História – contada, revista ou falseada?

O material acumulado em décadas de cinema e televisão, a disponibilização por imperativos legais de arquivos, e de arquivos de imagens, assim como a "abertura" (e venda) de outros, nomeadamente nos ex-países socialistas, contribuem actualmente em grande medida para a proliferação de documentários sobre temas da História deste século. E até de canais que lhes são quase exclusivamente dedicados – caso do **História** agora incluído na programação da TV Cabo – exigindo uma "produção industrial" que vai tendo, a par de óbvios benefícios na transmissão de conhecimentos, funestas consequências. Historiadores e sociólogos vão advertindo para a negligência técnica, para a ausência de sérios critérios científicos e para a manipulação ideológica

que preside a muito do que se vai compilando e divulgando; há mesmo quem fale já em crimes científicos dificilmente reparáveis, fazendo paralelo com a manipulação de que é objecto muita da "informação diária" que é servida através das tele-

sobre a queda do poder soviético, são numerosos os programas que o assinalam. Designadamente o Canal **Arte** (codificado com o n.º 32 na TV Cabo) anuncia uma série a transmitir todas as quartas-feiras de Outubro, às 20 e 45, **La Foi du Siècle** sobre "o fenómeno comunista", na qual "o carácter terrorista do sistema, lá onde chegou ao poder, é um dado adquirido", sendo o seu propósito principal anunciado "expor e compreender a força de atracção do comunismo nos seus 70 anos de existência". Veja advertência: quando se completam dez anos



União Soviética

visões de todo o mundo e que, nas próximas décadas, será a base da "História" destes anos.

A época é propícia à advertência: quando se completam dez anos

fazem.

O boato descarado

Ao princípio da tarde da passada terça-feira, quando da reportagem de Xanana Gusmão, lá ouvi mais uma vez a curiosa informação de que a visita do líder timorense provocara «uma espécie de armistício» na campanha eleitoral. Tratava-se, é claro, de mais uma pequenina impostura dos *media*, esta por sinal das mais minúsculas e que não teria importância nenhuma se não se integrasse numa espécie de campanha, ou talvez apenas de andaço, aparentemente vocacionada para desvalorizar a campanha eleitoral e consequentemente favorecer as tendências abstencionistas. Quanto ao suposto «armistício», por mim não dei por nada. Aconteceu até que andava Xanana por aí e mesmo em frente da casa onde moro se realizou um significativo comício da CDU, e por esse País fora hão-de ter-se realizado muitos outros, da CDU e não só, porque os partidos não são apenas os líderes partidários, ao contrário do que alguns parecem acreditar, e nem mesmo quando os líderes vão cumprimentar Xanana ficam impossibilitados de umas horas mais tarde (ou mais cedo, no caso de mais uma visita do Paulo Portas aos lugares de hortaliça e pescado) prosseguirem as actividades de campanha.

A estória do «armistício» parece que não apenas inventada no momento por aquele excelente profissional da tele-informação, rima lindamente, aliás, com uma outra aldrabice de maior dimensão, também ouvida nas TV's mas ainda mais frequente na imprensa e na

«Isto anda tudo ligado»

Para falar com franqueza, o fantasma da abstenção não me preocupa no que diz respeito à CDU: não tenho dúvidas de que os comunistas e todos os que se solidarizam com a sua luta não são dos que deixam escapar a oportunidade de votar em liberdade, não só porque são gente de convicções claras e firmes mas também porque sabem que o direito de votar foi uma conquista dura e regada com sangue. Porém, julgo entender que este boato de uma campanha «sem política», depois de descascado, exhibe de dentro dele não apenas a desvalorização das eleições mas também, e talvez sobretudo, a desvalorização da vida democrática e de «os políticos», todos previamente metidos num mesmo saco para que não escapem os mais incómodos, isto é, os comunistas e similares. E esse é, suspeito, o objectivo final de um boato aparentemente só leviano e vagamente pateta.

Numa parede dos arredores de Lisboa está pinchada em grandes letras uma frase com sabor de palavra de ordem: «Políticos para a forca». Suponho que não há-de ter sido apenas ali que a frase foi deixada. Trata-se muito claramente de um incitamento de teor nazifascista, e o sujeito que o traçou, presumindo-se a si próprio como não-político, fez política e da mais odiosa, mesmo que não se tome inteiramente à letra o que deixou recomendado. Sempre os fascistas quiseram semear

TVISTO

■ Correia da Fonseca



rádio, segundo a qual nesta campanha não terá havido debate político. É claro que eu não sei ao certo o que os ilustres opinantes entendem por debate político, mas sei, isso sim, que de cada vez em que ouvi Carlos Carvalhas ou outro comunista falar na TV sempre ele falou de política e não de qualquer outra coisa. Também sei, naturalmente, que sempre qualquer espertalhão de pataco pode alegar que não senhores, que debate político é outra coisa, sempre outra coisa, nunca explicando o seu entendimento do que seja para poder manter indefinidamente a recusa. E pressente-se o corolário da atoarda: senão houve debate político, o melhor mesmo é não ir votar e ficar em casa de pantufas a ver televisão.

um outro boato, que é o de que eles não fazem política, os outros é que sim, e por isso impõem logo que podem o terror político que se traduz pela supressão de todas as liberdades, pelo aniquilamento político (quando não físico) dos que trabalham, em proveito dos que os exploram. Ora, não me parece fantasioso vislumbrar uma relação não muito distante entre o apoucamento do acto eleitoral, que também tem chegado às TV's, o ódio a «os políticos» e o mais que adiante se lhe pode seguir. Como um poeta escreveu no título de um dos seus livros, «isto anda tudo ligado». Desconfio de que os poemas que ele trazia já os esqueci a todos, mas não ao título. E a lição que nele se contém continua a ajudar-me a entender as coisas.



Nem piscar!

Com a campanha a entrar na ponta final, as forças concorrentes acabam por reduzir a sua mensagem - como é de resto compreensível -, à expressão mais simples, acentuando o que de mais importante está em jogo e que condicionará, com a formação de um novo governo, decorrente dos resultados eleitorais de 10 de Outubro, a política subsequente do executivo e as condicionantes a que ela irá obedecer, derivadas da correlação de forças encontrada nas urnas.

Assim, para todos - menos, eventualmente para os mais pequeninos cuja ambição se fica pela eleição de um deputado ou, menos que isso, pela vertigem de «aparecer» e de subtrair votos à esquerda -, o que está em causa é a questão que desde o início se apresenta: vai o PS ou não vai conseguir uma maioria absoluta?

Todos os principais partidos concorrentes fazem depender essa eventualidade do seu próprio reforço em votos. O que é natural e aritmeticamente fácil de compreender, pois cada voto a mais em cada uma das forças que eleitoralmente se opõem ao PS vai certamente ser encontrado entre os que, há quatro anos, foram fundamentais para arrear o cavaquismo do poder e recusar-lhe nova maioria, absoluta ou não. Por parte do PS, o seu reforço eleitoral é a única maneira que o partido do Governo encontra para alcançar a tal «maioria inequívoca», expressão equívoca que António Vitorino achou para designar a maioria absoluta quando, nessa altura, era escandaloso para os socialistas aparecerem a formular um desejo assim.

Reforçar-se para alcançar a maioria absoluta e governar à direita sem empecilhos - isto é, evitando a fiscalização e o controlo democrático e reeditar o cavaquismo, desta vez em cor de rosa - é o objectivo do PS. Quatro anos com maioria relativa não o impediram de aprofundar a linha política neoliberal do seu antecessor. Tratar-se-ia agora de adoptar-lhe o estilo. A arrogância já lhe não falta. E se mais não fez de negativo, e se algo se concretizou de positivo, tal deve-se ao facto de não dispor na Assembleia da República do conforto esmagador da maioria absoluta, o que permitiu à esquerda, isto é, ao PCP e aos Verdes, que concorreram coligados na CDU, de exercerem uma função legislativa a todos os títulos meritória em favor dos interesses populares, dos trabalhadores e do País.

Quanto aos partidos da direita não é o fundamental da política posta em prática pelo Governo de Guterres que os desgosta, de tal modo os interesses do PS, PSD e PP coinci-

dem no rumo. O que os move são os interesses partidários e de clientela. Arredada a hipótese de voltar a comandar o executivo, o PSD pretende reforçar-se para influir mais fortemente na partilha do bolo e constituir-se de novo em polo de alternância que tem vindo a perder. Quanto ao PP, o seu reforço é condição indispensável para combater a tendência ao desaparecimento que se vem verificando ao longo dos últimos anos e ter também uma palavra partidária a dizer no concerto e no consenso das medidas antipopulares que um governo tome.

Se todos aparecem, globalmente, na oposição ao PS e à maioria absoluta que este pretende, as razões que animam os opositores não deixam de assumir diferenças profundas. De facto, no leque de forças partidárias que advertem para os perigos de uma maioria absoluta, só a CDU se revela com uma razão política de fundo para pretender reforçar-se e para impedir que um governo do Partido Socialista fique com as mãos livres para «pôr as mãos em tudo». Os comunistas e os seus aliados, ao insistirem nos perigos de uma maioria absoluta do PS, têm em vista os malefícios que esta poderia proporcionar em termos de medidas contra os direitos - principalmente os dos trabalhadores - e favorecedoras da concentração capita-

lista e de subordinação aos interesses estrangeiros, medidas que estes últimos quatro anos, mesmo sem dispor de mãos absolutamente livres, Guterres não deixou de perseguir, o que em si mesmo constitui uma forte advertência a todos os eleitores de esquerda; ao insistir no seu reforço e na necessidade de aumentar o número de deputados comunistas na Assembleia da República, o PCP, coligado com Os Verdes na CDU, não almeja apenas o seu crescimento eleitoral, mas visa, com isso, ficar mais apto a influir nas decisões que vierem a ser tomadas na política nacional. A sua postura e a sua actividade, ao longo dos últimos quatro anos - para já não falar da sua história, como partido sempre empenhado nas lutas em favor da liberdade, da democracia e da justiça social - aí está como exemplo para todos os eleitores de esquerda.

Por tudo isto, foi quase arrepiante ouvir Guterres convidar os eleitores a «fechar os olhos» durante um minuto, para «verem» se conseguiam imaginá-lo a usar uma maioria absoluta de má maneira. Os numerosos exemplos que deu, durante os últimos anos, mostraram à sociedade que não necessita dela para governar mal. E que, com ela, governaria pior. Fechar os olhos? Nem piscar!

CRÓNICA

■ Leandro Martins

ESCAPARATE

TEATRO

«Entre a Espada e a Parede» na Comuna

Numa produção de Luís Assis, também responsável pelo texto e encenação, está em cena até ao próximo domingo, dia 10, às 22.00 horas, na sala 1 da Comuna, a peça «Entre a Espada e a Parede». Do elenco fazem parte Adriano Carvalho, Dora Bernardo, Luís Assis, Natália Vieira e Nicolau dos Mares.

Esta é a terceira e última produção do designado Ciclo das Gerações, um projecto de Luís Assis que, segundo as suas próprias palavras, pretende «elaborar um olhar sobre os problemas e conflitos» que marcaram a geração nascida entre Maio de 68 e o 25 de Abril de 1974, a que ele pertence, e que viveu a sua adolescência «no vazio dos anos oitenta».

CINEMA

Programação de Outubro em Vendas Novas

O filme «Flirt», de Hal Hartley, estará em exibição amanhã, dia 8, no Auditório Municipal de Vendas Novas. Do elenco fazem parte Bill Sage, Parker Posey, Martin Donovan e Dwight Ewell. Da lista de filmes, que preenche praticamente durante todo este mês de Outubro a programação daquele espaço, um destaque ainda para a longa-metragem «Terra Perdida», de Stephen Frears, em exibição nos dias 9 e 10, e para o «Comboio de Sombras», de José Luis Guérin, no dia 15.

GASTRONOMIA

Alenquer divulga cozinha tradicional

Está a decorrer o 3.º concurso de Gastronomia Tradicional do Concelho de Alenquer. Promovida pela Associação Comercial e Industrial daquele concelho da zona Norte do distrito de Lisboa, a edição deste ano conta com a participação de 15 restaurantes que, em comum, têm como sua grande aposta a qualidade e a divulgação dos atributos da cozinha tradicional alenquerense. Até ao próximo dia 16, segundo os organizadores, há, pois, renovadas razões para uma visita a Alenquer, onde 26 pratos que enriquecem a gastronomia local podem ser apreciados pelos mais exigentes comensais.



Alcochete promove solidariedade com Timor

«Paz para Timor Loro Sae» é o tema da exposição de pintura de Joaquim Mendes, patente ao público até ao dia 30 de Outubro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Alcochete. Por decisão do artista, a venda das obras reverterá integralmente a favor do povo e da causa timorense.

A exposição tem o seguinte horário: dias úteis, das 15.00 às 18.00 horas; sábados, domingos e feriados, das 15.00 às 23.00 horas.

Outras acções de solidariedade para com o povo timorense es-

tão, entretanto, a ser desenvolvidas pela Câmara de Alcochete. No dia 21 de Novembro, pelas 17.00 horas, realizar-se-á um Concerto por Timor, interpretado pela Orquestra Académica Metropolitana de Lisboa. Os artistas plásticos que habitualmente participam na «Alcarte», por sua vez, foram convidados a darem o seu contributo com obras destinadas a uma exposição-venda, cujos fundos re-

verterão integralmente a favor da causa timorense. Esta exposição está a decorrer nos Paços do Concelho até ao próximo dia 19 de Outubro.



MÚSICA

XVII Festival de Música Antiga de Óbidos

Integrado no XVII Festival da Música Antiga de Óbidos realiza-se amanhã, dia 8, às 21.30 horas, no Auditório Municipal da Casa da Música, um recital do Grupo Vocal Olisipo. Sob a direcção de Armando Possante, com investigação de David Cranmer, o grupo interpretará obras de autores dos séculos XVII e XVIII, designadamente «Antífona», «Os Salmos», «Sonata (Fuga) K.41», «O Hino» e o «Cântico». O Grupo Vocal Olisipo, fundado em 1988, é composto por Elsa Cortez e Susana Duarte (sopranos), Lucinda Rosário e Carolina Figueiredo (contraltos), Armando Possante e Júlio Guerreiro (tenores), Hugo Oliveira e Miguel Robert (baixo) e pelos instrumentistas Luís Sá Pessoa (violoncelo), Pedro Wallenstein



(contrabaixo) e David Cranmer (órgão).

No sábado, dia 9, o Festival encerra com os Segréis de Lisboa e o Coro Gulbenkian, dirigidos por Manuel Morais. Serão interpretadas obras de Fr. Manuel Cardoso (obras para o ofício da Semana Santa) e Francisco Martins/Frei Manuel Pousão (Paixão Segundo São Mateus). O recital decorre no Santuário do Senhor Jesus da Pedra, com início às 21.30 horas, sendo as entradas, tal como nos restantes espectáculos do Festival, gratuitas.

Seixal Rock'99

Prossegue hoje, prolongando-se até ao próximo sábado, dia 9, o «Seixal Rock'99». Esta é a quarta edição de um Festival que já firmou créditos junto de um público maioritariamente jovem. Organizado pela Câmara Municipal do Seixal e produzido pela «Contacto», o festival apresenta este ano um novo formato: os espectáculos decorrerão em dias consecutivos num único palco, montado no Largo 1.º de Maio, no Seixal.

Ao palco subirão os Ramp, Zen, Coldfinger, Sarcastic, Grupo de Baile e mais oito bandas novas, seleccionadas entre



mais de cem maquetas enviadas para a organização.

Os Ramp, que actuarão no dia 9 (tal como as bandas «Hand of a God» e «Acta of a Anger»), comemoram o seu 10.º aniversário e aproveitarão o Festival para gravar um CD e videoclip ao vivo, o que acontece pela primeira vez no concelho.

Os veteranos «Grupo de Baile», que actuam hoje, dia 7, jogam em casa, regressando ao palco depois de uma paragem de mais de 15 anos. Esta banda do Seixal, recorde-se, teve grande sucesso no início da década de 80, com o tema «Patchouly».

Os grupos Coldfinger (que actuará hoje) e Zen (amanhã) são duas revelações da música portuguesa dos dois últimos anos, ambas com boas prestações ao vivo.

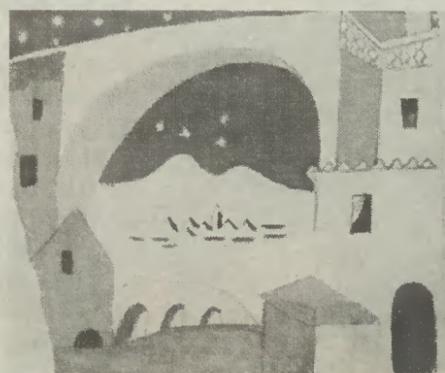
EXPOSIÇÕES

Instituto Cervantes inaugura

«Ritmo para o Espaço»

«Ritmo para o Espaço», assim se designa a exposição a inaugurar hoje, às 19.00 horas, no Instituto Cervantes, em Lisboa. Patente ao público até ao dia 4 de Novembro, com entrada gratuita, o tema em presença versa «os compositores espanhóis e o bailado no século XX».

Trata-se de uma mostra reunindo uma vasta documentação – manuscritos, impressos de partituras, textos, cartas, figurinos, desenhos de cenários e fotografias –, atra-



vés da qual é feito um percurso sobre o que foi o contributo dos compositores espanhóis ao bailado durante este século.

Exposição da pintura na art Konstant

É inaugurada hoje, dia 7, às 21.30 horas, uma exposição de pintura com trabalhos de Isabel Laginhas, Carlos Rocha Pinto, Guilherme Parente, João Antas e Sérgio Pombo.

Patente na Galeria art Konstant, situada na Rua da Academia das Ciências 2 – D/E/F, Lisboa, a exposição pode ser apreciada de segunda-feira a sábado, das 12.00 às 19.00 horas.

Moita conta história da vida na Terra

Contar a história da vida na Terra desde os primórdios até à actualidade, eis, em síntese, o objectivo da exposição «Os Dinossauros e a Evolução da Vida», patente na Biblioteca Municipal da Moita até ao próximo dia 31 de Outubro.

Organizada pelo Centro Português de Geo-História e Pré-História e contando com o apoio da Câmara Municipal da Moita, a exposição poderá ser visitada de terça-feira a sábado, das 10.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 18.30 horas, com prolongamento às quartas-feiras, até às 20.30 horas.



Na sequência da exposição, as duas entidades envolvidas promoverão um seminário, subordinado ao mesmo tema, que decorrerá nos dias 29 e 30 de Outubro.

Previsto está também, ainda no quadro desta iniciativa, uma visita guiada às Pegadas de Dinossauros em Sesimbra, bem como à Lapa de Santa Margarida, à Estação Romana do Creiro e às Grutas da Quinta do Anjo.

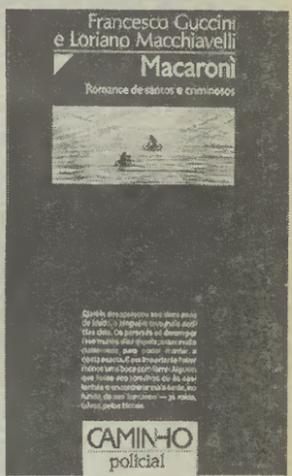
Os interessados em participar no seminário e na visita guiada podem inscrever-se no Departamento de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal da Moita, que, segundo nota à imprensa, assegura ainda o transporte de todos os participantes na deslocação aos locais a observar.

LIVROS



Encontro Neo-Realismo

Este não é um livro que se possa encontrar com facilidade - supomos - em qualquer livraria. Mas poderá ser considerado como livro de referência não apenas para os estudiosos do neo-realismo, como fenómeno literário e, mais alargadamente, como fenómeno cultural e político que marcou toda uma época na vivência portuguesa e cujas marcas ainda perduram na consciência e na cultura do nosso país. Edição do Museu do Neo-Realismo - criado na vigência da CDU à frente do município de Vila Franca de Xira - e do actual pelouro da cultura que, como se sabe, infelizmente caiu em menos boas mãos, este livro reúne as comunicações apresentadas no âmbito do encontro realizado ainda em boa data - Março de 1997, no Palácio do Sobralinho. O facto de esta edição ser lançada com apenas 500 exemplares diz bem do pouco interesse em divulgar cultura, sobretudo quando ela aparece tão marcadamente fundada em ideais de progresso e de justiça.



Macaroni

Há «policiais» assim, que fazem um percurso ao passado e reavivam a história e lhe fazem sobressair os contornos sociais. Há livros assim, escritos a duas mãos e apesar disso - ou por isso mesmo, em feliz coincidência - apresentando-se como história densa e escorreita, que só a mestria da escrita sabe dar. Neste caso, dois escritores italianos, ambos com pergaminhos no género policial, juntam a escrita para imaginarem uma história com raízes em 1883 e que vem a ecoar em 1938. Histórias de emigrantes dos Apeninos em França, que se cruzam no tempo, no passado do século dezanove e no presente - já também longínquo - do fascismo italiano no seu auge. Francesco Guccini e Lorian Macchiavelli assinam este livro editado pela Caminho.

ATAUHE DE FOICE

O dia seguinte

A campanha eleitoral está a chegar ao fim e todos se preparam para queimar os últimos cartuchos, fazendo jus à convicção nacional de que até ao lavar dos cestos é vindima. No sábado, dia em que é suposto o eleitorado meditar nas propostas que lhe foram apresentadas para decidir o sentido do seu voto, os guerreiros do asfalto que nos últimos dias percorreram o país armados em vendedores de promessas vão enfim descansar, tratar das gargantas enrouquecidas e preparar os discursos para o dia seguinte. Com meditação ou nem tanto os eleitores irão às urnas no domingo e preparam-se, por sua vez, para o dia seguinte.

Neste ritual que já passou a fazer parte das sociedades ditas democráticas há qualquer coisa que é simultaneamente exaltante e estranha. Existe, por um lado, o sentido da festa, entendida como participação colectiva num acto em que cada um tem o direito de expressar livremente a sua opinião sobre o rumo a seguir. É a afirmação do livre arbítrio, do direito de seres livres decidirem em liberdade em quem vão delegar o poder que vai intervir nos destinos do país. Do somatório final dessa escolha depende o dia seguinte e é aí que muitas vezes a exaltação cede lugar à estranheza. É quando se percebe que uma escolha, para ser livre, exige muito mais do que o direito de escolher, quando se toma consciência de que não são nem podem ser livres os que não dispõem dos meios indispensáveis para fazer conscientemente as suas escolhas.

Está ainda bem presente na memória de todos o dia em que Portugal acordou num dia seguinte a um domingo eleitoral com uma maioria absoluta que curiosamente já ninguém desejava e, mais curiosamente, para que ninguém admitia ter contribuído. Os resultados são conhecidos. O fenómeno não é exclusivo nacional. Ainda esta semana um país tão pretensamente evoluído como a Áustria despertou para o pesadelo de ter mais de um milhão de pessoas a transformarem um partido de extrema-direita, neo-nazi, na segunda força nacional. Os resultados ainda não são definitivos mas, a confirmarem-se, esse partido vai ter inevitavelmente um papel decisivo no futuro imediato do país, por mais que os que lhe deram os votos estejam longe de se considerarem nazis. Não se trata aqui, obviamente, de comparar o que não é comparável, ou seja, as ideologias das forças políticas em presença nesta disputa eleitoral com as existentes noutros países. Trata-se, isso sim, de sublinhar a importância e a responsabilidade inerentes à liberdade de voto, essa liberdade que para o ser exige ponderação e esclarecimento. É porque o dia seguinte pode ser decisivo que é tão importante o período de reflexão. Uma reflexão serena, desapassionada, pesando prós e contras, separando o trigo do joio, ignorando promessas demagógicas e atendendo não às palavras mas aos actos. Os que apostam na divisão e mentem deliberadamente no afã de ganhar protagonismo só favorecem os que dizem combater. Os que nada fizeram no passado e agora tudo prometem não podem merecer crédito. Como não o merecem os que ontem vociferaram contra o poder absoluto e hoje o reclamam agitando o fantasma da instabilidade inexistente. O poder absoluto corrompe absolutamente, e os portugueses sabem disso. A divisão serve sempre aos que querem reinar, e os portugueses não o ignoram. Votar tem de ser um acto consciente. Votemos pois com responsabilidade.

■ Anabela Fino

Em defesa de uma redução real dos horários de trabalho, de 40 para 39 horas semanais, os trabalhadores dos CTT estão em greve desde segunda-feira, dia 4, até ao final de Novembro, abandonando o serviço 12 minutos mais cedo e recusando fazer trabalho extraordinário.

A greve foi convocada pelo Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações, que já no dia 22 de Setembro denunciou, ao ministro João Cravinho e à secretária de Estado Leonor Coutinho, bem como à Inspeção Geral do Trabalho, as «irregularidades e ilegalidades» da administração dos CTT.

De acordo com o sindicato, os responsáveis da empresa deturparam a conclusão das negociações que prevêem as 39 horas semanais e aproveitaram para alterar horários de trabalho. A hora semanal a menos seria obtida, pelas contas da administração, em várias formas, todas prejudiciais para os trabalhadores:

- retardando 12 minutos a entrada ao serviço, o que faria com que os funcionários que entram, até agora, às 6 da manhã, perdessem o abono por «horário incómodo», enquanto os que actualmente entram às 8 horas perderiam o subsídio de pequeno-almoço; o SNTCT exige que estas perdas sejam corrigidas com a devida alteração no Acordo de Empresa;

- aumentando 12 minutos o intervalo de descanso, ao almoço, o que significaria que os trabalhadores continuavam a entrar e sair à mesma hora, contrariando na prática o objectivo da redução do horário;

- reduzindo os 60 minutos semanais no horário de um determinado dia, enquanto vários responsáveis vão espalhando que, quando esse dia coincidir com feriado, a redução do horário semanal não se fará sentir.

Além destes trabalhadores, também estão em greve aqueles a quem o horário de trabalho foi alterado sem qualquer negociação. Todos os demais funcionários dos CTT «podem e devem fazer greve ao trabalho extraordinário, a partir do dia 11 de Outubro e até ao dia 30 de Novembro», apela o SNTCT/CGTP.

Portugal Telecom

«Os trabalhadores da Portugal Telecom não podem ser cobaias da administração, não podem estar sujeitos a permanentes experiências empresari-

ais», protesta a Comissão de Trabalhadores da PT, num comunicado em que comenta a passagem de sociedade anónima (SA) a sociedade gestora de participações sociais (SGPS). Os principais objectivos desta recente alteração estatutária, segundo a CT, são a redução drástica dos postos de trabalho e a desregulamentação da contratação colectiva, precarizando o emprego e retirando direitos consagrados no Acordo de Empresa.

A «criação artificial de excedentes» de mão-de-obra resultará da divisão da PT em «muitas micro-empresas», ao mesmo tempo que prossegue uma política com efeitos contrários às intenções anunciadas pela «administração "cansada", que se limita a seguir a filosofia herdada do engenheiro Todo Bom, do PSD», acusa a CT, num comunicado em distribuição aos trabalhadores.

Comício no Porto

Votar à esquerda é na CDU

«Os votos de esquerda, se querem ser úteis, devem ser na CDU», disse Carlos Carvalhas, ao intervir **anteontem à tarde no Porto**, perante milhares de pessoas que, segundo a Agência Lusa, *quase encheram* a Praça Humberto Delgado (na foto). O secretário-geral do PCP chamou a atenção para a grande diferença que distingue os partidos, notando que «pode parecer que andam todos a dizer o mesmo, mas os eleitores não podem e não devem esquecer que nestes quatro anos não andaram todos a fazer o mesmo, e alguns, que não nós, andaram precisamente a fazer o contrário do que agora dizem e prometem».

João Amaral, cabeça-de-lista da CDU, acusou o governo PS de ter esquecido as promessas que fez para o desenvolvimento



do distrito e contrapôs a realidade dos números às especulações sobre a eventual eleição de um deputado do BE, para o que seria necessário mais do que o triplo da votação obtida nas

européias. «Por favor, não levem ao engano os que querem reforçar a esquerda na AR», apelou.

O 10.º dia de campanha de Carlos Carvalhas terminou

com um comício na praça central de **Pevidém**, com cerca de 300 pessoas, depois de um jantar em **Viana do Castelo**, com um milhar de participantes.

Homenagem a Octávio Pato

Cerca de duzentas pessoas participaram na homenagem a Octávio Pato, que teve lugar **anteontem** no centro de apoio a idosos da Quinta do Cabrinha, em Lisboa, por iniciativa da União dos Pensionistas da Previdência Social. No centro, que tem o nome de Octávio Pato, foram descerrados uma placa e um baixo-relevo do destacado dirigente comunista, falecido a 19 de Fevereiro.

«Homenagear Octávio Pato, como aqui estamos a fazer hoje, é homenagear a dignidade, a coragem, a seriedade, a verticalidade, a firmeza de princípios», afirmou José Casanova, na cerimónia em que também entrevistaram o presidente da UPPSS, Manuel Furtado, o presidente da

Junta de Freguesia de Alcântara, José Godinho, e Paula Henriques, do Comité Central do PCP.

O membro da Comissão Política do Partido e director do

«Avante!» começou por agradecer o convite ao PCP para se fazer representar naquele «acto de incontestável justiça». José Casanova lembrou que Octávio Pato «faz parte dessa notável

geração de comunistas que deu expressão concreta ao PCP, com as características, os princípios, a natureza que fazem dele o partido comunista e revolucionário que é e quer continuar a ser».

Morreu Amália Rodrigues

Amália Rodrigues faleceu **ontem** em Lisboa, com 79 anos.

Ao tomar conhecimento do triste acontecimento, Carlos Carvalhas divulgou a seguinte declaração:

«Lamentamos profundamente a morte de Amália Rodrigues, uma grande artista que, com a sua voz singular e o seu excep-

cional talento, acompanhou e constituiu uma referência para gerações de portugueses e a quem se deve, para além de tudo o mais, uma importante contribuição para a divulgação de belíssimas criações de poetas portugueses.»

Em sinal de pesar, o PCP, bem como os restantes partidos políticos, decidiram suspender a emissão de qualquer som musical dos

«carros de campanha» e durante os comícios, pelo menos até à realização do funeral de Amália Rodrigues.

